

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

VIOLÊNCIA CONJUGAL

Dissertação apresentada à
Faculdade de Psicologia e
Ciências da Educação da
Universidade do Porto para a
obtenção do grau de Mestre
em Psicologia, na
especialidade de Consulta
Psicológica de Jovens, sob a
orientação da Professora
Doutora Maria Emilia Costa

Cidália Maria Neves Duarte
Porto, 1998

Agradecimentos

Inevitavelmente, à minha orientadora, Professora Doutora Maria Emilia Costa, pelo carinho e incentivo inextinguíveis com que orientou esta tese e, ainda, pela forma paciente, persistente, confiante e bem-humorada de ser “referência” segura nos momentos de desespero e indecisão.

Ao Professor Doutor Joaquim Luís Coimbra, pela solidariedade e amizade demonstrados em todos os momentos.

À Professora Doutora Liliana de Sousa pelo apoio prestado no tratamento estatístico.

À Professora Doutora Isabel Menezes, pela amizade incondicional “sem palavras” e, ainda, pela forma única e paciente com que me acompanhou nos caminhos da metodologia e na concretização final desta tese.

Às instituições que conosco prontamente colaboraram através da “ponte” estabelecida com os casais e às Dra(s) Josefa Ferreira e Margarida Reis (minhas colegas) pelo apoio concedido na administração dos questionários apesar de “fora de horas” e, aos casais que colaboraram nesta investigação sem os quais ela não teria sido possível.

À Josefa, novamente, pelo apoio “maternal” presente em todos os momentos, sem exceção.

Ao Eugénio pela forma permanentemente amiga com que concedeu “apoio logístico” à tese e à minha família, da qual faz parte.

Naturalmente, à Ana, à Sara, ao Zé.

Finalmente, aos meus pais, a quem dedico esta tese.

ÍNDICE

Introdução	2
Capítulo Primeiro	
Perspectivas teóricas e revisão das investigações no domínio da violência conjugal	10
1. Apresentação do tema e clarificação de conceitos	11
2. Perspectivas teóricas e revisão das investigações	18
2.1. Introdução	18
2.2. Teorias centradas na patologia individual do agressor	20
2.3. Teorias centradas na patologia individual da vítima	23
2.4. Teorias psicodinâmicas	34
2.5. Teorias sociológicas	39
2.6. Teorias da aprendizagem social	43
2.7. A vítima e as suas reacções	47
2.8. As atribuições	55
2.9. Afinal, as mulheres também são violentas?	57
2.10. Teorias sistémicas	59
3. Conclusão	64
Capítulo Segundo	
As dificuldades de investigação e a intervenção junto dos actores da violência conjugal	65
1. Introdução	66
2. Dificuldades de investigação	68

3. A intervenção junto de vítimas e de agressores da violência conjugal	77
3.1. O sentido e premência das intervenções	77
3.2. Dificuldades na relação cliente-terapeuta nos casos em que existe violência conjugal	80
3.3. Atribuição de responsabilidade: implicações para a intervenção	84
4. Conclusão	92

Capítulo Terceiro

Objectivos e metodologia da investigação junto de uma amostra de casais portugueses	93
--	----

1. Introdução	94
2. Objectivos do estudo, caracterização da amostra e plano de observação	95
2.1. Objectivos do estudo	95
2.2. A amostra e plano de observação	97
3. A descrição da versão original do Conflicts Tactics Scale (CTS) de Straus (1979, 1990)	100
3.1. Revisão de algumas das investigações que utilizam a CTS	104
4. Descrição da versão original do ENRICH (Enriching and Nurturing Relationship issues, Communication and Happiness) de Olson, Fournier, Druckman, 1985).	114
4.1. Revisão da investigação realizada com o ENRICH.	118
5. Análise da qualidade psicométrica dos instrumentos	120
5.1. CTS	121
5.2. ENRICH	125
6. Conclusão	137

Capítulo Quarto

Estudo diferencial, apresentação e discussão dos resultados 138

1. Introdução 139

2. Formulação das hipóteses 141

3. Estudo diferencial 145

3.1. Recurso a estratégias de violência moderada 146

3.2. Percepções da relação conjugal 149

3.3. Predição da violência a partir das percepções da relação conjugal 157

3.4. Efeitos da satisfação conjugal 159

3.5. Efeitos da violência conjugal 164

4. Análise das diferenças nas percepções intra-casal 167

4.1. Análise das diferenças intra-casal 168

4.2. Interação entre o factor intra-casal e a congruência da satisfação conjugal 170

4.3. Interação entre o factor intra-casal e a congruência do recurso a
estratégias de violência 176

4. Discussão dos resultados 177

5. Conclusão 179

Conclusão 180

Referências bibliográficas 190

Anexos

INTRODUÇÃO

Esta tese não trata do relacionamento conjugal de forma directa. Contudo, ao propormo-nos abordar um tema específico como o da violência conjugal, julgamos importante assinalar, de forma muito sucinta algumas questões referentes ao relacionamento conjugal, entre outras razões, porque os modelos de análise do funcionamento do casal não diferem muito dos modelos subjacentes às teorias explicativas da génese de situações mais complexas como é o caso da violência conjugal. Aliás, terá sido á luz destes modelos mais abrangentes que têm sido elaboradas as teorias relativas ao problema da violência conjugal e familiar, sendo de destacar o progressivo ênfase em teorias de complexidade crescente como é o caso das sistémicas

Com efeito, vários têm sido os modelos desenvolvidos em ordem a estudar a dinâmica conjugal ou a conjugalidade. Este conceito poderá ter outras definições muitas vezes associados ao seu significado, como por exemplo, "casal com funcionalidade, amor e satisfação" (Narciso, 1995, p.129). Ou seja, independentemente da existência de outros sinónimos parece que adjacente a este conceito está o de funcionalidade da díade conjugal (muitas vezes também referido como ajustamento conjugal).

Contudo, nem sempre o relacionamento do casal, ou as suas dinâmicas internas, vão no sentido da funcionalidade dado que o desenvolvimento dos conjugues pode não ocorrer de maneira congruente, isto é, nem sempre os processos de desenvolvimento são convergentes ou ocorrem no mesmo sentido e no mesmo tempo, para cada membro do casal. Desta forma, podemos encontrar casais que funcionem a diferentes níveis (conformistas, caóticos, em conflito...) podendo, então, emergir o conflito ou a disfuncionalidade conjugal (Costa, 1994).

Tal como para o indivíduo, a dinâmica e vivência dos casais também passa por períodos distintos e de complexidade diversa, que têm de ser adaptados ao ciclo vital dos próprios indivíduos e ao ciclo do casal, inseparáveis, por outro lado, do contexto em que ambos se inserem. Aliás, esta “abertura” ao exterior é necessária para o funcionamento flexível do casal, cujas interações têm de ser positivas e abertas ao mundo circundante (Costa, 1994).

Internamente, as relações de intimidade que representa ou parece ser o conceito de maior utilidade para descrever as relações conjugais (Hinde, 1981; *in* Jacobson, 1994), têm também o seu próprio ciclo de desenvolvimento com especificidades próprias a cada uma delas. Provavelmente a anteceder o casal estará a

questão de saber porque as pessoas se apaixonam. Esta é seguramente uma questão difícil a que muitos modelos têm procurado dar resposta e que está relacionada com uma série de variáveis desde as relativas ao género (parece, por exemplo, que o processo de enamoramento ou de ficar apaixonado difere de homens para mulheres) e a questões de índole cultural, pese embora a interligação entre estes e outros factores.

A este propósito, e nomeadamente, ao nível das atribuições de cada género, parece que cada vez mais tendem a diluir-se, colocando a questão do refazer de uma identidade não apenas para cada um dos géneros mas também ao nível das representações sociais que se fazem dos estereótipos sexuais. Parece portanto, que cada vez mais se poderá contestar a visão de que homens e mulheres têm visões substancialmente diversas do mundo (Badinter, 1993).

Evidentemente, que vivemos num mundo em que estas transformações não são, nem têm sido, homogéneas e, mesmo não nos reportando a outras culturas, na sociedade ocidental existem vários ritmos e vários modelos de conjugalidade.

Por forma a responder a estas e outras questões os modelos teóricos diversificam-se nas suas explicações. Sucintamente, os

psicodinâmicos fazem depender a escolha do outro de características de cada um dos cônjuges, aliadas às relações primárias de objecto que tendem a ser continuadas nas relações de intimidade adultas (Zeifman & Hazan 1997).

Assim, alguns construtos como os de instabilidade emocional, irritabilidade, tendências narcisísticas, entre outras, parecem estar associados a relações conjugais disfuncionais ou pouco satisfatórias. Esta perspectiva, mesmo em termos interventivos situa-se ao nível da exploração e da compreensão das dinâmicas intraindividuais, não colocando o acento em variáveis sistémicas ou do foro relacional (Wile, 1993).

Para além da especificidade de cada díade conjugal, existem dimensões ou funções vulgarmente atribuídas à relação de intimidade mais estudadas por se supor serem as mais prementes na contribuição para a satisfação conjugal e para a manutenção da relação, manutenção percebida qualitativamente. Desta forma, a satisfação conjugal é frequentemente decomposta em várias dimensões como o relacionamento sexual, a capacidade de resolver conflitos, a comunicação dentro do casal, as relações do casal com o mundo exterior (Kayser, 1993; Olson *et al*, 1989; Olson, 1990, 1994).

Outros modelos (como os de aprendizagem social ou mais estruturalistas) centram-se ora em questões relativas à compreensão dos comportamentos, especificamente, os comportamentos tidos como disfuncionais e a intervir em áreas como as da comunicação no casal, a capacidade de resolução de problemas a capacidade de *self-disclosure* ou a focagem nas questões relativas ao equilíbrio ou desequilíbrio de poder supostamente existente na relação (Klein & Johnson, 1997).

Contudo, as perspectivas mais recentes referem a inoperância de modelos exclusivamente comportamentalistas ou que privilegiem as desigualdades de *status* no casal porque, sem atender às questões de cariz afectivo, ou à dimensão afectiva do relacionamento conjugal não se conseguem compreender as dinâmicas do mesmo e, por isso, a ênfase exclusiva em questões comportamentais ser incapaz de intervir junto de casais disfuncionais.

Assim, da mesma forma que em problemáticas específicas ao relacionamento conjugal e mesmo ao indivíduo, considerado isoladamente, (vd capítulo 2) tem-se assumido que os modelos sistémicos que pretendem conciliar variáveis pessoais, variáveis decorrentes da relação, do meio ou contexto mais restrito ou

alargado em que a díade conjugal se insere, serão os mais adequados.

Não esquecer, porém, que a díade conjugal é composta por dois indivíduos diferentes e, portanto, com organizações ou grelhas de análise do mundo diversas, sendo necessários reajustamentos e/ou cedências que tornem possível a vivência a dois.

O contexto que envolve os casais é, já o vimos, relevante na medida em que muitos acontecimentos de vida exteriores ao casal podem influenciar o seu modo de funcionamento (por exemplo, a perda de alguém significativo, o nascimento de um filho,...), etapas que obrigam ao reajustamento do indivíduo em si mesmo e na relação com o outro, de forma a encararem estas crises desenvolvimentalmente.

Neste trabalho, contudo, procuramos aprofundar o conhecimento de um problema que ainda é tido, maioritariamente, como sendo da exclusividade do casal, do seu foro íntimo e, portanto, inacessível ao exterior. No entanto, o papel inicial de alguns movimentos, como os feministas, e os índices estatísticos apurados nos países de expressão anglo-saxônica, como é o caso dos índices sociológicos referentes ao acréscimo de divórcios, vieram conceder, sobretudo a partir dos anos 70, visibilidade à

violência familiar possibilitando o desenvolvimento de variados estudos, a propósito.

Por outro lado, as questões relativas ao funcionamento conjugal apelam inevitavelmente às dimensões existentes num relacionamento conjugal, e a discussão em torno da análise e compreensão das suas especificidades (como, por exemplo, o caso de casais com problemas de violência) justifica, a nosso ver, uma progressiva atenção aos modelos de cariz sistémico e que privilegiam o modelo ecológico do desenvolvimento humano (Andrews, 1994).

Desta forma, no primeiro capítulo deste trabalho procuraremos definir o tema do mesmo e, com base nas diversas teorias acerca da sua génese, apresentar a revisão da investigação realizada neste domínio.

No segundo capítulo, centrar-nos-emos nas dificuldades que se colocam à investigação da violência conjugal acentuando a sua ligação com dificuldades ao nível da intervenção, nomeadamente porque assumimos, no nosso trabalho, a relevância dos potenciais contributos que dele possam emergir para a prática clínica de profissionais neste domínio.

No terceiro capítulo, faremos a apresentação do design metodológico do nosso estudo realizado junto de uma amostra de casais portugueses, bem como a validade psicométrica dos instrumentos que optámos por utilizar e, no capítulo quarto, apresentaremos os resultados decorrentes dos tratamentos efectuados assim como a discussão dos mesmos.

Finalmente, na conclusão desta tese, procuraremos, por um lado, sintetizar as questões que no decorrer da sua realização, em função da nossa leitura pessoal, emergiram com maior destaque, bem como, por outro lado, procurar assinalar dimensões significativas tanto para o desenvolvimento de futuras investigações neste domínio como para a intervenção no mesmo por parte de terapeutas, fundamentalmente.

CAPÍTULO 1

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E REVISÃO DAS INVESTIGAÇÕES NO DOMÍNIO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

1. Apresentação do tema e clarificação de conceitos

A violência na família não é de modo algum um fenómeno novo, embora seja relativamente recente o seu interesse junto da comunidade científica, podendo situá-lo na década de 70. Com efeito, estes anos terão sido decisivos para operar mudanças neste domínio para tal tendo contribuído o olhar atento que a sociedade começou a revelar sobre a dramática realidade do abuso de crianças, o aumento significativo de divórcios, o papel divulgador dos movimentos feministas que, conjuntamente, contribuíram para alterar a concepção da família como lugar exclusivo de suporte emocional, de afecto e de transmissão de normas culturais. Estas noções de romanticismo sobre o amor e a vida conjugal e familiar constituíram um entrave considerável à investigação nesta área, e parece-nos que esta tendência ainda prevalece em algumas situações.

A constatação de que a violência familiar seria um problema de saúde pública surgiu, então, e sobretudo nos Estados Unidos, pese embora as dificuldades em obter dados objectivos neste domínio, por se tratar de um assunto relativo à esfera do privado. No entanto, a incidência e gravidade deste fenómeno é de tal ordem que, se alguns destes comportamentos (ou actos privados) fossem

cometidos por estranhos seriam certamente considerados crimes de extrema gravidade (Rybarik, 1995).

Tratando-se de um conceito abrangente, a violência familiar inclui domínios diversificados como sejam a violência conjugal, a violência sobre as crianças, o incesto, a violação no casamento, bem como o abuso dos pais, de irmãos ou de outros familiares (Alexander, 1993).

Trataremos, neste trabalho, apenas, da violência conjugal ainda que, em determinados momentos e para uma melhor compreensão do fenómeno, tenhamos que fazer algumas breves incursões por outras áreas da violência na família através da análise das relações existentes entre vários sub-sistemas familiares. Tal necessidade é inevitável aquando da apresentação de alguns estudos que relacionam variáveis adjacentes a vários sub-sistemas familiares (por exemplo, nas teorias de aprendizagem social).

Da revisão da literatura, retiramos a constatação primeira, de que a violência conjugal é analisada, na esmagadora maioria dos estudos, partindo do princípio de que os homens são os agressores e as mulheres as vítimas. Para muitos, aliás, este é um problema cuja magnitude afecta sobretudo as mulheres, quer sejam consideradas em relações de namoro, de casamento ou de união de

facto (Lannig & Warren, 1992; Makepeace, 1986). Eventualmente tal acontece porque as evidências estatísticas assumem que o homem é na esmagadora maioria dos casos o perpetrador e a mulher a vítima (Alexander, 1993).

Uma segunda constatação é a de que os estudos existentes são essencialmente de origem americana (existem alguns estudos canadianos, australianos e europeus, mas em menor escala) efectuados com indivíduos prioritariamente de raça branca ou em comparação destes com indivíduos da raça negra. São elaborados, sobretudo, a partir dos relatos de vítimas e seguidamente do relato dos agressores.

Assim, estima-se que cerca de 30% das mulheres são batidas pelos seus companheiros, sendo estes valores ainda superiores em amostras de mulheres hospitalizadas ou que vivem em asilos (D' Ercole & Herby, 1992; Straus, 1983). Em média, 1,8 milhões de mulheres são batidas pelos seus parceiros e 50% dos assassinios de mulheres é cometida por homens com quem elas estão intimamente envolvidas (McKenny, 1993; Walker, 1979). Em Portugal, dados da Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres referem que 30% das utentes desta instituição são efectivamente vítimas de violência doméstica sendo o agressor o

marido ou companheiro, em 98% dos casos. A nível nacional, 19,3% das mulheres são vítimas deste tipo de mau trato.

Existem várias definições de mulher batida, desde alguém que sofre repetidos e severos ataques físicos por parte daquele que com ela vive (Scott, 1974); ou, como uma mulher que recebe deliberadamente severas e repetidas injúrias por parte do companheiro (Gayford, 1975). Straus *et al* (1980) define violência como um acto carregado de intenção e que pretende causar dor física ou injúria numa outra pessoa.

Associado a estas definições estão as noções de frequência e severidade que conjuntamente com a noção de intencionalidade, têm sido objecto de merecida análise, na medida em que são fundamentais para perceber a forma e o tipo de abuso. Destas noções será eventualmente a de severidade aquela com maior visibilidade devido às injúrias físicas que requerem a prestação de cuidados médicos.

Por seu lado, a dimensão da intencionalidade (a mais difícil de operacionalizar) contribui decisivamente para a avaliação de um comportamento como violento ou não. Acresce ainda, as dificuldades em operacionalizar o conceito de violência, cuja representação mental faz apelo ao conceito de força, seja física ou

verbal, (Vale & Costa, 1994) e o facto de estas realidades não poderem ser observadas de outra forma que não seja através do relato dos intervenientes nas mesmas, acarretando possíveis e compreensíveis subjectividades.

A existência de diferentes formas de violência ou abuso (vulgarmente tidos como sinónimos) torna mais complicada a tarefa de as definir, nomeadamente, aquelas que poderão ter um enquadramento subtil como a violência emocional ou o abuso verbal. Então, como defini-las? No abuso ou violência emocional são incluídos os ataques verbais, a excessiva possessividade, o forçar o parceiro ao isolamento, a destruição de bens físicos e económicos (Alexander, 1993).

Qualquer que seja a definição de violência considerada, directa ou indirectamente, está implícita a severidade da mesma, conceito também difícil de operacionalizar na medida em que é complicado distinguir alguma violência de muita violência. Straus (1990), a este propósito, distingue violência "normal ou ordinária" de violência "severa ou abusiva" na sua escala de avaliação dos conflitos táticos, que inclui um conjunto de estratégias para resolver problemas intrafamiliares. Por exemplo, "insultar o outro" por oposição a "dar uma bofetada no outro". Contudo, dificilmente os

conceitos de aceitável ou não aceitável são excluídos desta análise, com efeito determinar severidade pode incluir nesta discussão a normalidade e o desvio.

Da mesma forma, a frequência do abuso também é difícil de quantificar ou operacionalizar porque, eventualmente, varia entre as diferentes formas de abuso. Por exemplo, considerando que as formas emocionais de violência são mais frequentes ou pelo menos são mais aceitáveis em termos sociais, poderá acontecer que não sejam tidas, em determinadas situações, como formas de violência.

Por definição, qualquer acto de violência ou abuso deverá ser deliberado e não ter acontecido acidentalmente; a intencionalidade está, por isso, ligada ao continuum existente entre ataques verbais e violência física. Dobash e Dobash (1984), por exemplo, consideram que os homens começam muitas vezes por injuriar ou atacar emocionalmente a parceira com o intuito de as controlar através de diversos meios entre os quais a violência física.

Finalmente interessa atender ao significado do acto em questão ou seja a forma como é interpretado pelos participantes estando, naturalmente, esta dimensão associada às normas culturais que influenciam as percepções dos indivíduos e que não são estáticas.

Como vimos, a clarificação de conceitos é particularmente importante neste domínio dada a extraordinária ambiguidade com que são utilizados. Assim, de forma sintética, consideramos que abuso ou violência significam "o uso de força física, verbal ou emocional, e dos ataques para controlar e manter o poder através da ameaça e da intimidação junto de alguém durante um determinado período de tempo (Levy, 1984, p.23; in Rybarik *et al*, 1995) e bater/abusar nas relações íntimas significa "um modelo de controlo coercivo que uma pessoa exerce sobre a outra" (Schechter, 1992) sendo que "battering" é sinónimo de "woman abuse" na literatura da especialidade, assim como os termos abuso e violência, na maior parte dos casos (Rybarik *et al*, 1995). Ao longo deste trabalho, procuraremos utilizar os termos da mesma forma que os autores nas suas investigações.

2. Perspectivas teóricas e revisão das investigações

2.1. Introdução

Diversas teorias têm sido desenvolvidas no intuito de compreender a génese da violência conjugal, desde perspectivas sociológicas e psicodinâmicas às abordagens centradas na patologia individual e, finalmente, aos modelos de cariz sistémico. Contudo, julgamos que ao nível dos diversos estudos realizados nem sempre é possível delimitar claramente as fronteiras em que cada um se enquadra, parecendo-nos que as conclusões dos mesmos atravessam diversos modelos teóricos explicativos deste problema.

Uma outra explicação possível prende-se com o facto de não existir nenhum modelo emergente, isto é, que possamos considerar como mais significativo na génese da violência conjugal (e, eventualmente, noutros tipos de violência no seio da família). Provavelmente será apenas com base num modelo eclético que poderemos compreender e intervir nas situações de violência conjugal. A este assunto voltaremos, necessariamente, ao longo deste trabalho.

De qualquer forma, independentemente do enfoque que possamos dar ao fenómeno da violência conjugal, verificamos a

existência de factores ou variáveis comuns, com maior ou menor ênfase na literatura, e com base nos quais surgem diferentes investigações e consequentes modelos teóricos explicativos. Assim, as investigações centram-se ora sobre as características dos abusadores ou das vítimas, sobre a sua família de origem, sobre o que leva as mulheres batidas a permanecer na relação, sobre as características existentes na relação da díade conjugal que promovem ou impedem o aparecimento de violência...

Com base neste tipo de organização, optamos por descrever alguns dos estudos realizados, que nos parecem mais significativos, apresentando, simultaneamente, as teorias que lhe estão subjacentes.

2. 2. Teorias centradas na patologia individual do agressor

A maior parte das teorias explicativas da violência conjugal apontam, justamente, como primeira causa a patologia individual, especificamente a do agressor; isto é factores como o alcoolismo, as desordens de personalidade, psicoses, entre outros, são commumente referidos como justificação para o comportamento violento (Doerner, 1995). Contudo, um número significativo de estudos tem revelado que poucos agressores possuem este tipo de distúrbio de personalidade e são indistiguíveis dos seus pares. Vejamos algumas das investigações que têm sido feitas neste domínio.

Relativamente ao álcool, alguns estudos revelam que homens com problemas de alcoolismo tendem a abusar das suas parceiras, estejam ou não sóbrios, contudo, a violência parece ser mais frequente se comparada com os homens que não sofrem deste problema (Brown, 1987; Walker, 1979). Spieker (1981) refere que existem homens que bebem e batem nas suas mulheres enquanto que outros, nas mesmas condições, não manifestam tal tipo de comportamento. Desta forma, parece-nos que alcoolismo e violência conjugal são dois síndromes separados que na prática podem coexistir (Barnett & Fagan, 1991).

Vejamos, ainda, um outro estudo realizado por Hamberger e Hastings (1991) onde se pretendia investigar diferenças ao nível da personalidade e da família de origem entre três grupos de homens violentos e um grupo de controlo não-violento, associando a variável presença de problemas com álcool. A amostra era então constituída por 38 homens violentos alcoólicos em tratamento; 61 homens violentos não-alcoólicos em tratamento, 28 homens violentos da comunidade em geral e grupo de controlo.

Os resultados revelaram que homens violentos, alcoólicos e não-alcoólicos, apresentam altos níveis de características *borderline* se comparados com o grupo de controlo; e que os homens violentos da comunidade não apresentam diferenças significativas relativamente ao grupo não violento. Nas medidas referentes à família de origem apenas os homens alcoólicos violentos diferem significativamente dos não-violentos no que se refere a ter experienciado e assistido, em conjunto, a situações de vitimização.

Além de características individuais como consumir ou não álcool, parecem assim existir outras variáveis contribuintes para a manifestação do comportamento violento por parte destes homens. De qualquer forma, os vários estudos apontam para a presença de

álcool ou de outras substâncias nos agressores com uma variabilidade entre 23 e 83%.

A associação entre disfunções psiquiátricas e abuso conjugal também não tem sido documentada com sucesso (Edleson *et al*, 1985). Alguns investigadores apontam como razões a falta de especificidade dos instrumentos clínicos de análise e a ausência de grupos de controle, (Bersani *et al*, 92).

Contudo, algumas investigações têm sido desenvolvidas a este nível. Por exemplo, Bersani *et al* (1992) procuraram determinar que variáveis psicológicas estão associadas com o comportamento abusivo de homens convictamente agressores junto de uma amostra de 75 sujeitos. Estes indivíduos eram semelhantes ao nível das características sociais e demográficas, raça, idade, estatuto sócio-económico e estatuto conjugal. Os resultados revelaram que estes homens manifestam uma tendência desinquietante (para o desassossego) que se manifesta num estilo competitivo e orientado para o conflito nas interações com os outros, nomeadamente com as suas companheiras junto das quais manifestam comportamentos violentos.

Os homens violentos contra as suas mulheres apresentam também níveis de hostilidade superiores aos de outros grupos,

segundo conclui um estudo de Barnett, Fagan e Booker (1991) junto de cinco sub-grupos de homens distribuídos da seguinte forma: três grupos de homens violentos (violentos face à parceira e sem acompanhamento, violentos face à parceira e com acompanhamento e violentos mas não face à companheira) e dois grupos de homens não violentos (satisfeitos na relação e insatisfeitos na relação).

As relações violentas estão significativamente associadas com desordens do tipo stress pós-traumático nos agressores, sobretudo se se trata de violência severa. (Houskamp *et al*, 1991). Tolman e Bennett (1990), apontam também para características associadas aos agressores, como psicopatologias, déficits de comportamento, papéis sexuais rígidos e depressão, além de eventuais problemas com álcool e drogas. Ainda a este nível, um estudo de Hurlbert *et al* (1991), considera que os homens abusadores apresentam maiores problemas com bebidas, atitudes mais rígidas face às mulheres, menor satisfação conjugal e consideram as suas parceiras pouco atraentes se comparados com homens não agressores. Não existem, contudo, diferenças ao nível da auto-estima entre estes dois grupos.

2.3. Teorias centradas na patologia individual da vítima

Poucos estudos têm examinado o uso de álcool por parte das mulheres e os existentes apontam para o facto de mulheres alcoólicas estarem mais predispostas a experienciar situações de violência conjugal do que a população feminina em geral (Miller, 1990) e que o consumo de álcool pode estar associado à existência de violência na família de origem sobretudo se as mulheres foram alvos directos da mesma, enquanto crianças (Miller & Down, 1993).

Desta forma, será correcto afirmar que o estigma associado à mulher alcoólica pode contribuir para a ocorrência de violência entre os parceiros, ou seja, ser um precursor de maior violência contra elas (Barnott & Fagan, 1993) também porque, como refere Walker (1983) as mulheres com problemas de álcool estão geralmente envolvidas em relações com homens que abusam igualmente desta substância (Faulkner *et al*, 1990)

Outras investigações consideram estas correlações falaciosas. Por exemplo, Finn (1985) refere que a relação entre stressores e violência conjugal envolve outros factores como os problemas económicos, desemprego, alcoolismo, ciúme, problemas com as crianças, desigualdade de status no casal, sendo que estes

mesmos factores podem estar na origem do problema do abuso de álcool (*in* Barnett & Fagan, 1993)

De qualquer forma, existe uma clara associação entre alcoolismo e agressão física contra as mulheres em amostras clínicas e não clínicas (Kantor & Straus, 1987) e em cerca de 1/4 dos casos o uso de álcool é assumido por ambos os parceiros. Contudo, nestes casais, a maior parte dos episódios violentos aconteceu quando nenhum deles tinha bebido, parecendo estarem envolvidos outros factores como o ajustamento conjugal (Leonard & Blane, 1992). Assim, o uso de álcool nunca é uma condição suficiente ou necessária para que o abuso ocorra. (O'Leary & Jouriles, 1995).

Por outro lado, a prevalência de sintomas depressivos na população vitimizada é suficientemente alta para assumir que estas mulheres estão em risco de depressão (Hodson, 1983). A ideação suicida também parece estar presente nas mulheres batidas (Pagelow, 1984). Outros sintomas comuns são a auto-culpabilização e as dificuldades de concentração.

Contudo, embora todas as mulheres batidas passem por experiências comuns ou bastante similares, nem todas apresentam depressão parecendo que devemos incluir outro tipo de variáveis como poucos recursos, ausência de reforços sociais e isolamento

social, relações stressantes e falta de um confidente íntimo como estando relacionados com a presença de depressão nestas mulheres (Brown, Klerman, 1984). Vejamos, seguidamente, algumas investigações realizadas nesta área específica.

Por exemplo, Sato e Heiby (1992) num estudo efectuado com uma amostra de 136 mulheres batidas - recolhidas voluntariamente de diversos grupos de mulheres e de abrigos - procuraram estudar que variáveis estão associadas à presença de depressão. Assim, os resultados sugerem que mulheres que apresentam fracas competências de auto-reforço, história de perdas, depressões anteriores e que estão conscientes, de forma realista, do que acontece na sua relação estão em maior risco de virem a apresentar depressão.

Importa realçar deste estudo, o facto de os autores considerarem que se estas mulheres têm uma percepção e um conhecimento realista da sua situação estão mais aptas a atribuir a agressão ao seu parceiro e a assumir a responsabilidade de deixar a relação, por elas próprias, o que é inconsistente com outros estudos. Parece que esta componente de realismo nestas mulheres poderá ajudá-las a proteger-se no que concerne aos sintomas depressivos como sejam a fraca concentração, a baixa auto-estima,

a fadiga e pensamentos negativos. (Por outro lado, a depressão parece ser, também, um factor que gera violência contra as mulheres, pela forma como os traços depressivos provocam o homem (Gayford, 1975; Rosenbaum & O`Leary, 1981).

Desta forma, pelo menos algumas das cognições destas mulheres não estão distorcidas apenas reflectem o "lado negativo da realidade" (Krantz, 1985; in Sato & Heiby, 1992). Se as ilusões têm, por vezes, um valor adaptativo em muitas circunstâncias, parece que em relações abusivas a sua função é contraproducente: podem proteger as mulheres da depressão mas não dos seus parceiros!

Finalmente, se as mulheres batidas e deprimidas encaram a realidade de uma forma mais realística importaria avaliar em que medida estão mais ou menos preparadas para abandonar este tipo de relações do que outras mulheres.

Warren e Lanning (1992) comparam mulheres batidas com mulheres não-batidas (33 em cada grupo) no que concerne aos papéis sexuais, controle e isolamento social sugerindo os resultados que as mulheres batidas são tidas como mais femininas (no sentido tradicional) no seu papel sexual e mais tolerantes ao controle externo (ou seja, mais aptas a submeterem-se a regras definidas por

outrem, mesmo contra os seus desejos) do que as mulheres do grupo de controlo.

Parece, assim, que as mulheres batidas são prejudicadas pela falta de traços ditos como masculinos no seu desenvolvimento, isto é, teriam a beneficiar com qualidades instrumentais tais como a independência e a asserção (Warren & Lanning, 1992).

Com efeito, o mútuo respeito, a veracidade e confiança, uma visão positiva do companheiro, actividade sexual mútuamente satisfatória, self-disclosure e tendência para resolver conflitos através da negociação são factores que faltam em relações abusivas (Russel, 1990; Waring *et al*, 1980). Estas fontes de satisfação são usualmente negadas em casamentos abusivos, especialmente naqueles em que o marido afirma a sua posição de dominância pelo uso da força e a livre expressão da sexualidade é proibida às mulheres, não sendo a sua satisfação sexual considerada importante (Dailey, 1989).

Num outro estudo no qual se compararam 60 mulheres abusadas - inscritas num grupo terapêutico - com 60 mulheres da comunidade, com a mesma idade, educação, tempo de casamento e religião; evidenciou-se que as mulheres abusadas apresentam menores níveis de intimidade e compatibilidade com os seus

companheiros, assumem papéis sexuais de uma forma mais tradicional, uma disposição negativa face ao sexo, apresentando a este nível menor satisfação do que o grupo de controlo. Contudo, este grupo de mulheres abusadas revela ter uma maior frequência de interações sexuais do que as outras mulheres (Apt & Hurlbert, 1993).

Este facto poderá estar relacionado com o período de "lua de mel" vivenciado pelas mulheres no denominado ciclo da violência de que falaremos adiante, período que se caracteriza pela acalmia e pelo romance entre os cônjuges o que poderá predispor a estes encontros amorosos (Walker, 1974). Paradoxalmente, esta maior frequência de interações sexuais também poderá ser resultado destas mulheres se sentirem pressionadas pelos companheiros.

Sucintamente, as mulheres batidas expressam, assim, baixos níveis de intimidade e compatibilidade com o companheiro e vivem experiências sexuais menos satisfatórias (Apt & Hurlbert, 1993).

Recentemente, vários estudos assinalam que as mulheres descrevem o abuso emocional como o aspecto mais ansiogénico da sua relação (Follingstad, 1990), acompanhando frequentemente a violência física. De facto, existe actualmente a certeza de que várias experiências abusivas co-ocorrem. Assim, a separação do abuso

físico, emocional e sexual não tem muito que ver com a experiência vivida destas mulheres, sobreposição confirmada por vários estudos (Aguilar & Nightingale, 1994).

Os mesmos autores referem ainda que não existe homogeneidade no grupo das mulheres batidas relativamente aos seus níveis de auto-estima, existindo uma relação com outras variáveis como o *tipo de abuso*, a *periodicidade* do mesmo e *quando o abuso ocorre*. Outros factores como a consulta, o suporte de amigos e familiares influenciam a auto-estima das mulheres. Contudo, as mulheres vítimas de abuso emocional parecem ser as mais afectadas.

A este propósito um estudo de Aguilar e Nightingale (1994) que compara a auto-estima de 48 mulheres batidas com a de 48 mulheres não-batidas (com idade média de 28 anos, sendo a amostra de mulheres batidas recolhida de vários programas de apoio a vítimas de violência conjugal) revela que, tal como esperado, as mulheres batidas apresentam menores níveis de auto-estima que as não-batidas.

Note-se que quatro tipos de experiência abusiva eram descritas nesta investigação: abuso físico, abuso emocional/controle, abuso emocional/sexual e abuso

miscelâneo/misto, sendo de realçar que apenas o abuso emocional/controlado está *significativamente* correlacionado com baixa auto-estima (Aguilar & Nightingale, 1994).

Assim, apesar de ter sido dado maior ênfase nas investigações ao abuso físico parece que as mulheres batidas referem o abuso emocional como o aspecto mais ansiogénico da sua relação (Follingstad et al, 1990). Estes resultados sugerem que o tipo de abuso que é controlador na sua natureza desempenha um papel central nos sentimentos de inferioridade e desespero existentes nas mulheres batidas e que, compreensivelmente, contribuem para dificultar o fim da relação (concordamos, com efeito, que o fim de uma relação implica mudanças psicológicas e situacionais seguramente difíceis de concretizar para quem possui fraca opinião acerca de si próprio).

Um outro estudo realizado junto de 234 mulheres batidas com média de idade de 36 anos, maioritariamente de raça branca e com filhos e sendo a amostra recolhida de diversas fontes (desde abrigos à comunidade), visava estudar que variáveis ou factores moderam a sintomatologia física e psíquica presente nas mulheres batidas (Follingstad et al, 1991).

Os resultados revelam que a frequência e severidade do abuso, a previsibilidade e controlabilidade do mesmo e as redes sociais de apoio influenciam os efeitos do abuso. Assim, a frequência com que o abuso ocorre é um forte preditor do número e severidade dos sintomas; que as mulheres que podem prever o episódio violento apresentam mais sintomas (contrariamente ao esperado e eventualmete explicado pelo período de espera - ciclo da violência - antes que o abuso ocorra, e que pode constar de longas semanas de vigilância e ansiedade contrariamente ao abuso súbito que é muito ameaçador mas em que não existe aquele terrível período de espera); e que a presença de um dos vários tipos de abuso emocional e o aderir a papéis sexuais mais tradicionais são também preditores da presença de sintomatologia severa, tanto física como psíquica.

Finalmente, julgamos que o que é concensual concluir é que os diversos estudos apontam para a não existência de um perfil psicológico ou sócio-cultural pré-existente nas mulheres batidas. (Carden, 1994; Rhodes, Sprenkle, 1992). Existem, isso sim, mecanismos de *coping* específicos para lidar com esta situação e que, paradoxalmente, podem contribuir para a perpetuação da mesma. Trata-se de padrões de ligação fortíssimos e difíceis de alterar ainda que sejam disfuncionais.

Básicamente, os estudos não confirmam diferenças consistentes entre as mulheres vítimas de violência e as que o não são, nem do ponto de vista da personalidade prévia, nem do contexto de pertença, nem da tipologia familiar de origem. (Asher, Carden, Orford, 1994).

2.4. Teorias psicodinâmicas

Destacaríamos neste domínio as recentes investigações realizadas à luz da teoria da vinculação. Naturalmente, que o autor histórico nesta abordagem é Bowlby que percepção a raiva interpessoal como resultado de necessidades de vinculação frustradas, ideia suportada pela investigação relativa às crianças que conclui serem as ameaças ou separações das figuras de vinculação experiências negativas que produzem nas mesmas sentimentos de terror, luto e raiva (Bowlby, 1969, 1973; *in* Dutton *et al*, 1994). Esta frustração, ao devir crónica, pode originar adultos extremamente agressivos ("intimacy anger").

Assim, a teoria da vinculação sugere que os comportamentos violentos do agressor podem significar comportamentos de protesto face à figura de vinculação, sendo eventualmente precipitados pela existência de ameaças de separação (ou antecipando-as) ou de abandono por parte da companheira (Dutton *et al*, 1994; Zeifman & Hazan, 1997).

Contudo, o papel dos processos vinculativos nas relações adultas só recentemente tem sido alvo de estudo. Hazan e Shaver (1987) ao considerarem o amor romântico como um processo vinculativo, despoletaram uma série de estudos a propósito. As

investigações subsequentes têm indicado que os padrões de vinculação identificados para as crianças são paralelos aos que caracterizam a vida adulta; que as relações românticas e de envolvimento sexual constituem a vinculação relacional mais importante nesta fase do ciclo vital; e que os padrões de vinculação dos adultos estão relacionados com uma série de dimensões nas relações íntimas e que incluem satisfação, confiança, comunicação e resolução de conflitos (Bartholomew, 1993; Hazon & Shaver, 1994; *in* Dutton *et al*, 1994). Simultaneamente, parece existir uma relação que poderemos considerar dialéctica entre dinâmicas relacionais e estilos vinculativos: se estes influenciam o tipo de atracção inicial também as dinâmicas relacionais influenciam o estilo de vinculação (Kirkpatrick *et al*, 1994).

Consistentemente com o acima exposto, alguns estudos valerá a pena mencionar. Assim, Dutton *et al* (1994) formulam a hipótese de que os homens que têm um estilo vinculativo ansioso têm maior probabilidade de apresentar agressão crónica e apresentar traços de potenciais agressores face às mulheres, tendo os resultados confirmado a hipótese ao revelar que a vinculação ansiosa é associada a uma personalidade abusiva nas relações de intimidade e parece emergir como uma medida directa do abuso emocional .

Uma outra investigação realizada por Wallace e Nosko (1993) junto de uma amostra de agressores assinala, justamente, a vergonha em assumir necessidades na esfera interpessoal como um factor precipitante da violência nestes homens sugerindo que o abuso cometido sobre as mulheres será resultado do medo em serem abandonados.

Numa outra perspectiva, Pistole (1993) procurou estudar a ligação entre estilos vinculativos e a hostilidade em relações de intimidade junto de uma amostra de 62 homens agressores. Quatro estilos vinculativos foram apresentados em proporções similares à da população não-violenta. Surgiram diferenças significativas entre os estilos vinculativos de ressentimento, desconfiança, suspeição e culpa. Estes resultados sugerem que a violência ocorre em relações de intimidade em cujos homens são descuidados ou negligentes, relativamente ao seu estilo vinculativo.

Coerentemente, homens violentos são deficientes ao nível de recursos adaptativos como competências de comunicação e assertividade recorrem a estratégias violentas como uma forma de *coping* para lidar (desadequadamente) com a situação (Holtzworth *et al*, 1997) . Paralelamente, existem estudos que referem que altos níveis de satisfação, de intimidade, de confiança e de compromisso

face ao parceiro e à relação com ele mantida estão associados a indivíduos com um estilo de vinculação seguro por oposição a evitante (Bartholomew & Dutton, no prelo, 1995; Kirkpatrick *et al*, 1994)

Para Rosen (1991) as ideias psicanalíticas são usadas para esboçar as linhas gerais de uma investigação que observa em que medida um desenvolvimento narcísico pobre origina uma deficiente regulação da auto-estima. Segundo este autor, esta questão está frequentemente na base da violência doméstica. Sugere-se, da análise dos resultados que a prevenção da violência em gerações futuras será melhor promovida através do encorajamento do "good parental" ensinando atitudes e práticas em ordem à diminuição do "grandious" self e à formação de um mais realístico "self-ideal". Isto inibiria a necessidade do recurso a expressões violentas do corpo e do ego para suportar a coesão do self.

Agressores que tenham sido vítimas enquanto crianças parecem apresentar um síndrome semelhante ao do stress pós-traumático, mantendo-se permanentemente em alerta face às suas relações de vinculação (Van Der Kolk, 1988; *in* Zeifman & Hazan, 1997), parecendo que este modo, como outros, de vivenciar as

relações íntimas se mantêm estável ao longo do tempo (Zeifman & Hazan, 1997).

Ainda dentro das perspectivas psicodinâmicas, Brandon (1976) postula que as mulheres agredidas, de alguma forma, incitam ou provocam o abuso. Outros, sugerem que as mulheres são masoquistas e adoram ser abusadas (Scutt, 1983) e, ainda, que as mulheres têm predisposição para a violência, foram expostas enquanto crianças a padrões inconsistentes que combinam amor e agressão e procuram em adultas um relacionamento similar de abuso e amor (Norwood, 1985; Pizzey & Shapiro, 1982). Mesmo que válida, parece-nos que esta teoria só se adequa junto de uma minoria de mulheres.

Na medida em que consideram o indivíduo isoladamente, ou na sua relação estreita com os mais significativos ou íntimos, de alguma forma estes modelos explicativos aproximam-se, em nossa opinião, das abordagens centradas na patologia individual.

2.5. Teorias sociológicas

As perspectivas sociológicas, onde se destacam autores como Gelles, Steinmetz e Straus, apontam para factores como o stress social, o estatuto sócio-económico e a pobreza como indicadores da presença de maior violência conjugal. Entre raça, classe social, género e o fenómeno da agressão às mulheres parece existir, com efeito, uma forte correlação (March, 1993).

Outros autores como Roberts (1975), contrapõem que este não é um problema de classes mas antes das mulheres, qualquer que seja o seu nível sócio-económico e cultural, considerando, assim, que aquelas condições contribuem para o abuso das mulheres mas não constituem as suas causas. Ou, como refere Carden (1994), mais recentemente, a questão está em que muitas mulheres ainda não alcançaram a independência política, social e económica que lhes concederia o poder de abandonar uma relação problemática. Desta forma, o papel social da mulher, e os estereótipos associados aos papéis de género são questões centrais na abordagem deste fenómeno.

A teoria dos recursos de Goode (1971), sendo outra das mais influentes explicações sociológicas para o abuso sobre as mulheres (Gordon, 1988; Hotaling & Straus, 1980), postula que a

força física é um dos vários recursos que os maridos usam para exercer influência na família, assim como o poder econômico e o prestígio social ainda inerentes, na maior parte dos casos, ao homem.

Outros estudos sugerem que os homens têm maior probabilidade de bater nas mulheres se elas possuem maiores recursos econômicos (Okun, Walker, 1986); outros porém, que casamentos em que o marido domina são mais violentos do que aqueles em que existe igualdade entre os sexos (Gelles & Straus, 1988; Y'lo, 1983); e, ainda, apontam para uma correlação positiva entre mulheres batidas e estatuto inferior das mesmas (Lestes, 1980; Levinson, 1989; Peterson, 1993).

Parece que casamentos ou relações em que os homens possuam menor poder do que as mulheres os torna abusivos contra as mesmas. Assim, a violência poderá ser um comportamento compensador da falta de poder em algumas áreas do casamento. (Babcock *et al*, 1993). Outros estudos, nomeadamente realizados em abrigos, revelam que dominância masculina, existência simultânea de diferentes tipos de abuso e conflito conjugal estão fortemente correlacionados com o abuso sobre as mulheres (Goldsmith, 1990). Ou, altos níveis de conflito conjugal e estatuto

sócio-económico baixo emergem como os principais preditores de uma elevada existência de abuso contra as mulheres (Hotaling & Sugarman, 1990).

Estas teorias revelam concordância com as análises feministas que assumem que as relações familiares se baseiam nas diferenças de poder e com o modelo de Hackler (1991) que associa a violência contra as mulheres com a situação de desigualdade em que vivem, encarando os factores económicos como muito relevantes na génese da violência e criticando, naturalmente, o fraco interesse concedido às razões estruturais. Suportando esta concepção, uma investigação realizada junto de jovens de diferentes países, revelou que os mesmos consideram o estabelecimento da igualdade sócio-económica entre os sexos como uma estratégia prioritária no combate ao fenómeno da violência doméstica (Reichart, 1991).

Hackler (1991) acentua a necessidade de se combater a ideia habitualmente veiculada de que a violência é pertença de um grupo específico de "más pessoas", esquecendo a restante população que "comete actos menores de violência de tempos em tempos" e Fortune (1993) chama a atenção para as normas culturais que tendem a promover e a perpetuar a existência de violência,

nomeadamente pela romantização da mesma em alguns domínios das artes (nomeadamente televisão e cinema).

2.6. Teorias da aprendizagem social

Parece-nos assim poder afirmar que na nossa sociedade e de forma paradoxal, alguma violência e punição físicas são encaradas como legítimas (Gelles & Straus, 1979) tornando possível a aprendizagem destes comportamentos por parte das crianças e jovens. Entramos, deste modo, no domínio das teorias da aprendizagem social que referem a exposição à violência como o maior determinante da existência do uso de violência, através da observação de comportamentos violentos como meio de resolução de conflitos por parte dos pais - família de origem -, ou dos próprios terem sido alvo de violência em crianças conduzindo ao uso da violência em adultos. Parece-nos contudo que esta relação não é linear como podemos concluir da análise das investigações efectuadas.

Continuam, com efeito, a existir desavenças acerca das maiores causas do comportamento violento por exemplo, na forma como os homens violentos diferem entre si, e as razões porque diferem. As formulações da aprendizagem social, bem documentadas sobre a associação entre ter sido abusado em criança e agressão na vida adulta, continuam a ser um poderoso modelo para a etiologia da agressão. A teoria da aprendizagem

social percebe a agressão como um continuum que se desenvolve desde as experiências de aprendizagem na infância, através de interações com outros significativos e através de influências sociais como aquelas presentes no poder dos media (Barnett *et al*, 91).

A violência no seio da família constitui-se, assim, no primeiro modelo para o uso da violência fora de casa (Hackler, 1991), parecendo que esta relação é mais evidente nos rapazes do que nas raparigas (Jaffe *et al*, 1985), que poderão apresentar maiores índices de vandalismo e delinquência e iniciar tais comportamentos mais precocemente (Kruttschmith, 1993).

Concretamente, famílias em que o pai está desempregado tendem a ocorrer mais situações de abuso dos pais sobre os filhos rapazes (Cantrell *et al*, 1990). Por outro lado, as mulheres tendem a fazer o mesmo que lhes fizeram, isto é, tendo sido abusadas na infância, manifestam o mesmo tipo de comportamento junto dos filhos, independentemente do sexo (Marshall & Rose, 1990).

A conexão entre violência na família e futura criminalidade, incluindo comportamentos violentos, tem sido suportado por vários estudos (Emery, 1989; Moore & Pepler, 1989; Hackler, 1991), embora a genética tenha um papel imprescindível na compreensão

da transmissão de violência de uma geração para a outra, em casos mais graves de criminalidade (DiLalla, 1991).

A violência contra as mães, associada a outros factores de risco como problemas de álcool, divórcio e prisão do pai contribuem para o aparecimento de problemas de comportamento, sobretudo nas raparigas (Spaccarelli, 1994) (note-se, que estamos ao nível das influências da violência conjugal na prole e não necessariamente na manifestação de violência dos mesmos nos seus relacionamentos íntimos). Crianças que presenciam violência conjugal apresentam dificuldades ao nível do seu crescimento emocional, problemas educacionais, na relação com os outros e na participação na vida da comunidade, de uma forma geral (Afolayan, 1993). Finalmente, as crianças revelam-se mais perturbadas em famílias em período de divórcio que litigam a custódia dos filhos e onde a violência conjugal é mais severa e repetitiva e se perpetrada por homens em vez de mulheres (Johnston, 1993).

Outros estudos revelam que os homens agressores estão mais predispostos a terem histórias de psicopatologia na família de origem, contudo, o ter sido abusado está directamente relacionado com o tornar-se agressor mas não com a presença de psicopatologia no próprio. (Murphy, 1993) e a agressão física entre

recém-casados está também correlacionada com preditores como a violência na família de origem e características de personalidade (O`Leary, 1994).

Enquanto algumas investigações suportam estas premissas (Carroll, 1977; Kalmuss, 1984) outras revelam que a maior parte das mulheres batidas não são originárias de famílias violentas e que a maior parte dos homens batidos durante a infância não abusam em adultos das suas mulheres. Contradições, como sempre!

2.7. A vítima e as suas reacções

Centremo-nos, ainda, um pouco mais na vítima e nas suas reacções, porque tal nos parece pertinente para perceber a mudança de ênfase das teorias de cariz individual para as sistémicas. Quase sempre as mulheres batidas são encaradas com suspeição e raramente são percebidas como inocentes ou indefesas. Assim, se permanecem na relação são acusadas de masoquismo ou de ter provocado o comportamento agressivo.

Contudo, a investigação revela que as mulheres que vivem em asilos ou que são entrevistadas em centros de saúde parecem ser fortes, criativas e assertivas em contraste com a patologia que comumente lhes é atribuída na literatura (Campbell *et al*, 1994), considerando alguns autores que estas mulheres sofreriam do *Síndrome das Mulheres Batidas*. Em contraste com esta análise, Gondolf e Hoff (1990) referem que as respostas das mulheres são sobretudo "estratégias de sobrevivência".

Estes autores postulam que as mulheres abandonam e retornam à relação num processo interior que tem a ver com o fim da relação enquanto vão testando, intencionalmente, os recursos internos e externos para serem autónomas; trata-se, assim, de um

processo de crescimento pessoal, que inclui um processo de luto e a identificação de apoios exteriores (Sullivan, 1991).

Strube (1991), numa análise que consideramos concordante com a de Gondolf, destaca dos quatro modelos explicativos para a decisão de abandonar ou não uma relação abusiva - (i) impedimentos psicológicos (a mulher permanece na relação devido a *handicaps* individuais), (ii) abandono aprendido (significa que a mulher interioriza uma atitude de passividade e culpabiliza-se a si própria), (iii) teoria da troca (a mulher encontrar-se perante um dilema entre continuar numa relação abusiva ou tornar-se num cidadão marginal, sem apoios pessoais e comunitários) e (iv) teoria do comportamento planeado - , justamente este último. Ou seja, o autor considera que a decisão de abandonar ou permanecer numa relação abusiva segue regras precisas e que, apesar de parecer do domínio do irracional, o processo de decisão em si mesmo não é, de todo, patológico! Desta forma, a mulher parece continuar na relação mas, interior e conscientemente, avalia a forma mais adequada e o momento mais oportuno para abandonar o companheiro.

Como acabamos de referir, segundo a perspectiva teórica denominada de "abandono aprendido" (Walker, 1979) as mulheres batidas ou agredidas interiorizam uma atitude passiva, culpam-se a

elas próprias e acomodam-se ao comportamento do parceiro; algumas reconhecem o perigo em que vivem mas são otimistas, esperando que o comportamento do marido se altere e permanecendo nesta situação ambígua cerca de 10 a 20 anos!

A literatura sugere, aliás, que os casais frequentemente experienciam um período de "lua de mel" (de 3 ou 4 meses) entre episódios violentos caracterizados pela ausência daquela, mesmo sem intervenção terapêutica (Walker, 1979). Esta autora denomina este fenómeno de *ciclo da violência* composto pelas fases de *tensão, ocorrência de episódios violentos e fase da reconciliação ou lua de mel* que pode ser de longa duração. Aliás, a duração destes períodos é variável em função do tempo de vitimação. Congruente com esta análise poderá estar o facto de apenas uma minoria de mulheres colocarem os maridos em tribunal e procurarem assistência legal. Ou que o período de lua de mel esteja a decorrer e exista a esperança da não repetição da violência.

Julgamos que uma outra variável que poderá contribuir para a compreensão da atitude destas mulheres, ou pelo menos de algumas, poderá ser o significado atribuído à violência, seja por elas próprias, seja pelos companheiros ou pela comunidade em geral. Esta última assume uma certa permissividade ao atribuir à violência

um sentido quase educativo: alguma violência é permitida como estratégia disciplinadora, crença seguramente interiorizada por muitos homens e mulheres. Ademais, para algumas vítimas esta situação é marcada por sentimentos de vergonha devidos ao fracasso da sua relação e percebem-se a si próprias como tendo falhado na missão mais relevante das suas vidas: cuidar da família (Ferreira da Silva, Glass, 1995; Hite, 1993).

Existem, a nosso ver, dois estudos interessantes que corroboram a perspectiva acima descrita. O primeiro, realizado por Willis, Hallinan e Melby (1996) decorreu junto de estudantes universitários de ambos os sexos e pretendeu observar o papel do "sex role stereotyping" na atribuição de responsabilidades na violência conjugal (tendo para o efeito que avaliar uma situação em que o homem era o agressor). Os resultados, consistentes com estudos anteriores, revelaram que os sujeitos com uma visão tradicional dos papéis percebem os homens como menos abusivos, apresentam maior tendência a considerar que a violência ocorre pontualmente e diminuem a sua gravidade, contrariamente aos sujeitos com uma visão igualitária dos papéis atribuídos aos géneros. Acresce ainda que tratando-se de um casal efectivamente casado, estes sujeitos tradicionais tendem a considerar ainda menos que o homem é abusivo.

A outra investigação foi também realizada com uma amostra de estudantes universitários visando observar como os estereótipos de género e o poder se associam com as percepções dos papéis em casais violentos. Assim, os homens são habitualmente encarados como tendo *performances* elevadas em "actuação" (assertividade, motivação para tarefas de chefia, e liderança) ao passo que as mulheres são encaradas como muito dotadas para a "comunhão" (acomodação e preocupação com os outros, excessivo altruísmo e vulnerabilidade). Este estudo expôs os sujeitos a duas condições (i) aquela em que o marido é violento contra a sua mulher e (ii) aquela em que a mulher é violenta contra o seu marido, invertendo o tradicional desequilíbrio de poder na relação.

Os resultados revelam que tanto homens como mulheres violentos são percebidos como possuindo valores altos em "actuação" e baixos em comunhão, alterando-se estes valores para as vítimas, homens ou mulheres, apesar destas serem percebidas como mais pobres em "actuação" do que os homens nas mesmas circunstâncias (igualmente abusados) (Gerber, 1991).

Relembremos aqui algumas teorias que assentam na patologia da vítima - numa perspectiva fortemente psicodinâmica - e

que postulam que as mulheres agredidas, de alguma forma, incitam ou provocam o abuso (Brandon; 1976), que as mulheres são masoquistas e adoram ser abusadas (Scutt, 1983) e, ainda, que têm predisposição para a violência. Ou seja, parece aplicar-se a estas mulheres o "rótulo" de codependentes assumindo-as como criaturas ainda mais perturbadas (mesmo com características de cariz psicopatológico) que os seus companheiros agressores (Carden, 1994).

A este propósito, Kennedy *et al* (1991) referem o isolamento dos amigos e dos familiares, sobretudo nas grandes cidades, e a inoperância da comunidade como as principais razões que conduzem as mulheres a adoptarem mecanismos para lidar com a violência e estratégias para a evitar (Fisher, 1982). Ou seja, em vez de apelar a características individuais a ênfase é deslocada para as questões estruturais, de natureza sócio-política, que contribuem para perceber de forma mais adequada as reacções de algumas mulheres.

Outras razões poderão justificar a permanência das mulheres nestas relações: os filhos, factores económicos, factores emocionais e pessoais, baixa auto-estima, ausência de redes de apoio, quer pessoais quer comunitários e sociais, desejo de proteger o esposo e

preservar a família unida. Moore (1979) refere que 50% dos maridos continuam a aterrorizar as suas mulheres após a separação. Pior, quando são assassinadas pelo seu parceiro, a maior parte delas encontra-se em processo de separação (Wallace, 1986), ou seja, parece que o risco de serem vitimizadas aumenta ao separarem-se do agressor (McMaster, 1993).

Numa interessante abordagem baseada no modelo da Análise Transaccional de Berne (1964), Bicehouse (1993) define diferentes níveis no comportamento de controle dos homens e consequentes ou paralelos estádios na vitimização das mulheres. Assim, (i) o primeiro passo ocorre quando face a situações concretas o homem toma o controle das mesmas, usando estratégias aceites socialmente, (ii) recorre a ameaças e a estratégias de intimidação da companheira, nesta fase estas pedem muitas vezes ajuda junto de significativos mas apenas são encorajadas a serem melhores esposas e, (iii) finalmente, o homem torna-se violento, a mulher sente-se abandonada, transfere a raiva para si própria, diminui a sua auto-estima, deprime e surgem, por vezes, comportamentos de auto-mutilação.

Finalmente, a "teoria da troca" - *Exchange Theory* - (Strube, 1991) assume que estas mulheres, por vezes, permanecem na

relação porque a escolha que se lhes coloca consiste em optar entre um violento e perigoso casamento e o desconhecido, o medo de uma educação monoparental, com dificuldades económicas (Gelles, 1979), tendo em conta a "pobreza no feminino" ainda existente. Roberts (1975) diz tratar-se da escolha entre "um casamento perigoso e a possibilidade de se tornar numa pessoa marginal".

Para inverter este estado de coisas, Pelod e Edleson (1994) num estudo de âmbito nacional realizado nos Estados Unidos que procurou avaliar a eficácia dos serviços comunitários e sociais de apoio às mulheres assinalam, justamente, a relevância dos serviços e de advogados para mulheres pela variedade de actividades que podem desenvolver em diferentes contextos, nomeadamente na pressão exercida junto de entidades governamentais para o suporte e criação de serviços para mulheres batidas. Os autores destacam a importância do papel destes profissionais no apoio individual e na contribuição para a ocorrência de mudanças sociais, mesmo ao nível das mentalidades.

Finalmente, diríamos que existe algum consenso acerca das mulheres com recursos pessoais e comunitários serem efectivamente capazes de abandonar a relação ou de encontrar meios para pôr fim aos ataques.

2.8. As atribuições

Finalmente, estudos sobre a relação entre variáveis cognitivas e a violência são inconclusivos. Finn, (1996) refere que as mulheres batidas consideram as suas vidas mais controladas por factores externos se comparadas com mulheres não agredidas. Contrariamente, outros estudos não encontram aqui diferenças (Olson & Long, 1986).

Outras investigações apontam para o facto de os agressores tenderem a atribuir o seu comportamento a causas externas projectando os seus efeitos negativos nos maus tratos incutidos às mulheres ou procurando "desculpas" em factores contextuais e temporários. Por seu lado, as vítimas, mulheres, atribuem o abuso a defeitos delas próprias ou a causas situacionais que afectam os esposos. De qualquer forma, variáveis como a frequência, intensidade e duração do abuso influenciam o processo de atribuição. (Overholser & Moll, 1990).

Contrariamente, outro estudo refere que tanto homens como mulheres atribuem o comportamento violento destas ao homem - dado curioso, já que assume a existência de violência por parte das mulheres - e estas tendem a atribuir a responsabilidade dos actos violentos cometidos pelo companheiro ao próprio (Holtzworth *et al*,

1992). Será de acentuar a quase inexistência de estudos sobre a violência por parte das mulheres dentro do sub-sistema conjugal.

Na mesma ordem de ideias, Bergman (1993) realizou um estudo em que compara homens agressores com homens batidos, concluindo que ambos os grupos apresentam um "background" similar: problemas com álcool e drogas, pertença a classes baixas, presença de abuso conjugal e/ou parental na família de origem. Assim, o mesmo tipo de antecedente, associados a outros factores precipitantes, conduzem estes homens a serem agressores ou agredidos/vitimas, ou, segundo Bergman, mais provavelmente, a ambos.

Finalmente, sujeitos com atitudes mais tradicionais em diversas áreas do seu relacionamento, tendem a culpabilizar a vítima em detrimento do agressor pelo episódio violento (Hillier, 1993).

Gostaríamos, ainda, de salientar a inexistência de estudos que atribuam a responsabilidade dos episódios violentos a causas próximas que tenham eventualmente despoletado o conflito, estando a investigação nesta matéria específica restrita à atribuição da responsabilidade entre os cônjuges.

2.9. Afinal, as mulheres também são violentas?

Vários estudos apontam, numa variabilidade de 23% a 83% (note-se na amplitude deste intervalo), que as mulheres batidas também cometeram, pelo menos uma vez, um acto violento contra o companheiro, quer seja ofensivo ou de natureza defensiva (Pagelow, Sanders, 1986).

A forte correlação entre infligir e experienciar violência sugere, assim, que a vítima também agride nem que seja por defesa pessoal e que o agressor é agredido neste contra-ataque (eventualmente, a força masculina leva a que os ataques dos homens sejam superiores). Parece, portanto, que as mulheres são tão capazes de escolher a violência física para resolver conflitos conjugais como os homens (Solomon, Straus, Vertesdal, 1980).

Ben-David (1993) considera existirem diferenças entre o domínio público e o privado onde o comportamento violento das mulheres será mais intenso, sendo motivado por motivos emocionais e grande impulsividade, tensão e solidão (Frasier, 1992) por ser a relação e a qualidade de vida na família a sua principal preocupação de acordo com muitas expectativas sociais face ao papel da mulher.

De resto, não existem ainda estudos consistentes sobre a mulher como agressora talvez porque o domínio onde

preferencialmente exhibe os seus comportamentos violentos se situar no espaço privado mas, sobretudo, porque o tipo de violência que vulgarmente lhe é atribuído - violência simbólica, verbal, psicológica - ser de difícil operacionalização e observação.

2.10. Teorias sistêmicas

Recentemente têm sido desenvolvidos modelos explicativos que procuram envolver mais do que uma variável e conjugam vários modelos. Trata-se de teorias de cariz marcadamente sistémico. Concretamente, Stith e Farley (1993) desenvolveram um modelo explicativo da violência conjugal perpetrada pelos maridos envolvendo seis factores: ter observado violência entre os pais na infância, o nível de stress dos participantes, aprovar a violência conjugal, papéis sexuais, alcoolismo e auto-estima.

Ou seja, a modelagem é considerada um importante veículo de aprendizagem de comportamentos abusivos (Russel, 1988), indivíduos sob alto stress parecem estar em risco de violência conjugal (Friedman, Neidig, 1984); homens que aprovam a violência têm maior probabilidade de usar violência (Crossman, Stith, 1990); são tradicionalistas nos seus papéis, abusam de álcool e possuem baixos níveis de auto-estima. Note-se que, se considerarmos algumas destas variáveis isoladamente, os estudos se revelam inconclusivos.

Dado o interesse acrescido nos sistemas familiares e nos pressupostos ecológicos, investigações recentes examinam a violência entre homem e mulher no contexto da interacção conjugal.

Existem algumas evidências em como variáveis interpessoais são mais úteis para distinguir casais violentos de casais não violentos (Vivian & O'Leary, 1987), ademais, porque só analisando as dinâmicas conjugais será possível perceber o processo violento.

Assim, entre outras dimensões, a qualidade da relação conjugal tem sido estudada em termos do ajustamento entre os parceiros, do seu nível de intimidade, e do prazer que obtêm na relação. Várias investigações indicam que problemas de ajustamento entre o casal, conflitos por causa da educação dos filhos e partilha de responsabilidades e papéis na educação dos mesmos estão associados ao abuso das mulheres (Edleson *et al*; Martin; Straus; Walker, 1991).

De facto, parece que a satisfação na relação está relacionada com os padrões de comunicação entre o casal e mulheres em relações violentas apresentam, justamente, baixos níveis de satisfação conjugal, sendo que os homens já tinham demonstrado anteriormente, durante o período de namoro, um estilo comunicativo associado a agressão física (Follette & Alexander, 1993); as variáveis preditivas de agressão física em casais recentes variam das mulheres para os homens, isto é, as características que parecem prever futuros comportamentos violentos diferem entre os

gêneros (O`Leary, 1994). Finalmente, o nível de angústia ou ansiedade na relação é uma variável significativa na mediação entre conflito e existência de violência na díade parental (Lloyd, 1990).

Também consistente em vários estudos é a constatação de que casais violentos exibem comunicação negativa, expectativas irrealistas e criticismo verbal acentuado face ao parceiro ou aos seus significativos (Edleson, 1991; Margolin; O`Leary, 1987).

Progressivamente, temos vindo a assistir pelo relato destas investigações à deslocação da ênfase das perspectivas individuais (ainda maioritárias) para a tentativa de tentar compreender as causas da violência conjugal usando os princípios da teoria geral dos sistemas que enfatizam o processo de interacção dos diversos actores dentro da família, neste caso, da díade que compõe o casal. Destacaríamos, o *modelo circunflexo da violência conjugal de Olson* (1979) que examina as características dos casais violentos em função de dimensões como a *coesão, a adaptabilidade e a comunicação* partindo do pressuposto de que a tendência para a violência num casal é marcado por regras de funcionamento rígidas.

De alguma forma, podemos considerar que o conflito faz parte da relação conjugal e que a ineficácia em resolver estes conflitos é o maior contributo para que o processo de desafeição do

outro se inicie e tenda a crescer (Kayser, 1993). Esta autora considera que a dificuldade em resolver problemas está relacionado com uma comunicação ineficaz - poucas competências para verbalizar sentimentos, pensamentos e dediciente capacidade de escuta por parte de ambos os parceiros e, também, ausência de comunicação e relutância em assumir compromissos. Esta situação de insatisfação poderá conduzir, ocasionalmente, ao abandono emocional e mesmo físico (Hite, 1987) da relação, e ser, ainda, pontuada por episódios de abuso emocional ou físico entre os membros do casal.

Com efeito, a acumulação de conflitos não solucionados produz raiva, agressão e contribui para a tensão no casal (Gottman, 1979). Por outro lado, as atribuições mais comuns são relativas a factores exteriores à relação, ao self (auto-culpabilização), ao parceiro - distorção, no sentido negativo, da imagem deste (Berger & Rolloff, 1982), e menos a factores interactivos. Assim sendo, as causas dos conflitos são percebidos como estando fora do controle dos elementos do casal (Howe, 1987).

Parece pois que, paralelamente ao que acontece em casais violentos, as causas para o processo de desafeição no casamento se prendem com dificuldades de interacção entre os parceiros,

nomeadamente, falta de mutualidade, necessidades individuais insatisfeitas e acumulação de conflitos não resolvidos (Kayser, 1993).

3. Conclusão

Neste capítulo, procuramos apresentar, de forma sucinta, o tema central sobre o qual decorre este trabalho através da clarificação inicial dos conceitos mais relevantes para a compreensão do fenómeno da violência conjugal.

Da revisão da literatura sobre este domínio pudemos constatar da não existência de um modelo teórico emergente, isto é, que de alguma forma se destacasse dos restantes, pelo que optamos pela apresentação de alguns dos estudos realizados a partir do modelo teórico subjacente.

Destacaríamos a progressiva deslocação do enfoque das teorias ou modelos explicativos, centrados no indivíduo, para a ênfase nos modelos sistémicos e, portanto, nas variáveis relacionais ou dinâmicas existentes entre os cônjuges.

Finalmente, destacaríamos o facto de a maioria das investigações terem como objecto de análise, primordialmente, o indivíduo, com especial destaque para as mulheres vítimas e para os homens agressores estudados na maior parte dos casos a partir de amostras clínicas.

CAPÍTULO 2

AS DIFICULDADES DE INVESTIGAÇÃO E A INTERVENÇÃO JUNTO DOS ACTORES DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

1. Introdução

Temos constatado, através dos relatos das diversas investigações, independentemente do modelo teórico seguido, que os resultados são extraordinariamente contraditórios. Com efeito, apesar do dramatismo do fenómeno e da especulação geralmente concedida ao mesmo em termos de *mass media*, a violência conjugal permanece ainda como uma área de interesse relativamente recente por parte da comunidade científica, sendo que a maioria dos estudos publicados se reporta a modelos teóricos semelhantes, não sendo significativa a sua diversidade e comportando, a maior parte deles, deficiências metodológicas consideráveis (Shumm *et al*, 1982).

Este facto, além da magnitude e complexidade deste problema, poderá ajudar a compreender a incongruência dos resultados. Propomo-nos, então, numa primeira parte deste capítulo, analisar alguns dos problemas metodológicos que nos parecem ser mais relevantes, enfatizando a sua interligação.

Na segunda parte deste capítulo, trataremos das questões referentes à consulta e acompanhamento de mulheres batidas e de homens agressores na medida em que se tornou um tema de grande pertinência nos mesmos países em que a investigação e intervenção

sobre este domínio são relevantes, tendo a este propósito emergido uma série de métodos e programas para agir junto destes casais ou dos indivíduos (Hawkins & Beauvais, 1985; Hamberger & Hastings, 1988, Sonkin *et al*; 1985; *in* Gondolf & Foster, 1991). Neste ponto, contudo, além da referência breve aos conteúdos dos métodos e programas de intervenção, procuraremos sobretudo reflectir sobre algumas questões que emergem da investigação e muitas vezes corroboradas pela prática clínica dos terapeutas.

2. Dificuldades de investigação

A dificuldade na aproximação a este tipo de população, será a primeira das ilacções a considerar. Com efeito, na medida em que se pretende estudar a violência julgamos ser difícil aceder aos casais agressivos e, particularmente, aos agressores na medida em que são pouco colaborativos, ademais, consideremos também a transitoriedade e efemeridade deste tipo de relações como um entrave considerável (Jouriles & O`Leary, 1985).

Por outro lado, embora a maior parte das investigações se proponha estudar a violência conjugal, raramente uma verdadeira relação conjugal é requerida como objecto de análise. Geffner *et al* (1988) referem que nenhum dos estudos exclui casais de indivíduos não casados, sendo indiferente o estado civil das díades e nem sempre a estabilidade temporal da união é considerada (pelo menos, seis meses de duração) e, noutros estudos, varia a percentagem dos sujeitos separados ou divorciados. Esta questão, no entanto, parece-nos relativamente secundária no que concerne às uniões de facto, na medida em que estudos mais recentes apontam para a existência de resultados similares em relações de cônjuges efectivamente casados, em união de facto e mesmo em casais de

namorados (Dutton *et al*, 1994; Vivian, 1995), independentemente da "legalidade" da relação.

Evidentemente, que já não nos destacamos de Geffner *et al* (1988) na observação que estes autores fazem relativamente à presença de sujeitos divorciados ou separados, em alguns estudos, e acerca dos diferentes "tempos de casamento ou relacionamento" considerados, por nos parecer que introduzem variáveis parasitas nos estudos dificultando a comparação entre eles.

Note-se também, as dificuldades na clarificação de conceitos e na opinião subjectiva dos sujeitos sobre os mesmos, como aliás referimos no início do capítulo anterior (Dalton & Kantner, 1983).

Por outro lado, o facto de muitas investigações não explicitarem claramente os critérios de definição das amostras (apenas 16% dos estudos o fazem, segundo Geffner *et al* (1986), as diferenças no processo de selecção das mesmas e de recrutamento dos sujeitos tornam difíceis as comparações entre estudos.

Com efeito, um número considerável de investigações é efectuado junto de mulheres batidas que procuram apoio, seja em asilos, grupos terapêuticos ou hospitais; junto de homens agressores que frequentam grupos de apoio diversificados em função do problema mais emergente (por exemplo, grupos de alcoólicos) ou

como consequência da violência que cometeram; ou seja, ainda, junto de amostras clínicas e muito centrados na procura da patologia individual em ordem à caracterização destes sujeitos. Além disto, a maior parte destes estudos não refere a existência de grupos de controle e são realizados com amostras pequenas. Por vezes, os estudos comportam grupos de comparação mas também retirados de *settings* terapêuticos, o que nos parece, poder contribuir para o enviesamento dos resultados.

É também evidente a ausência de grupos de controle em muitas investigações que não sejam realizadas com amostras clínicas e, portanto, que se reportem à população em geral, tanto num caso como noutra convém assinalar a presença pouco significativa de estudos longitudinais que constituem, como sabemos, avanços metodológicos consideráveis.

Independentemente do processo de observação, um dado indiscutível prende-se com o facto de a maior parte dos estudos ser realizado com base nos relatos individuais, quer seja da vítima ou do agressor, existindo uma minoria pouco significativa de estudos cujo objecto seja a violência relacional. Nestes casos, também emerge o problema, de considerável magnitude, de como lidar com os dados contraditórios expressos por cada membro do casal. A esta

dificuldade sentida pelos investigadores não é alheia a proliferação de programas destinados a mulheres batidas e a casais e que fez crescer o número de homens como objecto de análise.

As questões políticas e éticas que se colocam a este tipo de estudos deverão também ser ponderadas e são variadas (Cohen, Rosenbaum, 1985; Straus *et al*, 1980) sendo o abuso das mulheres geralmente considerado como um problema maior, de tal forma, que os termos *abuso de mulheres (wife abuse)* e *violência conjugal (marital violence/spousal abuse)* são muitas vezes usados como sinónimos na literatura (vd capítulo 1), não sabendo em que medida os *designs* metodológicos poderão estar subvertidos desde a sua concepção. Paralelamente, apesar de alguma evidência na mutualidade da violência conjugal, os dados existentes ainda são obtidos junto dos indivíduos, sobretudo das mulheres batidas, mais acessíveis ao investigador (as chamadas amostras de conveniência). Contudo, isto não implica que as mulheres não sejam, também elas, violentas, como estudos recentes, ainda que escassos, têm suportado (Ben-David, 1995).

No entanto, as abordagens de cariz predominantemente feminista, fazem um esforço assinalável para reverter aquele constrangimento (no sentido metodológico) a favor das vítimas mas

correndo, a nosso ver, o risco de empolgar excessivamente a questão. Do ponto de vista social, por si só, este facto não é problemático porque contribui para o aparecimento e desenvolvimento de instituições de apoio a estas mulheres, apenas se tornará problemático se estas considerações tiverem impacto na interpretação objectiva dos resultados.

Seja como for, Rosenbaum (1988) e outros autores enfatizam a ideia de que a violência conjugal ocorre sempre no contexto de uma relação de intimidade diádica, pelo que parece ser razoável que se examinem as contribuições potenciais de ambos os parceiros para a interacção violenta e, por outro lado, acrescentaríamos que apenas avaliando as dinâmicas relacionais nos apercebemos da natureza do problema, mesmo que se trate da violência conjugal. A esta questão voltaremos no ponto seguinte deste capítulo (relativo às grandes questões que emergem *de* e *para* a intervenção junto deste problema).

Para finalizar, assinalemos algumas questões ou problemas que se colocam permanentemente a este tipo de investigação e que também são sentidas pelos profissionais que trabalham na área clínica da violência conjugal:

(i) devido ao facto de socialmente ser preferível ocultar a violência - vergonha social, estigmatização - surge-nos o problema de que mesmo tratando-se de voluntários, os casais podem suprimir informações (Edleson, 1996);

(ii) a elevada taxa de divórcios entre casais violentos reporta ao risco do uso de informações deturpadas como meio de influenciar as autoridades na custódia dos filhos (Tutty *et al*, 1993);

(iii) não existem grandes evidências em como a redução de violência produz melhorias no relacionamento conjugal, assim, aceitar a diminuição da ocorrência de violência como medida terapêutica pressupõe a mensagem de que alguma violência é permitida! Constatamos este facto em muitos estudos! (Tutty *et al*, 1993; Rosen & Bezold, 1996);

(iv) a literatura sugere que os casais frequentemente experienciam um período de "lua de mel" (Walker, 1979). Assim, os *intervalos de follow-up* adequados ao design metodológico são também difíceis de conseguir numa população caracterizada por uma alta percentagem de divórcios, mobilidade e não colaboração nos estudos e, ainda, muitas vezes porque os casais alvo de observação poderão encontrar-se neste período de lua de mel que, como vimos anteriormente é marcado pela acalmia, romance,

esperança de que a situação de violência não volte a acontecer, podendo ser prolongado no tempo. Acrescentaríamos ainda que este dado torna difícil a realização de estudos longitudinais, na medida em que algumas circunstâncias, os mesmos casais estão em períodos diferentes da sua relação;

(v) muitas vezes as avaliações realizadas mesmo que junto do casal e, portanto dentro duma perspectiva relacional, ocorrem em momentos particulares da relação conjugal; isto é, os cônjuges podem encontrar-se em processo de separação ou, estando efectivamente separados, estarmos perante análises retrospectivas que, seguramente, comportam variáveis emocionais significativas e que, por isso, poderão interferir com relatos objectivos.

Finalmente, os cônjuges podem atribuir diferentes significados à violência e, independentemente da dificuldade da sua operacionalização objectiva (a que já fizemos referência no início do capítulo segundo), as experiências vivenciadas por cada indivíduo comportam sempre diferentes tonalidades, seja por diferenças individuais, seja por influência de variáveis exteriores como a rede social de apoio ou como a interpretação do ponto de vista cultural que a comunidade mais alargada concede a estes comportamentos

e que, como sabemos, são variáveis mas interferem nas representações que os sujeitos criam a propósito.

Relembre-se, nomeadamente, o facto de a investigação referir a violência emocional como mais desgastante e ansiogénica para as mulheres (Follingstad *et al*, 1995) e, no entanto, ela ser menos visível e mais difícil de operacionalizar. Apesar disso, ela poderá estar na origem de episódios posteriores de violência física, tida como mais severa.

Finalmente, e para concluir, julgamos que as dificuldades sentidas ao nível da investigação neste domínio se prendem com o cariz de intimidade a que ele está votado. Com efeito, apesar dos avanços consideráveis em termos de investigação obtidos a partir da década de 70, a maior parte dos estudos reporta-se a uma população clínica com características específicas. Assim, aquilo que acontece ao nível da esmagadora maioria das famílias é, ainda, de difícil acesso porque faz parte do domínio privado, especialmente no caso do subsistema conjugal.

Não queremos com isto dizer que temos uma visão pessimista deste problema em termos sociais. Aliás, até termos uma visão concordante com a de Gelles (1995) quando este afirma que a violência conjugal (bem como a familiar) está a diminuir

embora a sua visibilidade tenha aumentado em função do acréscimo de estudos nesta matéria e da melhor compreensão do fenómeno (e acrescentaríamos, devido ao poder dos *media*). Esta constatação não invalida, contudo, que as dificuldades ou entraves referidos neste capítulo não se coloquem de forma premente à maior parte das investigações como, de resto, seria de esperar num domínio de investigação relativamente recente.

3. A intervenção junto de vítimas e de agressores da violência conjugal

3.1. O sentido e premência das intervenções

Vários autores consideram que sem intervenção, as situações de abuso tendem a persistir e a tornar-se mais severas (Dutton & Painter, 1981; *in* Faulkner et al, 1991); estando estes pressupostos na mesma linha de ideias defendidos em conjunto pelo sistema de justiça criminal, polícia e serviços sociais que procuram dar respostas mais eficazes à violência doméstica (Shepard, 1992). Concretamente, no que se refere às mulheres vítimas de abuso emocional e/ou físico tornou-se imperiosa a necessidade de as capacitar com estratégias de "empowering", seja para desenvolver uma relação satisfatória, seja para abandonar a relação (Webb, 1992) parecendo que todos os intervenientes exteriores neste processo deverão ajudar a vítima a este nível.

Relativamente ao sucesso dos programas interventivos, um número considerável de estudos revela que o uso de substâncias como álcool e drogas, tendências narcísisticas, fracos rendimentos, história criminal, depressão, pessimismo e falta de assertividade estão associados a *drop-out* e *reincidência*, tanto no que se refere a mulheres como a homens (Grusznski & Carrillo, 1988; Hamberger & Hastings, 1990; Hale et al, 1988; Margolin et al, 1988; *in* Foster & Gondolf, 1991)

revelando características idênticas às da população em geral no que concerne ao finalizar as intervenções com sucesso. Em alguns casos, mesmo após tratamento intencionalizado, os homens tornam-se novamente ofensivos (Malloch, 1993).

Outros estudos debruçam-se sobre as políticas de intervenção junto dos agressores e vítimas e sua eventual eficácia. Em algumas revisões sobre intervenções os resultados sugerem, entre outras variáveis, que as sanções (nomeadamente a prisão do agressor) parecem ter mais efeitos nos agressores com uma história de uso de violência incipiente, contrariamente aqueles que têm histórias severas (Fagan, 1989). Numa investigação elaborada por Gelles (1993), este autor assinala justamente a necessidade de a prisão do agressor fazer parte de intervenções mais alargadas porque tal medida, por si só, parece tender a incrementar a violência nos sujeitos.

Por seu lado, Schmidt *et al* (1993) concluem de uma sua investigação que a prisão dos agressores contribui para a diminuição da violência numas cidades mas contribui para o seu aumento noutras (EUA), o que sugere, a nosso ver, a existência de outras variáveis participantes nesta questão. Os mesmos autores apelam também para a necessidade de serem criadas unidades policiais especificamente formadas para lidar com casais cronicamente violentos.

As investigações neste domínio sugerem, ainda, que agressores que tenham assistido a violência na família de origem e que apresentam problemas de uso de álcool são mais propensos a serem reincidentes (DeMaris & Jackson, 1987); que os agressores que completam os tratamento (independentemente da sua natureza) possuem maiores níveis educacionais, estão mais aptos a terem um emprego a tempo inteiro e embora tenham assistido a violência na família de origem não foram vítimas de abuso em crianças (Hamberger & Hastings, 1988; *in* Shepard, 1992).

3.2. Dificuldades na relação cliente-terapeuta nos casos de violência conjugal

Tratando-se de um tema actual, é interessante verificar que revisões recentes da literatura, nomeadamente no domínio da terapia familiar, revelam que mais de metade dos casos que envolvem violência física não são detectados durante as entrevistas de rotina (O`Leary, Vivian & Malone, 1992, *in* Straus & Aldarondo, 1994).

Algumas razões justificativas, que impedem as pessoas de falar, apesar do contexto terapêutico, dos seus comportamentos violentos ou dos comportamentos violentos do(a) parceiro(a) podem ser as seguintes:

(i) a percepção de que a violência física é trivial e aceitável, encarando-a como um problema menor que não vale a pena ser revelado em terapia (O`Leary & Murphy, 1992);

(ii) perceber a violência como uma forma aceitável de resolução de conflitos;

(iii) encarar a violência como sintoma de algo mais problemático e não como o "real problema";

(iv) medo de aumentar o risco de vitimização, na medida em que o(a) parceiro(a), por vingança, pode incrementar os comportamentos violentos (muitas mulheres assinalam esta variável, ou seja, afirmam ser

mais perseguidas após a separação ou após terem formulado queixa da sua situação, por parte dos parceiros);

(v) amor e consideração pelo parceiro, que parece afectar sobretudo as mulheres. Com efeito, um dos maiores paradoxos sobre esta matéria é o de que violência e amor andam interligados (Gelles & Straus, 1988; Goldner, Penn, Sheinberg & Walker, 1990) e, por outro lado, sendo atribuído às mulheres a responsabilidade de cuidar da família assumir a violência significa assumir um fracasso seu (Carden, 1994);

(vi) julgamos que também o sentimento de vergonha interage a este nível, vergonha por ser incapaz de resolver o problema na medida em que aquilo que ocorre entre quatro paredes só diz respeito à família (Ferreira da Silva, 1995);

(vii) eventualmente, a pessoa pode não revelar situações de abuso se estiver face a técnicos do sexo oposto com medo de não ser compreendido (representação de que sendo de outro género não poderá compreender a natureza das experiências vivenciadas);

(viii) problemas de interpretação de linguagem, tanto no que diz respeito às verbalizações dos clientes como dos terapeutas.

Certamente que o facto de os clientes não expressarem estas situações de violência também está relacionado com dimensões que podem ser reportadas aos terapeutas. Assim, num estudo realizado por Harway (1994) o autor assume que os terapeutas tendem a ignorar, minimizar ou distorcer informação sobre a violência conjugal em casos clínicos, enfatizando, assim, a sua necessidade de treino específico sobre esta matéria.

Aliás, numa outra investigação efectuada na Austrália, conclui-se da necessidade de treino específico dos profissionais de saúde, nomeadamente médicos, no domínio da violência conjugal em ordem a um melhor e mais eficaz atendimento, nomeadamente no que concerne à necessidade de despistagem das mulheres agredidas pelos seus companheiros (Gasteal, 1992).

Parece ainda que os terapeutas se abstêm de obter informações sobre a violência por outras razões: (i) por vezes, não questionam as pessoas para não parecerem intrusivos ou (ii) porque consideram que não se deve impor uma "agenda" para a consulta na medida em que se um assunto for importante deverá emergir por si só (contudo, isto parece não ocorrer nos casos que envolvem violência); (iii) linguagem inapropriada que oculta a verdadeira dimensão do que aconteceu devido a dificuldades em concretizar e operacionalizar conceitos; (iv) o contexto

em que estas questões devem ser colocadas e (v) dúvidas sobre a qual dos cônjuges se deve colocar este tipo de questão nos casos de terapia de casal; (Aldarondo & Straus, 1994).

3.3. Atribuição da responsabilidade: implicações para a intervenção.

Com efeito, a atribuição da responsabilidade sobre o abuso conjugal é outra dimensão fortemente discutida e que, como temos visto, tem implicações ao nível da intervenção (McKeel & Sporkowski, 1993). A perspectiva feminista de encarar o fenómeno do abuso considera que o comportamento abusivo deve ser sempre, em toda e qualquer circunstância, atribuído ao agressor (Avis, 1992).

Contudo, este não é um tema pacífico e se as perspectivas feministas consideram os maridos agressores como únicos responsáveis pelo acto de violência, os sistémicos defendem que ambos os cônjuges estão envolvidos na interacção violenta (Gelles & Straus, 1988; Gondolf, 1985). não querendo com isto significar que a atribuição de responsabilidade tenha que ser repartida por ambos. os parceiros.

Estas estratégias, aliás, têm sido alvo de controvérsia justamente porque trabalham com o casal, em conjunto, conceptualizando o problema como uma disfunção interactiva (Kowalski, 1993). Eventualmente, diríamos nós, depende do tipo de violência: lembre-se que muitos autores (Gelles, 1990; Straus, 1986, 1992) consideram que poderá existir uma escalada de violência iniciada por baixos níveis mas que podem despoletar estratégias mais severas (é o caso da violência verbal que pode terminar em violência física). A questão que se coloca,

então, é a de quem originou o conflito e, parece-nos que sem uma tentativa de análise mais abrangente não chegaremos a nenhum tipo de resultado.

Assim, parece ser relativamente concensual que os avanços tidos nas perspectivas sistémicas conduzem ao aparecimento de estratégias mais adequadas para lidar com este tipo de situação e que os mesmos não deixam de atribuir a responsabilidade do abuso aquele que o comete (Jenkins, 1991).

Verificámos anteriormente que algumas mulheres optam pelo abandono da relação enquanto outras, mesmo se já tendo procurado apoio em abrigos ou outro tipo de instituição, decidem permanecer na relação (Giles-Sims, 1982; Stone, 1984; Strube, 1991). Que deve o terapeuta fazer? Apoiar a mulher qualquer que seja a sua decisão ou impeli-la a abandonar a relação?

Segundo as perspectivas feministas o agressor é tido como claramente responsável pelo abuso e não acreditam que o abuso cesse pelo que o abandono da relação é a solução. Na perspectiva sistémica, embora enfatizando o apoio que poderá conceder-se ao agressor, considera-se que a mulher também pode desenvolver um papel em ordem ao seu término, nomeadamente na forma como interage com a situação violenta e como reage ao abuso (Gelles & Straus, 1988).

De qualquer forma, aquilo que o terapeuta pensa acerca da capacidade do agressor em cessar ou não os comportamentos violentos parece influenciar o sucesso da intervenção. Alguns autores pensam que o agressor nunca deixará de ser violento por oposição aos resultados revelados por investigações que avaliam a suposta eficácia das intervenções do sistema judicial e outros para pôr término ao abuso (Adams & McCormick, 1982; Gelles & Straus, 1988, Glebman, 1988; Margolin *et al*; in Sporkowski & McKeel, 1993).

Reflictemos, ainda, sobre a intervenção ao nível da terapia familiar e sobre os perigos e questões éticas que ela possa englobar. Em primeiro lugar, se a terapia familiar considera o problema de forma interactiva, é gerada uma corresponsabilização entre os membros da família sobre o comportamento violento, em que ambos os cônjuges tomam parte, ignorando o facto de a sociedade, em si, atribuir mais poder (e, portanto, mais recursos) ao homem nesta relação (Avis, 1989; Wylie, 1989; *in* Serra, 1993).

A perspectiva de trabalhar conjuntamente com abusadores e vítimas dentro da perspectiva sistémica, proporciona a análise da situação de abuso, das circunstâncias em que ocorreu contribuindo, desta forma, para um melhor entendimento do funcionamento familiar, podendo trabalhar-se em ordem a produzir alterações no mesmo,

conduzindo à diminuição da possibilidade de ocorrência de futuras ameaças, concedendo, ainda, ao agressor a oportunidade de mudar os seus comportamentos (Robinson *et al*, 1991). Não sabemos, no entanto, se esta relação é assim tão linear e, com efeito, faltam estudos a este nível...

Por outro lado, se o abuso das mulheres é uma consequência das políticas de intimidade, permitidas pela sociedade patriarcal os homens podem controlar as suas mulheres através de abuso físico e emocional (Jacobson, 1994). De qualquer forma, este autor enfatiza que o agressor é inequivocamente responsável pelos seus actos de violência e que, tentar explicar a violência nunca a justifica ou desculpabiliza, seja do ponto de vista ético, moral ou legal.

Desta forma, surgem constrangimentos e impasses na situação de terapia conjugal na medida em que ela pressupõe a existência de um problema relacional que também culpabiliza a vítima. Contudo, segundo a análise contextualista que Jacobson (1994) defende, o comportamento humano também é determinado por factores externos e, se se pretende estudar o abuso das mulheres, é efectivamente necessário estudar os factores que o circundam e que incluem a análise do comportamento das mesmas. Isto não significa, contudo, que qualquer que tenha sido o comportamento da vítima ela tenha sido a responsável pelo acto de

violência. Parece-nos, contudo, que existem aqui razões para que este princípio mereça ser, pelo menos, discutido!

No que se refere às intervenções propriamente ditas junto de mulheres batidas, verifica-se que elas englobam estratégias baseadas nos modelos cognitivos das quais destacaríamos a promoção da auto-estima, de competências de relacionamento, de competências de comunicação, de assertividade. A necessidade de intervir a este nível é suportada pela investigação, por exemplo Henderson (1993), revela que as mulheres abusadas têm a percepção de que falham na resposta às necessidades dos filhos, indiciando o facto de beneficiarem com o apoio de grupos semi-estruturados em que aquelas questões, entre outras, sejam discutidas e trabalhadas.

A assertividade, competências de comunicação, resolução de problemas, problemas vocacionais e questões de imagem corporal são igualmente áreas muito desenvolvidas ao nível das diversas intervenções (Cox & Stoltenberg, 1991). Wobb (1992) é também apologista de um processo interventivo de cariz cognitivo que inclua identificação de objectivos, desenvolvimento de um plano de acção e estratégias de tratamento e avaliação, considerando que o processo terapêutico, quer seja individual, quer seja em grupo, torna as mulheres mais aptas a quebrar o ciclo da violência.

Relativamente à intervenção junto dos homens agressores, as estratégias apontadas pela literatura são basicamente as utilizadas junto das mulheres (Shamai, 1996) embora se destaquem algumas áreas como essenciais na intervenção dos agressores, a saber: as competências de comunicação, de resolução de conflitos, capacidade de negociação, a tomada de perspectiva do outro (Eisikovits & Buchbinder, 1996).

Finalmente, cada vez mais se afirma a necessidade de trabalhar com base em modelos multidimensionais no tratamento destas mulheres e homens, ensinando-os a focar-se no assalto, a lidar com as redes de apoio social e a reconstruir os laços na sua própria família (com o parceiro e/ou com os filhos, na maior parte dos casos) ou com a família alargada (Patton, 1990; *in* Dutton, 1996).

Finalmente, fariamos referência a alguns estudos realizados no domínio específico da intervenção junto das vítimas e dos agressores e que constituem mais um contributo para a avaliação da sua eficácia, com a particularidade de fazerem referência a vários técnicos intervenientes neste problema. Com efeito, cada vez mais se assinala a importância dos recursos comunitários em ordem a dar uma efectiva assistência legal e social de apoio a estas mulheres além da mera constituição de abrigos (Sullivan et al, 1992; Heise, 1996).

Assim, Stith (1990) procurou avaliar a forma como os homens polícias lidam com as vítimas da violência, tendo concluído que eles são influenciados tanto por factores individuais (igualdade entre os sexos, papéis sexuais, aprovar ou não a violência) como por variáveis adjacentes à sua família de origem e que contribuem para as respostas hostis dadas às vítimas.

Apela-se, de facto, cada vez mais para a necessidade de as comunidades desenvolverem a capacidade de prevenção primária ao nível da violência doméstica seja através de suporte social, promoção de recursos familiares, ou de sanções legais mais adequadas (Andrews, 1994).

Busch *et al* (1993), num estudo (realizado junto de polícias e juizes) sobre a eficácia do sistema de justiça acerca da violência doméstica, revela que existe um hiato entre a história vivenciada pelas mulheres e a trivialização que é feita das mesmas por parte das instâncias jurídicas e sociais. Evidencia também o mito comum de que ambos os parceiros envolvidos na violência são igualmente responsáveis pela mesma.

Finalmente, Kayser (1993) analisa a relação entre cliente e advogado em situações de violência doméstica referindo o autor que muitas vezes as dinâmicas patológicas que caracterizam as interações

numa família com este tipo de problema, são transferidas pelos cônjuges para as relações mantidas com estes profissionais. Assim, a mulher batida tem tendência a ver o advogado como uma figura de autoridade e sente-se intimidada e ambivalente. O agressor pode tornar-se demasiado exigente e crítico relativamente ao trabalho do advogado, tendendo a resolver os problemas com ameaças e intimidações, a única estratégia de coping que eventualmente conhece. Kayser chama a atenção para o "conhecimento" destas situações em ordem à eficácia dos serviços prestados.

4. Conclusão.

Abordamos, neste capítulo, as dificuldades que se colocam aos investigadores no domínio da violência conjugal, e demo-nos conta de que a maior parte delas dizem respeito a questões metodológicas a que não são alheias a natureza "íntima" do assunto.

Estes constrangimentos emergentes nos diversos estudos consultados, têm implicações na intervenção junto de vítimas e agressores. Verificamos, com efeito, a dificuldade em aceder a esta temática mesmo quando o contexto é de privacidade absoluta como é o caso do contexto terapêutico.

A complexidade desta questão implica, parece-nos, a opção por modelos multidimensionais de análise e de intervenção, apesar de ser necessário uma atitude crítica e consciente das questões políticas e éticas (mesmo os investigadores e/ou clínicos e outros agentes têm as suas próprias grelhas de análise do mundo...) que se colocam neste domínio, de forma a que não contribuam para retirar conclusões enviesadas e a influenciar negativamente os resultados das investigações e as pessoas.

CAPÍTULO 3

OBJECTIVOS E METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO JUNTO DE UMA AMOSTRA DE CASAIS PORTUGUESES

1. Introdução

A opção por estudar a violência conjugal prende-se com a quase inexistência, no nosso país, de estudos neste domínio e, por outro lado, insere-se no desejo de aprofundar o conhecimento sobre uma realidade com a qual temos sido confrontados na nossa prática clínica, em diferentes contextos de trabalho.

Este primeiro capítulo sobre a parte prática do nosso estudo centrar-se-á no objecto e objectivos que nortearam a concepção desta investigação, na metodologia escolhida para o efeito, na revisão de algumas das investigações efectuadas com base nos instrumentos escolhidos e, finalmente, na exploração da sua qualidade psicométrica através da análise do poder discriminativo dos itens e da análise factorial.

2. Objectivos do estudo, caracterização da amostra e plano de observação

2.1. Objectivos do estudo

As grandes questões a que o nosso estudo procura dar resposta poderão ser sintetizadas da seguinte forma:

- quais as estratégias de resolução de conflitos utilizadas pelos casais portugueses?
- quais as percepções dos casais portugueses sobre dimensões da sua relação conjugal?
- quais os efeitos do sexo, da idade, e do nível sócio-económico-cultural na eventual existência de violência conjugal?
- quais os efeitos do sexo, da idade, e do nível sócio-económico-cultural nas percepções da relação conjugal?
- em que medida as percepções do relacionamento conjugal se relacionam com a existência de violência?
- em que medida a satisfação conjugal se relaciona com as estratégias de resolução de conflitos utilizadas pelo casal?
- em que medida a satisfação conjugal se relaciona com as restantes dimensões da relação?
- em que medida o recurso a estratégias de violência se relaciona com as percepções da relação?

- em que medida os cônjuges diferem, entre si, nas estratégias de resolução de conflitos?

- em que medida os cônjuges diferem, entre si, nas percepções da sua relação conjugal?

- em que medida a congruência quanto à satisfação conjugal interfere com o recurso a estratégias de violência e as percepções da relação, tanto intra-casal como inter-casal?

- em que medida a congruência quanto à violência conjugal interfere com as percepções da relação, tanto intra-casal como inter-casal?

2.2. A amostra e plano de observação

No sentido de dar resposta a estas questões foi seleccionada uma amostra constituída por 310 casais (620 indivíduos) efectivamente casados ou a viver em união de facto, com filhos (na maioria 2 filhos) e com idades compreendidas entre os 24 e os 64 anos, e sendo maioritariamente católicos (Quadro 1).

Quadro 1 Constituição da amostra em função do sexo, idade e NSEC

<u>Variável</u>	<u>Categoria</u>	<u>n</u>	<u>%</u>
Sexo	Homens	310	50
	Mulheres	310	50
Idade (nascidos)	antes da década de 60	309	49,8
	durante e depois da década de 60	311	50,2
Nível sócio-económico e cultural	Alto	264	42,6
	Médio	148	23,9
	Baixo	208	33,5

O processo de selecção foi feito através da colaboração com instituições de referência, como infantários e escolas do 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico pertencentes ao Grande Porto. A selecção das instituições baseou-se em critérios como a diversidade do nível sócio-económico e cultural dos utentes e disponibilidade das mesmas.

A necessidade prática sentida pelos investigadores de recolher mais e melhor informação sobre a violência conjugal conduziu ao desenvolvimento de vários instrumentos. No nosso

estudo, tomamos a opção pela Conflicts Tactics Scale (CTS) (Straus, 1979, 1990) por nos parecer a escala mais utilizada e melhor documentada para detectar a existência de violência conjugal. Apesar de ser amplamente criticada por alguns (Dobasch & Dobasch, 1988; Okun, 1986; Walker, 1984) e defendida por outros (Anson & Sagy, 1995; O'Leary et al, 1992; Straus, 1990; Tzeng, 1993) parece, com efeito, ser a escala que melhor avalia a existência de violência, na ausência de outras medidas (Woffordt et al, 1994).

A opção pelo Enrich levou em consideração o tratar-se de uma escala bastante abrangente no que se refere às áreas observadas na dinâmica do casal e poder servir, simultaneamente, para pesquisa ou para fins terapêuticos, sendo possível que os resultados das investigações com este instrumento, relativamente recente, sejam transpostos para a prática clínica. (Fowers & Olson, 1989, 1993).

Os dois instrumentos foram traduzidos tendo-se, ainda, procedido a uma reflexão falada com um pequeno grupo de casais (N=12), de nível sócio-económico e cultural diversificado, de forma a detectar e controlar eventuais dificuldades de interpretação dos questionários e problemas de clareza na compreensão da linguagem.

Os questionários foram administrados em salas das instituições de referência, gentilmente cedidas para o efeito, onde os casais se deslocavam, voluntariamente, após terem sido contactados por escrito, através das direcções das próprias escolas

ou infantários, sendo informados da colaboração destas com a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto na realização deste estudo.

Ambos os questionários foram administrados a cada um dos cônjuges, separadamente, apesar de estarem situados no mesmo espaço físico, levando o tempo que considerassem necessário, e sendo as instruções dadas oralmente, de forma similar, e sempre pelos mesmos três observadores que participaram na administração dos instrumentos.

De salientar que a recolha da amostra decorreu entre Outubro de 1996 e Abril de 1997 não tendo sido fácil obter protocolos válidos para uma amostra significativamente numerosa (relembre-se que era necessário que o casal realizasse os instrumentos simultaneamente para impedir comentários acerca dos mesmos e influência recíproca); adicionalmente, alguns casais menos escolarizados apresentavam dificuldades no preenchimento de questionários longos (como o Enrich), o que implicou o alargamento do período de observação.

3. Descrição da versão original da CTS (Conflicts Tactics Scale, Straus, 1979, 1990)

A teoria da *Catarsis* (*Catharsis Theory*) serve de pressuposto teórico à realização desta escala. Esta teoria, assume que alguma agressão é normal dentro da família, e que a sua supressão pode originar manifestações de violência ainda mais severas. Assim, o mito catártico sugere que a libertação regular de alguma agressão reduz as possibilidades de ocorrência de assaltos mais severos (Bandura & Walker, 1974; Freeman, 1977; Gelles, 1979; *in* Alexander, 1993).

A escala é composta por 19 itens que descrevem táticas usadas nos conflitos conjugais ou, se preferirmos, várias maneiras de resolver conflitos intra-familiares uma vez que existem várias formas da escala adequadas a cada sub-sistema familiar que se pretenda analisar (por exemplo, pais/filhos). Note-se ainda que em muitos estudos apenas são considerados alguns itens ou sub-escalas do instrumento.

Estes 19 itens estão organizados de tal forma que representam um crescendo de estratégias não violentas para estratégias cada vez mais violentas. Concretamente, a escala define três modos básicos de lidar com os conflitos intra-familiares:

- (i) uma opção pela racionalidade através da discussão e da argumentação - *negociação*;



(ii) o uso de actos verbais e não-verbais ou de ameaças que visem, ainda que simbólicamente, magoar o outro - *violência/agressão verbal*;

(iii) o uso da força física sobre a outra pessoa - *violência física* (Tzeng, 1993).

É de notar que em muitos estudos é feita uma separação entre os itens da escala relativos a violência física moderada e os relativos a violência física severa (Alexander, 1993; Straus, 1992; Tzeng, 1993).

Assim, os construtos psicológicos subjacentes são estes três meios ou táticas de resolver os conflitos intrafamiliares: negociação, agressão verbal ou simbólica e violência. A sub-escala negociação é composta por 3 itens (ex. "discutir um assunto calmamente"); a sub-escala agressão verbal ou simbólica por 7 itens (ex. "insultar o outro") e, finalmente, a sub-escala violência é constituída por 9 itens (ex. "dar um murro, morder, dar um pontapé") (vd. questionário em anexo).

Habitualmente, os sujeitos são questionados sobre quantas vezes o seu cônjuge ou ele próprio manifesta cada acção no âmbito de um conflito conjugal durante o último ano¹ sendo a sua frequência registada num continuum de seis passos de "*nunca*" a "*mais de 20 vezes*". No nosso estudo, os sujeitos são questionados sobre os seus próprios comportamentos e não sobre os da sua companheira ou companheiro.

¹ Este formato original tem sido adaptado noutros estudos para outras faixas temporais (e.g., O'Leary *et al.*, 1992; Anson & Sagy, 1995).

A consistência interna da CTS foi examinada em, pelo menos, três estudos de nível nacional, nos EUA, estando adaptada e aferida por sexo e idade. Na escala original (que avalia a relação conjugal) a média de correlação entre as 3 sub-escalas é de .70. A validade de construto tem sido consubstanciada, em vários estudos (Tzeng, 1993).

Além da sua validade e fiabilidade reconhecidas, a CTS oferece outras vantagens face a outras escalas: a sua administração leva apenas alguns minutos, podendo ser sob a forma de questionário auto-administrado ou através de entrevista; a sua especificidade minimiza a possibilidade de os sujeitos reconhecerem, antes de dar a resposta, o seu comportamento como violento; e pode ser preenchida por cada cônjuge separadamente ou em conjunto (Straus, 1992)

Nos casos da sua administração se fazer separadamente, possibilita uma dupla descrição (Bateson, 1979; *in* Aldarondo & Straus, 1994) isto é, informações diferenciadas sobre a forma como cada parceiro percebe a violência na relação. Finalmente, a CTS além de "medir" a existência de violência, avalia ainda a severidade, cronicidade e periodicidade da mesma.

Contudo, como referimos inicialmente, a CTS é alvo de várias críticas entre as quais a de não considerar os efeitos dos actos violentos no receptor (Arias & Jonhson, 1989; Finkelhor et al, 1988; Gondolf, 1987; *in* Marshall, 1992) e que os mesmos receptores ou alvo da violência sejam diferencialmente afectados, em função do sexo (Makepeace, 1986; *in* Marshall, 1992).

Ademais, esta escala também não considera outros parâmetros tais como os temas sobre os quais o conflito ou desacordo se instalou no casal (problemas económicos, filhos, sexo,...), embora reconheçamos que, como referem Straus e Aldarondo (1994), possa existir hostilidade e raiva sem referência a um qualquer tema específico.

Pese embora a importância destas críticas, há que considerar que a escala pretende avaliar a existência de violência, a sua periodicidade e cronicidade, e não os seus efeitos ou causas.

3.1. Revisão de algumas das investigações que utilizam a CTS

Esta escala tem sido utilizada em inúmeros estudos sobre a violência na família, onde se incluem alguns estudos longitudinais sobre violência conjugal, estudos clínicos sobre homens violentos (Saunders, 1987), estudos sobre mulheres batidas (Giles-Sims, 1983), estudos sobre terapia conjugal (O`Leary et al, 1992), estudos sobre o abuso de crianças, estudos de follow-up, estudos sobre delinquência juvenil (Widom & Shepard, 1996) entre muitos outros, o que revela, sem dúvida, a sua vasta aplicabilidade (Aldarondo & Straus, 1994).

Por exemplo, a CTS é também utilizada em investigações judiciais para atribuição do poder paternal, nomeadamente em casos de violência conjugal (Newmark, Harrel, Salem, 1995), junto de população presidiária nomeadamente para identificar marcadores de risco em potenciais agressores (Straus, 1993) ou junto de indivíduos com doenças específicas, nomeadamente a doença de Alzheimir para avaliar a incidência de violência nestes sujeitos (Paveza et al, 1992).

Na esmagadora maioria das investigações, a CTS é usada em associação com outros instrumentos, quase sempre como uma medida de violência física (mas não exclusivamente, porque também avalia a violência simbólica ou verbal), e junto do mais diverso tipo de amostras: desde estudantes universitários, amostras clínicas de homens agressores ou mulheres batidas, mulheres que procuram abrigos, grupos de tratamento para alcoólicos (Brained et al, 1996),

sendo muitas vezes criticado o facto de se tratarem de amostras de conveniência (Anson & Sagy, 1995).

Desta forma, autores como Gelles e Straus (1979, 1986, 1990) podem ser considerados precursores dos estudos realizados em comunidade, embora estes tenham ocorrido quase exclusivamente em países de expressão anglo-saxónica.

Dada a imensidão de estudos existentes, optamos por referenciar apenas os que nos parecem mais significativos ou emblemáticos, na medida em que fazem referência à maioria das variáveis mais relevantes estudadas na globalidade dos estudos optando, ainda, por referenciar os mais recentes.

A sistematização proposta também se fundamenta no tipo de modelo teórico que está subjacente aos estudos; assim, procuramos agrupar investigações referentes (i) à patologia individual, seja do agressor seja da vítima; (ii) à família de origem e efeitos nas crianças da violência conjugal; (iii) a constrangimentos estruturais (como a pobreza, ...); (iv) a casais de namorados e, (v) a casais.

Finalmente, poderíamos afirmar que a escala é sempre associada a outro tipo de instrumentos em função da natureza das investigações realizadas.

(i) estudos relativos à patologia individual, seja do agressor seja da vítima

Maiden (1996) avaliou a incidência da violência doméstica em homens alcoólicos, antes e depois do tratamento, parecendo que níveis moderados de violência física e intimidação verbal continuam

após a intervenção, embora com menor frequência e severidade, sendo que a assistência regular às sessões e o contacto com o responsável do grupo são responsáveis por este decréscimo.

Uma investigação realizada por Aldarondo e Sugarman (1996) junto de 772 adultos homens veio confirmar a existência de violência na população normal uma vez que 1/3 da amostra masculina assaltou a sua parceira pelo menos uma vez durante um período de três anos.

Verificar até que ponto homens que sofreram lesões cerebrais tendem a ser mais agressivos nas suas relações interpessoais foi o objectivo de um estudo junto de uma amostra clínica, tendo-se confirmado a relação entre acidente e aumento da violência verbal, aliás, as mulheres destes indivíduos confirmam estas revelações e acrescentam o facto de os maridos apresentarem diminuição na sua auto-estima. (Warnken *et al*, 1994).

Anson e Sagy (1995) realizaram um estudo junto de 161 mulheres hospitalizadas por situação de pós-parto em Israel, tendo esta amostra sido escolhida porque os autores consideram que a violência conjugal não cessa durante o período gestacional das mulheres (Helton *et al*, 1987; *in* Anson & Sagy, 1995). Em 21 dos casos a violência conjugal de que as mulheres foram vítimas parece associada a problemas económicos, a falta de coesão na díade conjugal e a estratégias inadequadas de resolução de conflitos. Trata-se, ainda, de mulheres emocionalmente dependentes dos seus maridos.

(ii) estudos sobre a família de origem e efeitos nas crianças da violência conjugal

A CTS foi utilizada num conjunto de investigações sobre os antecedentes da personalidade abusiva dos assaltantes ou agressores, tendo os resultados enfatizado as experiências tidas na família de origem na medida em que podem ter efeitos na modelagem dos comportamentos abusivos, incluindo o desenvolvimento de uma personalidade específica associada a situações de abuso (Dutton, Starzomski & Ryan, 1996).

Outro estudo, ainda nesta linha, refere que a exposição a estratégias de conflito na família de origem está associada ao aumento das respostas emocionais para antecipar o conflito, efeitos que continuam para a idade adulta. (Lindsey *et al*, 1995).

A interacção existente entre pais e sexo dos filhos, no que concerne aos maus tratos físicos infligidos aos mesmos, foi o objecto de análise de Muller (1995), revelando os resultados que as crianças são mais maltratadas pelo progenitor do mesmo sexo e que, entre os progenitores abusivos, aqueles que mais foram maltratados em crianças pelo parente do mesmo sexo, menos culpados se sentem ao usar este tipo de punição nos seus próprios filhos.

Uma outra investigação, efectuada junto de uma amostra de 256 estudantes universitários, revelou que a existência de violência no casal progenitor é preditor do uso de violência das relações de pares (com o mesmo ou o outro sexo) destes adolescentes ou jovens adultos. Ou seja, os resultados sugerem que a violência no

seio da família conduz ao uso da violência nas relações interpessoais fora da família (Cantrell, MacIntyre et al, 1995).

Por outro lado, pais que envolvem os filhos nos seus conflitos conjugais são preditores de mau ajustamento das crianças e estratégias que visem afastar as crianças dos conflitos da díade parental tendem a reduzir o mau ajustamento das mesmas (O'Brien, Margolin & John, 1995).

(iii) estudos relativos a constrangimentos estruturais

Um estudo de Harris (1996) sobre experiências agressivas e agressividade em função do sexo, idade e etnia revelou não existirem interações entre etnia e género. Contudo, os homens experimentam mais agressividade durante a vida e têm maiores valores nas escalas de agressão verbal e física. Os resultados são consistentes com a teoria da aprendizagem social que refere ser a agressão influenciada pelas experiências individuais e pela cultura.

Parece existir, também, relação entre o uso da violência em adolescentes negros que vivem em centros urbanos e o ter observado violência, em especial ter sido vítima de violência (punição corporal/disciplina), conflitos familiares e presença de depressão, segundo os resultados de um estudo de DuRant *et al* (1994).

(iv) estudos relativos a casais de namorados

Um interessante estudo efectuado junto de uma amostra de estudantes universitários procurou avaliar a relação entre amor, agressão e relacionamento de namoro. Os resultados revelaram que

a mania — amor obsessivo pelo parceiro — é o maior preditor de agressão no namoro e que, por outro lado, a agressão parece moderar a relação entre certos tipos de amor e satisfação (Bookwala, Frieze, Grote, 1994).

Entre estudantes afro-americanos que mantêm uma relação de namoro a violência toma frequentemente a forma de violência verbal. As mulheres assumem mais do que os homens terem usado de violência física contra o namorado. (Clark *et al*, 1994).

Riggs (1993) procurou analisar a associação existente entre problemas de namoro (tais como ciúme, interferência de outros na relação, falta de tempo para o casal) e a ocorrência de violência física nas mesmas relações. Os resultados revelaram que os problemas acima referidos são mencionados com maior frequência nos casais agressivos.

Um estudo efectuado no Canadá, junto de uma amostra de estudantes universitários envolvidos em relações de namoro violentas, revelou que os sujeitos que assumem existir violência física na sua relação também apresentam relações de grande envolvimento, longa duração, altos níveis de negociação e agressão verbal comparativamente aqueles que não referem a existência de violência. Por outro lado, as mulheres assinalam com maior frequência expressões de violência física e verbal para resolver conflitos do que os homens (Julian & Mckenry, 1993).

Estudos que visam testar a estrutura interna da CTS com amostras de namorados revela a existência de quatro componentes na escala: 1 - negociação e agressão verbal e coerção; 2 - agressão

verbal e coerção; 3 - agressão física e ameaça; 4 - agressão física severa; sendo os resultados convergentes com outro estudo efectuado junto de amostra de recém-casados. (Caulfield & Riggs, 1992).

Finalmente, refira-se uma investigação realizada junto de 336 universitários e que sugere que uma orientação predominantemente masculina no género e variações no relacionamento, constituem os dois melhores preditores de envolvimento em namoros violentos, tanto por parte das mulheres como por parte dos homens (Thompson, 1991).

(v) estudos relativos a casais

Num estudo que utiliza apenas a CTS junto de 94 casais de militares, procurou-se determinar o grau de violência doméstica advertindo para a conveniência de usar as respostas de ambos os cônjuges (e não sómente de um deles) sobre esta realidade tendo 57% dos casais referido a existência de violência doméstica (Bohannon *et al*, 1995).

Uma amostra clínica composta por 50 sujeitos serviu para verificar a consistência entre os dados revelados por telefone e na resposta ao CTS. Assim, os relatos da mulher acerca da sua agressão face ao marido mostraram-se mais consistentes do que os relatos do homem face à agressão contra a mulher. Como esperado, as mulheres referem significativamente mais casos de agressão física dos homens contra elas do que os seus maridos (Lawrence *et al*, 1995).

Um estudo de Langhinrichsen *et al* (1995) efectuado com uma amostra constituída por 199 casais de militares, revelou que na maioria destes casais (83%), tanto homens como mulheres estão envolvidos em actos de violência conjugal se bem que os homens usam mais de táticas violentas severas, recebem menos injúrias e revelam ter menos medo do que as mulheres durante estes episódios violentos. As mulheres parecem culpar-se mais do que os homens pela responsabilidade do primeiro incidente de violência no casamento. Os grupos não diferem no que se refere a terem assistido a violência entre os pais mas, as mulheres assumem mais facilmente terem sido batidas em crianças e assumem-se como abusadoras. Finalmente, para ambos os géneros, homem e mulher, ter sido vítima da mãe é preditor de vir a ser agressor e a vitimização por parte do pai parece ser preditor de vítima.

Numa investigação que visava avaliar a mútua vitimização foram comparados 57 casais agressivos com 34 do grupo de controle. Dos resultados surgiram 3 sub-grupos: cônjuges com níveis baixos de vitimização em todas as dimensões da CTS; mulheres que referem maiores níveis de vitimização do que os homens; e, homens que referem maiores níveis de vitimização do que as mulheres. Nestes últimos dois sub-grupos encontram-se grandes níveis de ansiedade/angústia na relação dos cônjuges se comparados ao primeiro sub-grupo e ao grupo de controle. (Vivian *et al*, 1994).

Um outro estudo efectuado junto de 246 mulheres e 136 homens, estudantes universitários em Hong Kong sobre a violência ocorrida entre os seus pais mostrou que 75% dos sujeitos referem que os pais usam agressão verbal e simbólica e 14% usam violência

física; as respostas aos conflitos com as crianças não variam segundo o sexo mas parece que os pais ameaçam, insultam e atiram com as coisas mais vezes do que as mães (Tang, 1994) trata-se de um estudo interessante porque se baseia no relato de outrem sobre a existência de violência conjugal.

Na aferição da CTS os dados empíricos revelam que a agressão física pode ser conceptualizada separadamente como moderada ou severa tanto por mulheres como por homens. Para ambos, a agressão psicológica está moderadamente correlacionada com moderada agressão física que, por seu lado, está moderadamente correlacionada com severa agressão física. (Pan *et al*, 1994).

Um estudo realizado com uma amostra clínica de mulheres veio revelar que estas usam mais as ofensas que os homens, mesmo em casais em que o relato de comportamentos agressivos é similar, o que apela para a necessidade de estudar a natureza da agressão em função do género. (Cantos *et al*, 1994).

Uma investigação realizada por LeJeune e Follette (1994) sobre a atribuição da responsabilidade dos actos de violência cometidos revelou que os homens são menos capazes do que as mulheres em tomar a responsabilidade do uso da violência na relação mas mais capazes de atribuir a culpa à sua parceira. Os homens também indicam mais o uso de álcool ou drogas durante os episódios de violência.

A CTS tem sido também utilizada para comparar amostras clínicas e não-clínicas sobre a exactidão/fidelidade do relato de

crianças pré-adolescentes (11-12 anos) sobre a violência conjugal, parecendo que tal é influenciado pela saliência do evento e por diferenças contextuais (Kruttschnitt & Dornfeld, 1992).

Refira-se ainda que num estudo junto de 625 recém-casados, 36% referem ter existido agressão física antes do casamento e variáveis sócio-demográficas parecem estar associados à agressão pré-conjugal (com diferenças sobretudo ao nível da agressão física moderada) contrariamente a factores como raça, educação e coabitação.

O'Leary *et al* (1992) realizaram uma investigação junto de 132 casais em situação de terapia apontando os respectivos resultados para a necessidade de ter diferentes medidas. Assim, 6% das mulheres referem no auto-questionário que a agressão física constitui um problema no seu casamento; se questionadas directamente a percentagem sobe para 44% e, finalmente no CTS - auto-administrado, 53% afirmam serem vítimas de agressão física por parte dos parceiros! Sem dúvida interessante até porque questiona a fidelidade e o processo de "medição" destas variáveis.

Finalmente, estatuto sócio-económico, educação, tamanho da família, religiosidade, orientação sexual e estrutura do poder na díade conjugal parecem não diferenciar os níveis de violência entre casais, num estudo realizado junto de 1471 adultos, em 1986. Por outro lado, o nível educacional, o emprego, e o tamanho da família parecem influenciar o nível de violência na relação mãe-filhos. (Rollins, Oheneba-Sakyi, 1990).

4. Descrição da versão original da ENRICH (Enriching and Nurturing Relationship Issues, Communication and Happiness, Olson, Fournier, Druckman, 1985).

O ENRICH é um inventário desenvolvido com o intuito de caracterizar as dinâmicas no casal, quer seja usado em pesquisas quer como meio de diagnóstico para casais que procuram ajuda terapêutica ou que visam enriquecer o seu relacionamento. Este instrumento enquadra-se num conjunto de escalas desenvolvidas por Olson e outros investigadores colaboradores, cujo objectivo principal é o de avaliar as dimensões do Modelo Circumplexo, anteriormente pelas escalas FACES II, FACES III e PREPARE (Olson, 1990, 1994) a partir da qual a ENRICH foi desenvolvida e contendo basicamente as mesmas categorias.

O modelo teórico subjacente é baseado nas três principais áreas supostamente presentes no relacionamento dos casais, a saber: características dos indivíduos (personalidade, valores, antecedentes/background, expectativas...), características do relacionamento interpessoal (poder, papéis, comunicação) e temas exteriores ao casal (amigos, trabalho), entre outros (Tzeng, 1993).

A escala é usualmente referida como sendo composta por 125 itens, no entanto, a versão cedida pelo autor consta apenas de 124 itens. Este conjunto de itens pretende medir 12 áreas diferentes do relacionamento dos casais. Todos os itens são cotados de 1 a 5 (escala tipo Lickert) num continuum em que 5 significa *concordo totalmente* e 1 significa *discordo totalmente*.

Os construtos teóricos subjacentes a cada uma das doze categorias que formam o ENRICH são seguidamente apresentadas:

Distorção Idealística (Idealistic Distortion): conjunto de itens que pretende avaliar o nível de idealismo para cada membro do casal. Assim, scores elevados indicam um elevado nível de idealismo enquanto que níveis baixos significam maior realismo e são mais comuns em casais que procuram apoio psicológico.

Questões de Personalidade (Personality Issues): esta categoria avalia a percepção individual que cada membro do casal tem do(a) seu/sua companheiro(a) no que concerne a alguns comportamentos e o nível de satisfação sentido nos mesmos. Estes comportamentos incluem traços de personalidade como temperamento, possessividade, teimosia, ciúme e comportamentos como a demonstração pública de afecto, hábitos de beber e fumar do parceiro. Scores elevados indicam aceitação e satisfação com os hábitos do parceiro.

Comunicação (Communication): esta categoria avalia os sentimentos mútuos, as crenças, e atitudes face ao papel da comunicação na manutenção da relação conjugal. Valores elevados reflectem conhecimento e satisfação com o tipo e nível de comunicação existente na relação.

Resolução de conflitos (Conflict Resolution): acede às atitudes individuais, sentimentos e crenças no que se refere à existência e resolução de conflitos no relacionamento. Valores elevados reflectem uma forma realista e efectiva de lidar com os conflitos na relação e satisfação pela forma como são resolvidos.

Administração de Finanças (Financial Management): esta categoria avalia as atitudes e preocupações acerca da forma de resolver os assuntos económicos. Valores altos reflectem satisfação com a gestão financeira do casal e atitudes realistas face à mesma.

Actividades de Lazer (Leisure Activities): esta categoria mede as preferências do indivíduo pela forma de passar os tempos livres (actividades individuais vs sociais, preferências individuais vs partilhadas). Scores elevados reflectem compatibilidade, flexibilidade e consenso acerca das actividades de tempos livres.

Relacionamento Sexual (Sexual Relationship): esta categoria acede aos sentimentos e preocupações individuais acerca do relacionamento afectivo e do comportamento sexual com o parceiro. Níveis elevados reflectem satisfação com a expressão dos afectos e com o papel da sexualidade na relação.

Crianças e casamento ou poder parental (Children and Marriage): avalia as atitudes individuais acerca da decisão de ter filhos e dos assuntos adjacentes (por exemplo o número de crianças a ter, o impacto das crianças, o papel e a responsabilidade do pai e da mãe na sua educação). Scores elevados significam consenso e percepção realista acerca da responsabilidade de educar crianças.

Família e Amigos (Family and Friends): esta categoria avalia os sentimentos e preocupações acerca do tipo de relacionamento com os parentes, sogros, amigos. Scores elevados reflectem relações confortáveis com os amigos e com a família.

Papéis Iguais (Equalitarian Roles): avalia os sentimentos, atitudes e crenças dos cônjuges acerca de vários papéis na família e no casamento (por exemplo, papéis parentais, funções da vida doméstica,...). Valores elevados reflectem o desejo de uma aproximação entre os papéis da mulher e do marido, enquanto baixos scores indicam concordância com a tradicional atribuição de papéis relativas ao homem e à mulher.

Orientação Religiosa (Religious Orientation): esta categoria avalia os sentimentos, atitudes e preocupações dos cônjuges acerca do significado das crenças e práticas religiosas no contexto do casamento. Valores elevados reflectem uma visão mais tradicional da religião tida como muito importante no relacionamento do casal.

Satisfação Conjugal (Marital Satisfaction): esta categoria avalia dez áreas do relacionamento do casal em ordem a definir uma medida global de satisfação. Estas dez áreas são: as características da personalidade, atribuição de responsabilidades, comunicação, resolução de conflitos, questões financeiras, gestão do tempo de lazer, relacionamento sexual, responsabilidades parentais, relacionamento com família e amigos, e orientação religiosa. Scores elevados reflectem compatibilidade e satisfação geral com o relacionamento conjugal, enquanto baixos scores significam fraca satisfação e preocupação acerca de várias matérias no casamento.

4.1. Revisão da investigação realizada com a Enrich

Da revisão da literatura, constatamos que este instrumento tem sido utilizado quase que exclusivamente pelos autores para avaliar o tipo de funcionamento da díade conjugal, identificando tipologias no que se refere aos tipos possíveis de casamento ou, se preferirmos, de relacionamento. Com efeito, os estudos precedentes neste domínio revelam a importância de áreas como o relacionamento sexual, a comunicação, a resolução de conflitos como variáveis interpessoais relevantes para a análise do funcionamento conjugal, bem como as questões relativas a amigos, crianças, dinheiro, e que sendo exteriores ao casal, também têm implicações no seu funcionamento.

Esta escala foi, assim, desenvolvida pelos autores para aceder a um conhecimento mais profundo do relacionamento do casal, especificamente nestas áreas. Assim, dois dos estudos realizados com o Enrich são relativos à sua própria validação (Lavee, 1993; Olson *et al*, 1989). Optamos por não os referir novamente na medida em que a escala original é aqui apresentada.

Um último estudo realizado por Lavee e Olson (1993), a partir da administração desta escala procurava encontrar terminologias relativas a diferentes tipos de casamento ou relacionamentos entre cônjuges. Os autores referem as categorias "desvitalizado", "centrado nas finanças", "conflituoso", "tradicional", "balanceado", "harmonioso" e "vitalizado" como tendo sido os sete tipos de casamento que emergiram do estudo, a partir da terminologia desenvolvida pelos próprios autores.

Finalmente, gostaríamos de referir que este instrumento tem sido utilizado pelos autores junto de uma população com características específicas: trata-se, com efeito, de casais em terapia ou presentes em grupos de desenvolvimento e que, portanto, visam enriquecer o seu relacionamento ou procurar ajuda para problemas específicos da mesma.

5. Análise da qualidade psicométrica dos instrumentos

Trataremos aqui de analisar a sensibilidade, validade e fidelidade dos instrumentos utilizados tendo todos os tratamentos sido efectuados no programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS) na versão 8.0 para Windows 95.

Para ambos os instrumentos considerados — CTS e ENRICH — a sensibilidade e fidelidade dos mesmos será avaliada através do poder discriminativo dos itens e a fidelidade e validade através da consistência interna e da análise factorial. Este procedimento permite também evidenciar a forma como os sujeitos organizam as suas percepções. Assim, para cada escala utilizada, apresentaremos os resultados: (i) do poder discriminativo dos itens através da análise da distribuição de frequências para cada nível de cotação e (ii) da consistência interna através da análise da estrutura factorial e do alfa de Cronbach.

5.1. Conflict Tactics Scale

Como já vimos, a CTS trata-se de uma escala desenvolvida a partir do modelo catártico do controle da violência que pressupõe o uso de diferentes estratégias para resolver conflitos intrafamiliares e que nesta escala se organizam num continuum da não violência para a violência.

Concretamente, o autor define três factores ou sub-escalas: (i) *negociação*, composta por 3 itens, (ii) *violência/agressão verbal*, composta por 7 itens e (iii) *violência física*, composta por 9 itens (Anexo 1). (Tzeng, 1993). Os estudos realizados pelo autor revelam que a consistência interna destas escalas é satisfatória (ou seja, com valores do alfa superiores a .70, aliás .87 para os homens e .88 para as mulheres) (Straus, 1979), mas no nosso estudo tal não acontece (o alfa de Cronbach é .37, .67 e .65, respectivamente).

A análise do poder discriminativo dos itens revela uma tendência crescente de concentração de escolhas à medida em que os itens se reportam a estratégias mais violentas; aliás, apenas os itens 1 e 5 apresentam uma distribuição equilibrada de respostas. Particularmente, a partir do item *n* ("dar um pontapé, morder, dar um murro") a quase totalidade dos sujeitos (mais de 95%) concentra as suas respostas na opção 0 ("nunca") o que interfere, como é evidente, com o poder discriminativo destes itens; com efeito, estes itens não apresentam praticamente nenhuma variabilidade de respostas.

Não sendo de excluir que esta concentração extraordinária se deva à desejabilidade social, é, no entanto, de esperar que a

frequência destes comportamentos muito violentos seja relativamente rara. A implicação prática é que estes itens não discriminam a amostra, pelo que a sua manutenção teria implicações negativas nos tratamentos posteriores. Assim, optámos pela sua eliminação. Apesar disto, registe-se que cerca de 1.6% dos sujeitos (ou seja, 10 indivíduos) optam por responder "não sei" a este grupo de itens, o que poderá indiciar que estas estratégias são, de facto, um recurso, embora para uma clara minoria dos casais desta amostra (desta forma, poderíamos também pensar que para aqueles que respondem "não sei" poderá funcionar como uma resposta de fuga...).

A análise factorial em componentes principais, após rotação *varimax*, para os 13 itens restantes revelou uma estrutura de alguma forma coerente, emergindo uma nova organização da escala em três factores (Quadro 2), que explicam 52.1% da variância.

O 1º factor associa itens referentes a estratégias de solucionar conflitos de forma violenta, embora associe estratégias ditas da violência psicológica/simbólica (segundo a escala inicial de Straus) como "ameaçar bater ou atirar alguma coisa ao outro" e estratégias de violência física (segundo a terminologia de Straus) como, por exemplo, "empurrar ou agarrar o outro" e que nós denominaríamos de *violência física moderada* (itens 11, 13, 12, 9, 10).

Quadro 2

Análise factorial em componentes principais com rotação varimax para os itens da CTS.

Itens	Factor1	Factor2	Factor3
CTS 11	,82957	,12057	-,06898
CTS 13	,81603	,04219	-,01303
CTS 12	,67693	,14381	-,06996
CTS 9	,66664	,26358	,14141
CTS 10	,61210	,33640	,10823
CTS 4	,26028	,71277	-,03609
CTS 8	,28770	,64752	,33946
CTS 5	-,32640	,59421	,04544
CTS 7	,28031	,56585	-,02403
CTS 6	,23148	,55930	-,12500
CTS 2	,01198	,07053	,83283
CTS 3	,12222	,10040	,62971
CTS 1	-,16510	-,22443	,49045

O 2º factor associa apenas os itens referentes a estratégias de agressão simbólica ou verbal (segundo a escala inicial de Straus) como "amuar ou recusar discutir qualquer assunto" (itens 4, 8, 5, 7, 6).

O 3º factor - associa os itens referentes às estratégias de negociação da mesma forma que Straus na escala inicial (itens 2, 3, 1).

A análise da consistência interna destes factores através do alfa de Cronbach revela que apenas o 1º factor apresenta um alfa claramente satisfatório de .81; sendo os alfas do 2º e 3ºs factores, respectivamente de .62 e .37. Assim, optamos por considerar, para o

nosso estudo, apenas o factor da violência física moderada, aliás, de acordo com o que acontece em muitas investigações (*in* Tzeng, 1993).

Embora tendo em conta as alterações efectuadas, podemos considerar que o Conflict Tactics Scale de Straus (1979) é um instrumento adequado para medir a existência de determinado tipo de estratégias violentas no casal.

5.2. ENRICH

O ENRICH é, como já vimos anteriormente, um inventário desenvolvido com o intuito de caracterizar as dinâmicas no casal, quer seja usado em pesquisas quer como meio de diagnóstico para casais que procuram ajuda terapêutica ou que visam enriquecer o seu relacionamento. Foi desenvolvida a partir da escala PREPARE, contendo basicamente as mesmas categorias.

As 12 sub-escalas ou factores sugeridos pelo autor são as seguintes: (i) distorção idealística; (ii) personalidade; (iii) comunicação; (iv) resolução de conflitos; (v) gestão de finanças; (vi) actividades de lazer, (vii) relacionamento sexual; (viii) crianças e casamento; (ix) família e amigos; (x) papéis igualitários; (xi) orientação religiosa e (xii) satisfação conjugal. Os itens incluídos nestas escalas têm, maioritariamente, uma formulação pela negativa (por exemplo, “sou relutante em demonstrar afecto ao meu companheiro porque tal pode ser interpretado como um avanço sexual” incluído na escala do relacionamento sexual).

A análise da consistência interna realizada no estudo inicial dos autores revela alfas de Cronbach entre .68 e .86 para as 12 escalas (Olson *et al*, 1989). No entanto, a análise da consistência interna neste estudo mostra que algumas escalas têm valores do alfa de Cronbach insatisfatórios (Quadro 3).

Quadro 3 - Consistência interna das escalas da ENRICH obtida pelos autores (Olson & Fowers, 1989) e neste estudo.

Escalas	Olson e Fowers (1989)N=15.522	Este estudo N=620
Satisfação conjugal	.86	.67
Distorções idealistas	.83	.83
Personalidade	.82	.78
Comunicação	.82	.72
Resolução de conflitos	.84	.76
Gestão de finanças	.82	.56
Actividades de lazer	.71	.67
Relacionamento sexual	.85	.58
Crianças e casamento	.78	.67
Família e amigos	.79	.71
Papéis igualitários	.68	.76
Orientação religiosa	.84	.74

A análise da distribuição das frequências de escolha dos níveis de resposta revela, na globalidade, a quase inexistência de concentrações de resposta acima dos 60%, pois apenas 12 dos 124 itens se encontram nestas condições (itens 12, 20, 30, 31, 38, 53, 62, 84, 94, 102, 106, e 116), mas nunca excedendo uma concentração acima dos 80%.

Foi, então, realizada uma análise factorial, em componentes principais, tendo sido requeridos 12 factores, tantos quantos os teoricamente previstos; optou-se pela rotação *oblímin* dado que estas dimensões do funcionamento conjugal são interdependentes (Quadros 4 e 5). A variância explicada por esta análise é de 46.7%.

A análise da consistência interna das novas escalas emergentes desta análise factorial, através do alfa de Cronbach,

permite identificar 10 escalas com validade, dado que os factores 3 e 12 apresentam valores insatisfatórios do alfa de Cronbach (.37 e .34 respectivamente). Assim, serão apenas consideradas as 10 escalas que apresentam um valor de alfa superior a .70 (Quadro 6).

O processo de selecção final dos itens a incluir nas escalas teve em conta não apenas a saturação do item naquele factor (>.30) mas, também, a sua congruência com os significados globais da escala e a sua consistência interna. Esta reorganização do questionário implicou, como é usual nestes casos, a eliminação de vários itens da escala original.

Quadro 4.

Análise fatorial em componentes principais com rotação oblínua para a ENRICH.

Itens	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4	Factor5	Factor6
ENR16	.72422	.10785	-.04559	.24516	-.28393	.25622
ENR38	.63963	.17381	-.05508	.19214	-.26226	.27610
ENR17	.61954	.26643	.01188	.25021	-.23631	.17770
ENR27	.60492	.06909	.02359	.29853	-.34198	.29975
ENR14	.58615	.19730	-.08840	.24090	-.27504	.25682
ENR46	.52183	.22870	-.09245	.26403	-.14834	.26235
ENR80	.51176	.12573	-.05703	.33749	-.27490	.31839
ENR31	.50135	.03999	-.06636	.25926	-.27297	.32809
ENR84	.49196	.00818	.01176	.10403	-.35661	.44809
ENR94	.48393	.35141	.18627	.37197	-.14898	.20799
ENR102	.46115	.06841	.04715	.23230	-.28892	.42579
ENR55	.43595	.01930	-.12537	.20607	-.36100	.33687
ENR105	.43303	.27041	.08787	.39295	-.22667	.24833
ENR86	.37265	.04501	-.06677	.30040	-.23529	.36691
ENR5	.33802	.23299	.05803	.14090	-.16342	.18524
ENR22	.11412	.73985	-.06848	.10398	.08071	.05741
ENR19	.06283	.70939	.11954	.04187	.16492	-.05509
ENR35	.02942	.69096	.06300	.09505	.15828	-.09149
ENR37	.02230	.69035	.05038	.10688	.14638	-.09925
ENR21	.05724	.64880	.03552	.12872	.19584	-.02931
ENR56	-.01963	.64186	.13869	.12039	.14494	-.03960
ENR36	.06218	.61432	-.16929	.02363	.02763	.08830
ENR15	-.05073	.58796	.18294	.05377	.13839	-.18065
ENR100	.00407	.58206	.11233	.08873	.13929	-.15545
ENR20	.28150	.67364	.11043	.11852	-.03677	-.02814
ENR34	-.09810	.56984	.17724	-.00757	.11010	.02465
ENR90	.03544	.54100	.17712	.21275	.09498	-.05697
ENR9	.05129	.52761	.17433	.09481	.11826	-.12073
ENR39	.12367	.51841	.15702	.10955	.02528	.02306
ENR44	.00385	.50772	.02864	.06819	.07883	-.05702
ENR66	.02986	.50649	.13889	.10659	.04089	-.10074
ENR123	.16146	.50427	.04308	.12847	.02345	.00556
ENR91	.04223	.49765	.10816	.07905	.04972	-.06446
ENR1	.03794	.48957	-.02808	.05592	.17210	-.09658
ENR43	.00871	.43613	.13017	.02241	.00073	-.16482
ENR64	-.03176	.41372	.30471	-.02844	.00164	.13189
ENR2	.01963	.41123	-.04281	.03165	.09862	-.26637
ENR120	.00054	-.05978	.59320	-.00453	.17178	-.00109
ENR115	.11534	.07598	.50262	.28257	-.04733	.10515
ENR47	.07599	.03467	.46272	-.12861	.13414	-.33760
ENR26	.14509	-.01501	.12558	.67914	.00249	.09631
ENR25	.14848	-.00097	-.16112	.63224	-.18825	.10509
ENR49	.11155	.07576	.08878	.60990	-.16200	.00364
ENR78	.28787	.23755	-.12326	.46882	-.21170	.24153
ENR71	.39843	.27134	-.03230	.46870	-.31753	.18144
ENR18	.09526	.13557	.01712	.39404	-.25425	.28300
ENR117	.24831	.07008	-.17567	.31777	-.25702	.19305
ENR23	-.24378	.13105	.07946	-.17144	.82577	-.20941
ENR48	-.15633	.14782	.08589	-.19060	.79047	-.17341
ENR83	-.29480	.09791	.24317	-.22989	.78489	-.25406
ENR70	-.30995	.10635	.11940	-.16458	.76302	-.13697
ENR113	-.13795	.14419	-.02942	-.02959	.72314	-.18470
ENR11	-.13568	.03234	.08845	-.09646	.61492	-.15299
ENR98	-.23265	-.01947	.11657	-.11187	.60213	-.10114
ENR92	.17433	-.06229	-.14917	.23380	-.47539	.30818
ENR4	.14137	-.00054	.15192	.11737	-.33887	.10404
ENR3	.12379	-.05376	-.11821	-.13424	.29129	.20190
ENR95	.40835	.08919	-.01804	.07784	-.18010	.67712
ENR109	.14143	-.04039	-.03643	.14690	-.00832	.61762
ENR103	.33842	.22781	-.14293	.15261	-.24197	.61259
ENR60	.31542	-.01339	-.14179	.10758	-.16479	.60695
ENR110	.35081	.07343	-.06480	.07850	-.37316	.49458
ENR119	.44937	.10071	.08252	.17715	-.27075	.48364
ENR93	.11947	.04510	.13339	.33847	-.21916	.44256
ENR54	.02546	.17914	.14372	-.04180	.30869	-.43680
ENR63	.24331	.13420	-.06739	.11211	-.16683	.40213

Quadro 4 (Cont.)

Análise factorial em componentes principais com rotação oblínua para a ENRICH.

Itens	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4	Factor5	Factor6
ENR124	,28215	,27508	,24433	,05493	-,10716	,18667
ENR104	,26009	,24959	,18297	,27052	-,08534	,27555
ENR77	,24560	,21328	-,02130	,31954	-,13332	,14886
ENR33	,46748	,31020	-,00639	,34223	-,20823	,23630
ENR87	,28786	,33039	-,06554	,31479	-,17543	,30016
ENR13	,42878	,15566	-,13363	,39644	-,22164	,15278
ENR42	,42641	,23802	-,10417	,37250	-,21274	,19693
ENR96	,37533	,43105	,02294	,36477	-,08209	,17757
ENR79	,44628	,36185	-,11863	,43812	-,21439	,22571
ENR8	,29665	,04590	-,00876	,05362	-,02592	,13422
ENR74	,16736	,12021	-,10564	,26693	-,03827	,24493
ENR68	,16916	,20874	,12549	,11718	-,06281	,11815
ENR10	,46155	,19019	-,21969	,18334	-,20842	,13280
ENR107	,40956	,14170	-,00451	,32504	-,28930	,32471
ENR58	,40207	,15385	-,03255	,26778	-,22479	,26342
ENR89	,20811	,17417	,02493	,24501	-,15710	,25739
ENR69	,32644	,36559	-,19941	,39696	-,16218	,26543
ENR75	,36113	,19826	,15431	,13272	-,22318	,21970
ENR65	,38412	,01028	-,23639	,21823	-,42870	,33911
ENR82	,34805	,01394	-,23230	,11639	-,48542	,41991
ENR114	,33489	-,03775	-,33334	,20957	-,57417	,31506
ENR59	,41228	-,07122	-,25583	,24811	-,42831	,34421
ENR88	-,35429	,02671	,22194	-,17891	,54376	-,33867
ENR45	,47739	-,07916	-,18471	,12877	-,53538	,30392
ENR12	,48313	-,11558	-,02151	,02371	-,47733	,21081
ENR30	,52344	-,12428	-,04323	,11956	-,51561	,29995
ENR24	-,02169	,09641	-,07625	,08574	,01651	-,05837
ENR81	,21625	,00156	-,32662	,34534	-,39967	,24364
ENR121	,14941	,05328	-,07966	,20771	-,31562	,24331
ENR29	,34682	,02444	-,23660	,32992	-,27696	,22961
ENR106	,21220	-,00062	,12223	,06043	-,29815	,25487
ENR41	-,35241	,14109	,02560	-,21688	,31671	-,11558
ENR101	,18113	,12719	,08547	,22320	-,17724	,17186
ENR61	,28450	,12667	,06967	,15183	-,02268	,21768
ENR7	,30841	,12439	-,02594	,32833	-,15051	,07401
ENR50	,22526	,20427	,06425	,18300	-,17175	,20403
ENR108	,20708	,02289	,00798	,15844	-,28427	,23775
ENR57	,46375	,22226	-,05270	,27313	-,17683	,19116
ENR76	,38240	,43817	,00834	,34570	-,02541	,18299
ENR99	,22246	,01135	-,16905	,36154	-,35506	,25893
ENR52	,40346	,12960	-,23701	,10186	-,32084	,30400
ENR6	,06212	,01666	-,03980	,22539	-,13873	,12285
ENR97	,16882	,14070	-,02478	,02278	-,07126	,26257
ENR53	,18141	,13318	-,06310	,12433	-,00623	-,06806
ENR62	,02367	,24930	-,07930	,13776	-,13991	,02434
ENR116	,26816	,31591	-,15030	-,00541	-,05213	,09313
ENR122	,01372	,21722	,05255	-,02710	,18671	,12678
ENR72	-,12427	,24344	-,18939	-,08432	,12285	-,00375
ENR28	,01141	,24982	-,00918	,05531	,07424	-,05323
ENR85	,24939	,11123	,06062	-,02109	,05021	-,03443
ENR118	,11378	,43284	,01622	,22527	,07766	,12000
ENR67	-,07120	,32866	-,01076	,10002	,04279	,04042
ENR73	-,18322	,32323	-,01020	,02037	,24850	-,01973
ENR112	,17592	,35452	-,07459	,06547	,01804	,00880
ENR51	-,10399	,45527	,23822	-,06269	,22844	-,08422
ENR40	,11895	,45059	-,03574	,09533	-,06975	-,03449
ENR111	,04837	,17653	,01181	,07993	,03544	-,03422
ENR32	-,00435	,05280	-,25594	-,06917	-,23078	,03483

Quadro 4 (Cont.)

Análise factorial em componentes principais com rotação oblínqua para a ENRICH.

Ítems	Factor7	Factor8	Factor9	Factor10	Factor11	Factor12
ENR16	-.29504	.30209	.20360	-.13543	.09332	.14664
ENR38	-.34987	.29098	.40934	-.05973	.02342	-.08703
ENR17	-.37549	.35295	.41213	-.06426	.25503	.15204
ENR27	-.29729	.25586	.36912	-.08389	.05445	.05462
ENR14	-.49672	.29171	.44075	-.05235	.21168	.10207
ENR46	-.42259	.16480	.42329	-.12721	.16432	-.08157
ENR80	-.40008	.32848	.36021	-.26687	.19273	-.07333
ENR31	-.25392	.30746	.09192	-.08089	-.00604	.10390
ENR84	-.24488	.32524	.33824	-.13328	.02200	-.19219
ENR94	-.30403	.11222	.17837	-.16461	.14973	.00022
ENR102	-.28526	.31455	.23667	-.18769	-.13215	-.12208
ENR55	-.23980	.43161	.32390	.02201	.07200	.11457
ENR105	-.42752	.31981	.30557	-.08065	.07715	.08067
ENR86	-.28756	.35390	.27498	-.13045	.11619	.28627
ENR5	-.20313	.20514	.27732	.09727	.01547	.31273
ENR22	-.26877	.02174	.15012	-.22792	.28204	-.01822
ENR19	-.14737	-.05576	.10993	-.23881	.35203	-.07127
ENR35	-.38153	-.06631	.16477	-.35656	.51273	-.06304
ENR37	-.37279	-.02929	.17009	-.33203	.45417	-.02249
ENR21	-.27889	.00920	.13498	-.23142	.48668	-.13972
ENR56	-.20387	.00117	.23357	-.43312	.48606	.10855
ENR36	-.28008	.12162	.12793	-.28433	.23054	.04778
ENR15	-.08258	.12140	.13241	-.24856	.16594	-.23648
ENR100	-.36045	-.00164	.19136	-.39919	.51324	-.07385
ENR20	-.08159	-.01551	-.00475	-.23229	.14893	-.10833
ENR34	-.10748	.00122	.25066	-.42356	.25805	.10692
ENR90	-.20724	.26103	.18231	-.35757	.49179	-.28232
ENR9	-.30405	.03946	.03645	-.24379	.46215	-.18565
ENR39	-.09843	.01552	.08292	-.46426	.21268	-.03564
ENR44	-.43799	.15875	.02132	-.40405	.45255	.05774
ENR66	-.19249	.24570	.16514	-.36886	.40858	-.36012
ENR123	-.16208	.08001	.24205	-.40885	.36558	.12059
ENR91	-.29047	.08798	.19263	-.39096	.43801	-.13793
ENR1	-.25625	.08462	.14499	-.09445	.42396	.02136
ENR43	-.24639	.23711	.08289	-.37846	.33198	-.18566
ENR64	-.11034	.07343	.22382	-.30218	.35420	.14921
ENR2	-.36097	.13980	.25274	-.31487	.26387	-.06122
ENR120	-.07419	-.13822	.03976	.13474	-.05426	-.12215
ENR115	-.22034	.10080	.19399	.10552	.04321	-.12588
ENR47	-.01009	-.19752	-.06777	-.04126	.11412	.22353
ENR26	-.05597	.03751	.14284	.05591	-.05176	-.04419
ENR25	-.14182	.20894	.22042	.00022	.01829	.21958
ENR49	-.19672	.01643	.08580	-.13162	.09738	-.07046
ENR78	-.32097	.38683	.37106	-.09158	.12613	.36516
ENR71	-.35343	.45640	.39023	.01251	.22763	.28433
ENR18	.02176	.11836	.11700	.11050	.00887	.04139
ENR117	-.17056	.31156	.10490	-.12485	.31477	.23724
ENR23	.10960	-.30728	-.10404	-.03980	.07197	-.16513
ENR48	.07842	-.18056	-.10812	-.13865	.13349	-.02253
ENR83	.16559	-.40950	-.18494	-.01602	.02344	-.12654
ENR70	.12291	-.22279	-.21864	-.10253	.11543	-.20193
ENR113	.03954	-.19422	-.10989	-.15591	.24100	.05615
ENR11	.03310	-.23420	-.02444	.02377	-.02879	-.05313
ENR98	.09989	-.30341	-.11399	.04787	.14244	-.17780
ENR92	-.07797	.30819	.04520	.09996	-.12397	.16388
ENR4	-.31731	.33217	.17302	-.09573	-.08400	.14930
ENR3	-.24877	-.05949	.09858	.01930	.05921	.03528
ENR95	-.23051	.16501	.30348	-.17586	-.02425	-.02200
ENR109	-.16361	.02196	.14326	.08495	.07041	.12947
ENR103	-.31888	.37823	.29982	-.06595	.00223	.02239
ENR60	-.26403	.15204	.37563	-.14437	.04005	-.05162
ENR110	-.36575	.31036	.26157	-.07887	.06554	.07927
ENR119	-.21874	.36065	.12314	-.18540	-.03563	-.06014
ENR93	-.11198	.30573	.07063	.06291	-.05507	.05828
ENR54	.00204	-.18490	-.05999	-.11338	.11983	-.05128
ENR63	-.30236	.26128	.38063	-.01452	-.02689	-.02868

Quadro 4 (Cont.)

Análise factorial em componentes principais com rotação oblínua para a ENRICH.

Itens	Factor7	Factor8	Factor9	Factor10	Factor11	Factor12
ENR124	-.69230	.12832	.15677	-.18328	.16306	-.13242
ENR104	-.64193	.19968	.27919	-.15834	.22998	-.01293
ENR77	-.63503	.21647	.28490	-.11373	.18740	.17301
ENR33	-.59054	.31013	.43386	-.12217	.27528	.03126
ENR87	-.58987	.26410	.34181	-.25412	.28508	-.07084
ENR13	-.56561	.28646	.37237	-.00048	.33444	.23079
ENR42	-.54940	.26014	.36812	-.11022	.14185	.03266
ENR96	-.54338	.26034	.39366	-.12830	.35116	-.06476
ENR79	-.53714	.25367	.37574	-.21653	.30834	.15392
ENR8	-.53155	.03410	.34371	-.05681	.08417	.01844
ENR74	-.52990	.23038	.36297	-.13104	.22283	-.01765
ENR68	-.52775	.05998	.04713	.07112	.20087	.02811
ENR10	-.51842	.27482	.46863	-.11099	.27847	.19047
ENR107	-.50622	.43134	.31953	-.05518	.04160	.06651
ENR58	-.46977	.33893	.42171	-.06982	.17378	-.03757
ENR89	-.46971	.30317	.20444	-.15980	-.16334	.00675
ENR69	-.43919	.27384	.40048	-.10178	.34597	-.03762
ENR75	-.42810	.32482	.36298	-.09803	.03669	-.26141
ENR65	-.23399	.68929	.20111	.04614	-.02914	.17848
ENR82	-.24159	.66827	.28369	.02111	-.04001	.09281
ENR114	-.20730	.66765	.20832	.04261	-.02190	.31288
ENR59	-.23270	.66595	.25858	.02146	.03018	.14578
ENR88	.21768	-.65619	-.20444	.05485	-.01599	-.18819
ENR45	-.25721	.64670	.25559	.07899	.00841	.14218
ENR12	-.17942	.59151	.29214	.07689	-.01406	.03749
ENR30	-.25042	.57146	.34680	.10712	-.02075	.17284
ENR24	.02751	.53574	.04296	-.26120	.17308	-.05688
ENR81	-.27529	.52275	.19423	-.03486	-.03769	.43722
ENR121	-.30430	.49581	.30676	-.10051	-.07539	.08597
ENR29	-.34612	.47630	.38272	-.06913	.13614	.32679
ENR106	-.22361	.43683	.13982	.02054	.03242	.08102
ENR41	.07418	-.42076	-.22223	-.08303	.17491	-.09886
ENR101	-.23705	.15741	.63937	-.23709	-.04299	-.01083
ENR61	-.16810	.16276	.61542	-.06252	.12185	.09799
ENR7	-.30309	.18281	.53701	-.13506	.07910	.15953
ENR50	-.33760	.20041	.52202	-.14429	.12769	-.18346
ENR108	-.24050	.38116	.51126	-.04757	.06254	.22929
ENR57	-.40295	.35709	.50326	-.08486	.24598	-.18786
ENR76	-.47063	.24682	.48931	-.21351	.34269	-.21475
ENR99	-.28321	.40267	.46200	-.00117	.05574	.39492
ENR52	-.33560	.34670	.45115	-.04717	.05799	.01833
ENR6	-.06129	.04137	.32943	-.02606	.07208	.13704
ENR97	-.24579	.12975	.31236	-.13348	.12187	-.01161
ENR53	-.08227	.13825	.13890	-.61371	.14308	-.00963
ENR62	-.24129	.19992	.14002	-.48375	.28018	-.09169
ENR116	-.13070	.16696	.11952	-.48283	.16578	-.03342
ENR122	-.08694	-.10509	.13878	-.45888	.21997	.04935
ENR72	-.06422	.10652	.02348	-.43274	.13183	-.03022
ENR28	-.07019	.00166	.27491	-.39409	.18382	.28446
ENR85	-.22023	.14737	.17916	-.15308	.60176	.03970
ENR118	-.28598	.08177	.13973	-.30201	.59421	.09740
ENR67	-.22650	.08045	-.05492	-.20780	.58626	.15629
ENR73	-.10057	-.06144	-.01247	-.28602	.57566	-.10771
ENR112	-.21529	.00594	.23738	-.32578	.56999	-.14098
ENR51	-.15606	-.19792	.06593	-.22930	.48093	-.19122
ENR40	-.36799	.16102	.08219	-.41136	.46623	-.03948
ENR111	.06926	.14058	.35083	.08821	.41452	.03264
ENR32	-.12182	.32009	.11455	-.17273	.11727	.34600

Quadro 5.

Matriz de correlação entre os factores da análise factorial para a ENRICH.

	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4	Factor5	Factor6
Factor1	1,00000					
Factor2	,06535	1,00000				
Factor3	-,01469	,08794	1,00000			
Factor4	,18996	,11686	,01303	1,00000		
Factor5	-,24721	,08029	,08377	-,18591	1,00000	
Factor6	,24466	-,01846	-,06907	,14875	-,21751	1,00000
Factor7	-,30054	-,23967	-,00732	-,18333	,10587	-,19848
Factor8	,24263	,06456	-,11266	,17489	-,35853	,20405
Factor9	,28024	,14963	-,01547	,19660	-,13068	,20238
Factor10	-,02769	-,32437	,01497	-,01447	-,04682	,01826
Factor11	,03817	,35940	,00175	,07400	,11590	-,05201
Factor12	,03666	-,05867	-,10601	,06254	-,11274	,04446

Quadro 5 (cont.)Matriz de correlação entre os factores da análise factorial para a ENRICH.

	Factor7	Factor8	Factor9	Factor10	Factor11	Factor12
Factor7	1,00000					
Factor8	-,21802	1,00000				
Factor9	-,28945	,22090	1,00000			
Factor10	,13893	-,08102	-,10311	1,00000		
Factor11	-,20148	,05097	,13679	-,21938	1,00000	
Factor12	-,01238	,08270	,06342	,03780	,01625	1,00000

Quadro 6 Alfa de Cronbach para os factores emergentes da análise factorial para a ENRICH.

Factores	1	2	4	5	6	7	8	9	10	11
nº itens	13	19	8	7	9	18	14	11	9	7
α	.88	.91	.72	.81	.73	.91	.90	.77	.73	.76

Desta forma, obtivemos uma nova estrutura factorial, que representa a organização das percepções que os casais portugueses desta amostra possuem das dimensões no seu relacionamento conjugal. Sempre que estas novas escalas eram coincidentes, em termos de significado, com as escalas originalmente propostas, manteve-se a mesma designação, muito embora a sua constituição, do ponto de vista dos itens incluídos, possa ser diversa; quando tal não era possível, tentou-se encontrar uma designação consistente com a natureza dos itens constituintes.

Os 10 factores encontrados são os seguintes:

Factor 1 - agrupa itens relativos à *confiança na relação* em diferentes áreas da vida conjugal, nomeadamente na área da gestão das finanças (item negativo: "o uso de cartões de crédito e de empréstimos tem sido um problema para nós"), e das características do parceiro (item negativo: "os hábitos de beber e/ou fumar do meu companheiro são um problema").

Factor 2 - agrupa itens relativos à *satisfação conjugal*, incidindo na comunicação entre os cônjuges ("estou muito satisfeito com a forma como falamos um com o outro"); no relacionamento sexual ("tentamos encontrar formas de manter o nosso relacionamento sexual interessante e agradável"); na partilha de responsabilidades ("estou muito satisfeito pela forma como gerimos papéis e responsabilidades no nosso casamento).

Factor 4 - agrupa itens relativos à *intimidade e segurança na relação* (itens negativo: "preocupa-me que o meu companheiro e eu não passemos mais tempo livre juntos" ou "preferiria fazer qualquer

coisa a passar uma noite sozinha"), incluindo a sexualidade (item negativo: "preocupa-me que o meu companheiro possa não se interessar por mim sexualmente").

Factor 5 - agrupa itens relativos à *orientação religiosa* referentes aos sentimentos e atitudes dos cônjuges acerca do significado das crenças e práticas religiosas no casal ("partilhar valores religiosos ajuda a nossa relação a crescer" ou "é importante para mim rezar com o meu companheiro").

Factor 6 - agrupa itens referentes à *concordância na relação* relativos às grandes questões em que os cônjuges manifestam acordo, em áreas diversificadas como os filhos (itens negativos: "saber quanto devemos fazer pelos nossos filhos é um assunto conflituoso para nós" e "temos diferentes perspectivas sobre a educação religiosa dos nossos filhos"), ou as finanças (item negativo: "decidir onde é mais importante gastar o nosso dinheiro é uma preocupação para nós").

Factor 7 - agrupa itens referentes à *personalidade*, no que concerne a questões de feitio ou temperamento do parceiro (item negativo: "às vezes tenho dificuldade em lidar com o mau humor do meu companheiro"), mas também com algumas questões do foro relacional (item negativo: "o meu companheiro por vezes faz comentários que me deitam abaixo").

Factor 8 - agrupa itens relativos aos *papéis igualitários*, no que se refere à partilha de responsabilidades e, sobretudo, aos papéis tradicionais atribuídos ao género (itens negativos: "se houver

crianças pequenas a mulher não deve trabalhar fora de casa" ou "no nosso casamento, o marido é o líder da família").

.Factor 9 - agrupa itens relativos à *família*, sobretudo reportando-se à família de origem ou família do parceiro (item negativo: "sinto que os nossos pais causam problemas no nosso casamento") sempre no sentido do descontentamento.

Factor 10 - agrupa itens referentes à *satisfação em situações específicas* concretamente situações de lazer ("passamos o tempo adequado com os nossos familiares e amigos") e em assuntos relacionados com os filhos ("ter filhos tornou a nossa relação conjugal mais próxima).

Factor 11 - agrupa itens relativos às *distorções idealistas* no casal como ("não creio que qualquer casal possa viver com maior harmonia do que o meu parceiro e eu") e que se caracterizam por uma apreciação exagerada da relação e do parceiro.

Pese embora as alterações à estrutura original deste instrumento, os resultados obtidos permitem-nos afirmar a sua validade para observar as percepções da qualidade da relação conjugal.

6. Conclusão

Neste capítulo procedemos basicamente à definição do problema; à definição da amostra e ao relato do plano de observação. Num segundo momento, apresentámos os instrumentos originais (CTS e Enrich) escolhidos para a operacionalização do estudo. Procedemos posteriormente à validação da qualidade psicométrica das escalas através da análise do poder discriminativo dos itens e da análise factorial apresentando, seguidamente as “novas” escalas encontradas. Paralelamente, aquando da apresentação dos instrumentos originais, fazemos uma revisão dos estudos efectuados com as mesmas.

CAPÍTULO 4

ESTUDO DIFERENCIAL, APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS

RESULTADOS

1. Introdução

Neste capítulo faremos a apresentação dos resultados decorrentes do estudo diferencial realizado, bem como a discussão dos mesmos. Pretendemos nesta investigação estudar, junto de uma amostra de casais portugueses os efeitos do sexo, da idade, e do nível sócio-económico-cultural (NSEC) na incidência de violência física moderada e nas percepções da relação conjugal; saber em que medida as dimensões do relacionamento conjugal se articulam com as estratégias de violência; analisar se os cônjuges diferem, entre si, nas estratégias utilizadas para a resolução de conflitos e nas percepções da qualidade da sua relação; explorar se a satisfação conjugal e as estratégias violentas diferenciam as restantes dimensões do funcionamento conjugal; e, para finalizar, explorar em que medida a congruência quanto à satisfação conjugal interfere com o recurso a estratégias de violência e a congruência quanto à violência conjugal interfere com as percepções da relação, tanto intra como inter-casal.

Como referimos no capítulo anterior, este estudo é constituído por uma amostra de 620 indivíduos (310 casais), observados com os questionários CTS e ENRICH que analisam o recurso a estratégias violentas e as percepções da relação conjugal,

respectivamente; o estudo da sensibilidade, fidelidade e validade destas medidas foi apresentado no capítulo anterior.

2. Formulação das hipóteses

As hipóteses seguidamente apresentadas foram formuladas a partir da literatura relevante neste domínio. No entanto, o estudo diferencial de algumas variáveis assume um carácter exploratório, uma vez que não têm sido consideradas noutras investigações com os instrumentos agora utilizados. Adicionalmente, dado que não é objectivo primordial deste estudo a análise das percepções da relação conjugal, em si mesmas, será privilegiada a sua articulação com o recurso a estratégias violentas.

Assim, no domínio da violência conjugal, uma das formulações a que se recorre com maior frequência é a de que existem diferenças entre os sexos no que concerne à utilização de estratégias de violência, sendo os homens quase sempre encarados como mais violentos do que as mulheres (e.g. Aldarondo & Sugarman, 1996; Anson & Sagy, 1995) Desta forma, a nossa primeira hipótese seria a de que os homens se assumem como mais violentos do que as mulheres. (Hipótese 1:H1).

Não encontramos referenciados, na revisão sobre as investigações, estudos que avaliem a variável idade, pelo que a análise dos efeitos da idade terá um carácter exploratório.

No que se refere ao NSEC, esperamos encontrar diferenças entre os grupos no sentido de que os indivíduos de NSEC mais baixo se assumem como mais violentos que os de NSEC médio e elevado. (Hipótese 2: H2). A formulação desta hipótese é consonante com uma série de investigações que valorizam as razões estruturais na génese da violência conjugal (e.g. Harris, 1996; Reichart, 1991)

No que concerne aos efeitos do sexo, idade e NSEC nas percepções da relação conjugal, embora não constituindo a principal preocupação deste trabalho, o estudo diferencial assume um carácter exploratório, dado que não tem sido analisados em investigações anteriores com o instrumento agora utilizado.

Relativamente à articulação entre o recurso a estratégias violentas e percepções da relação conjugal, é possível esperar que:

- a satisfação conjugal seja a dimensão da relação mais relacionada com a violência (Hipótese 3: H3); (e.g. Vivian & O'Leary, 1987; Edleson *et al*, 1991)

- os homens mais satisfeitos na relação utilizem menos estratégias de resolução de conflitos violentas (e.g. Hurlbert *et al*, 1991) (Hipótese 4:H4).

- as mulheres mais satisfeitas na relação utilizem menos estratégias de resolução de conflitos violentas (Hipótese 5:H5). Note-se a não existência de estudos que refiram as mulheres como violentas, por isso assumimos esta hipótese como tendo um carácter exploratório.

Quanto à articulação entre a satisfação conjugal e outras dimensões da relação espera-se que:

- os homens mais satisfeitos apresentem percepções mais elevadas em todas as dimensões do relacionamento conjugal (Hipótese 6: H6) (e.g. Johnson & Booth, 1998; Olson, 1989,1983)

- as mulheres mais satisfeitas apresentem percepções mais elevadas em todas as dimensões do relacionamento conjugal (Hipótese 7:H7) (Johnson & Booth, 1998; Olson, 1989,1983).

No que concerne à articulação entre recurso a estratégias violentas e às dimensões da relação é de esperar que tanto homens quanto mulheres que recorrem menos a estratégias de violência tenham percepções mais elevadas em todas as dimensões do relacionamento conjugal; assumindo a discussão destes resultados um carácter exploratório.

Finalmente, serão analisadas as diferenças intra-casal: no recurso às estratégias de violência:

- nas percepções da relação conjugal, não se esperam diferenças entre os cônjuges nas suas percepções das diferentes áreas do relacionamento (Hipótese 8: **H8**) (e.g. Olson & Fowers, 1993).

- espera-se que o cônjuge masculino seja mais violento que o cônjuge feminino (Hipótese 9: **H9**) (e.g. Olson & Fowers, 1993)

Finalmente, no que se refere à congruência da satisfação conjugal na incidência de violência e nas percepções do relacionamento conjugal, esperamos que os cônjuges mais satisfeitos tenham menos recurso a estratégias violentas e percepções mais elevadas da relação e, que os cônjuges menos violentos tenham percepções mais elevadas da relação. A análise destes resultados assume um carácter exploratório uma vez que a escala Enrich não tem sido cruzada com a violência noutros estudos.

3. Estudo diferencial

No sentido de observar os efeitos diferenciais do sexo, da idade e do NSEC são realizadas análises de variância uni e multivariadas: 2x2x3 (sexo: masculino, feminino; idade: nascido antes de 1960 e depois de 1960; e NSEC: alto, médio e baixo), recorrendo ao teste de Scheffé para discriminar o sentido das diferenças, quando necessário. Procedimentos similares são realizados para determinar os efeitos diferenciais da satisfação conjugal e do recurso a estratégias de violência, com utilização de análises de variância. Relativamente à articulação entre as percepções da relação conjugal e o recurso a estratégias de violência, será realizada uma análise de regressão múltipla.

Para facilitar a leitura do texto, optou-se por incluir apenas quadros descritivos (ou seja, médias e desvios padrões) quando se verificam diferenças significativas; em anexo, apresentam-se os quadros descritivos na sua totalidade.

3.1. Recurso a estratégias de violência moderada

Relativamente às estratégias de resolução de conflitos tínhamos formulado as hipóteses seguintes: os homens assumir-se-iam como mais violentos do que as mulheres (H1); os sujeitos de NSEC mais baixo seriam mais violentos que os restantes (H2); a exploração das diferenças de idade assume um carácter exploratório.

Os resultados da análise de variância univariada (Quadros 1 e 2) revelaram:

a) há efeitos principais do sexo, com os homens a assumir estratégias violentas mais frequentemente do que as mulheres;

b) há efeitos principais do NSEC, com scores mais elevados dos sujeitos de nível baixo relativamente aos restantes.

Não se verificam efeitos principais da idade, nem quaisquer efeitos de interacção entre as variáveis.

Quadro 1
Análise de variância univariada para a escala de violência (N=620).

Efeito	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	p
Sexo	1,157	1	1,157	4,232	,040
Idade	3,620E-02	1	3,620E-02	,132	,716
NSEC	2,718	2	1,359	4,968	,007
Sexo x Idade	,924	1	,924	3,377	,067
Sexo x NSEC	6,112E-02	2	3,056E-02	,112	,894
Idade x NSEC	,537	2	,268	,982	,375
Sexo x Idade x NSEC	1,039	2	,520	1,900	,150

Quadro 2

Número de sujeitos, médias e desvios padrões para a escala de violência (N=620).

Efeito	Categorias			n	Média	D.P.
Sexo	M			310	,232	,032
	F			310	,140	,032
NSEC			Alto	264	,161	,033
			Médio	148	,113	,044
			Baixo	208	,284	,038

Desta forma, as Hipóteses 1 e 2 foram confirmadas, ou seja os homens assumem que utilizam mais estratégias de violência do que as mulheres para a resolução dos seus conflitos; a idade não afecta estes comportamentos (isto é, não diferencia os grupos) e os indivíduos de NSEC mais baixo referem utilizar estratégias violentas mais vezes, por oposição aos indivíduos dos NSEC médio e elevado.

Relativamente às hipóteses H1 e H2, parece-nos que os resultados encontrados poderão estar relacionados com o facto de os indivíduos do NSEC baixo serem mais genuínos nas suas respostas, isto é não terem tido em conta a desejabilidade social que poderá “afectar” as classes superiores ou, efectivamente estas possuem estratégias de resolução de conflitos não violentas.

O facto de a variável idade não ter produzido efeitos vem no sentido de algumas investigações que referem que para alguns indivíduos o recurso a estratégias violentas são um continuum (muitos homens casados que são violentos já o eram em namorados

(e.g. Follette & Alexander, 1992) não introduzindo, por isso, esta variável efeitos significativos, no que concerne a diferenciar os sujeitos.

3.2. Percepções da relação conjugal

Devido à inexistência de estudos com o ENRICH e, não sendo o objectivo primordial neste trabalho o estudo da relação conjugal, não formulamos hipóteses, tomando a análise dos resultados um carácter exploratório.

Os resultados da análise de variância multivariada revelam que (Quadros 3 e 4):

a) há efeitos principais do sexo, com os homens a demonstrarem percepções mais elevadas nas escalas de confiança, intimidade e família; não existem outras diferenças significativas.

b) há efeitos principais do NSEC nas escalas de confiança, concordância, personalidade e papéis igualitários, com decréscimo das percepções nestas áreas à medida que diminui o NSEC (Al>Me>Ba); nas escalas de satisfação e satisfação específica, com os indivíduos de NSEC baixo a revelar percepções mais elevadas do que os de NSEC médio (Ba>Me); nas escalas de intimidade e família com os indivíduos de NSEC mais elevado a terem percepções mais altas do que os de NSEC baixo (Al,Me>Ba) e, finalmente, na escala de orientação religiosa com decréscimo das percepções à medida que aumenta o NSEC (Ba>Me>Al).

Quadro 3 - Análise de variância multivariada para as escalas da ENRICH (N=620).

Efeito	Escala	% dos Quadrados	Gl.	Quadrado Médio	F	p
Sexo	confiança	7,782	1	7,782	14,137	,000
	satisfação	1,126	1	1,126	3,389	,066
	intimidade	10,008	1	10,008	15,011	,000
	orientação religiosa	,404	1	,404	,482	,488
	concordância	1,067	1	1,067	2,073	,150
	personalidade	,814	1	,814	1,142	,286
	papéis igualitários	1,854	1	1,854	3,207	,074
	família	3,531	1	3,531	5,295	,022
	satisfação específica	4,731E-03	1	4,731E-03	,016	,901
	distorções idealistas	,571	1	,571	1,174	,279
Idade	confiança	1,017	1	1,017	1,847	,175
	satisfação	3,675E-02	1	3,675E-02	,111	,740
	intimidade	1,890	1	1,890	2,835	,093
	orientação religiosa	3,713	1	3,713	4,430	,036
	concordância	,401	1	,401	,780	,377
	personalidade	2,324E-03	1	2,324E-03	,003	,954
	papéis igualitários	2,285	1	2,285	3,953	,047
	família	1,337E-03	1	1,337E-03	,002	,964
	satisfação específica	2,633	1	2,633	8,675	,003
	distorções idealistas	1,684E-02	1	1,684E-02	,035	,852
NSEC	confiança	98,752	2	49,376	89,694	,000
	satisfação	2,111	2	1,055	3,176	,042
	intimidade	39,147	2	19,574	29,359	,000
	orientação religiosa	202,437	2	101,219	120,768	,000
	concordância	61,676	2	30,838	59,936	,000
	personalidade	47,072	2	23,536	33,040	,000
	papéis igualitários	264,192	2	132,096	228,528	,000
	família	36,603	2	18,301	27,440	,000
	satisfação específica	2,217	2	1,108	3,652	,027
	distorções idealistas	,553	2	,276	,569	,567
Sexo x Idade	confiança	1,295	1	1,295	2,353	,126
	satisfação	,159	1	,159	,479	,489
	intimidade	,416	1	,416	,624	,430
	orientação religiosa	,162	1	,162	,194	,660
	concordância	3,300E-03	1	3,300E-03	,006	,936
	personalidade	5,268E-02	1	5,268E-02	,074	,786
	papéis igualitários	,167	1	,167	,289	,591
	família	,123	1	,123	,185	,667
	satisfação específica	1,070	1	1,070	3,525	,061
	distorções idealistas	,297	1	,297	,612	,434
Sexo x NSEC	confiança	,838	2	,419	,761	,468
	satisfação	,550	2	,275	,827	,438
	intimidade	,685	2	,342	,514	,599
	orientação religiosa	3,260	2	1,630	1,945	,144
	concordância	1,679	2	,840	1,632	,196
	personalidade	1,851	2	,925	1,299	,274
	papéis igualitários	5,860E-02	2	2,930E-02	,051	,951
	família	,159	2	7,944E-02	,119	,888
	satisfação específica	1,517	2	,759	2,500	,083
	distorções idealistas	2,008	2	1,004	2,066	,128
Idade x NSEC	confiança	3,060	2	1,530	2,780	,063
	satisfação	3,135	2	1,567	4,716	,009
	intimidade	8,367	2	4,183	6,275	,002
	orientação religiosa	,582	2	,291	,347	,707
	concordância	1,587	2	,794	1,543	,215
	personalidade	8,731	2	4,365	6,128	,002
	papéis igualitários	4,417	2	2,208	3,821	,022
	família	5,328	2	2,664	3,994	,019
	satisfação específica	3,589	2	1,795	5,912	,003
	distorções idealistas	2,733	2	1,366	2,812	,061
Sexo x Idade x NSEC	confiança	,141	2	7,040E-02	,128	,880
	satisfação	4,420E-02	2	2,210E-02	,067	,936
	intimidade	1,341	2	,671	1,006	,366
	orientação religiosa	,385	2	,192	,229	,795
	concordância	,679	2	,339	,660	,517
	personalidade	,864	2	,432	,606	,546
	papéis igualitários	,274	2	,137	,237	,789
	família	,493	2	,247	,370	,691
	satisfação específica	,213	2	,107	,352	,704
	distorções idealistas	,106	2	5,287E-02	,109	,897

Quadro 4

Número de sujeitos, médias e desvios padrões para as escalas do ENRICH (N=620).

Escola	Categorias	N	Médias	D.P.
confiança	M	310	4,103	,045
	F	310	3,866	,045
intimidade	M	310	3,255	,049
	F	310	2,986	,049
família	M	310	3,812	,049
	F	310	3,652	,049
orientação religiosa	≥ 1960	311	2,980	,056
	< 1960	309	3,144	,054
papéis igualitários	≥ 1960	311	3,780	,046
	< 1960	309	3,651	,045
satisfação específica	≥ 1960	311	4,130	,033
	< 1960	309	4,268	,033
confiança	Alto	264	4,362	,046
	Médio	148	4,161	,063
	Baixo	208	3,430	,054
satisfação	Alto	264	4,217	,036
	Médio	148	4,165	,049
	Baixo	208	4,319	,042
intimidade	Alto	264	3,383	,051
	Médio	148	3,193	,069
	Baixo	208	2,787	,059
orientação religiosa	Alto	264	2,440	,057
	Médio	148	2,944	,077
	Baixo	208	3,801	,067
concordância	Alto	264	3,949	,045
	Médio	148	3,646	,060
	Baixo	208	3,197	,052
personalidade	Alto	264	3,727	,053
	Médio	148	3,599	,071
	Baixo	208	3,086	,061
papéis igualitários	Alto	264	4,379	,047
	Médio	148	3,932	,064
	Baixo	208	2,836	,055
família	Alto	264	3,979	,051
	Médio	148	3,813	,069
	Baixo	208	3,404	,059
satisfação específica	Alto	264	4,212	,034
	Médio	148	4,110	,046
	Baixo	208	4,276	,040

Quadro 4 (cont.)

Número de sujeitos, médias e desvios padrões para as escalas do ENRICH (N=620).

Escola	Categorias		N	Médias	D.P.
satisfação	≥ 1960	Alto	123	4,323	,053
		Médio	60	4,099	,075
		Baixo	128	4,304	,051
	< 1960	Alto	141	4,112	,049
		Médio	88	4,231	,062
		Baixo	80	4,334	,066
intimidade	≥ 1960	Alto	123	3,485	,075
		Médio	60	3,055	,106
		Baixo	128	2,647	,073
	< 1960	Alto	141	3,281	,069
		Médio	88	3,330	,087
		Baixo	80	2,927	,094
personalidade	≥ 1960	Alto	123	3,879	,077
		Médio	60	3,446	,110
		Baixo	128	3,082	,075
	< 1960	Alto	141	3,576	,072
		Médio	88	3,753	,090
		Baixo	80	3,090	,097
papéis igualitários	≥ 1960	Alto	123	4,557	,069
		Médio	60	3,903	,099
		Baixo	128	2,879	,068
	< 1960	Alto	141	4,200	,065
		Médio	88	3,961	,081
		Baixo	80	2,792	,087
família	≥ 1960	Alto	123	4,103	,075
		Médio	60	3,704	,106
		Baixo	128	3,394	,073
	< 1960	Alto	141	3,854	,069
		Médio	88	3,922	,087
		Baixo	80	3,415	,094
satisfação específica	≥ 1960	Alto	123	4,239	,050
		Médio	60	3,940	,072
		Baixo	128	4,212	,049
	< 1960	Alto	141	4,185	,047
		Médio	88	4,280	,059
		Baixo	80	4,340	,063

c) há efeitos principais da *idade* com os indivíduos mais velhos a terem percepções mais elevadas do que os mais novos nas escalas da orientação religiosa e satisfação específicas e os indivíduos mais novos a terem percepções mais elevadas de papéis igualitários do que os mais velhos.

d) efeitos de interação entre o *NSEC* e a *idade*, para a escala de *satisfação conjugal* com os indivíduos mais novos de *NSEC* alto e baixo a terem percepções mais elevadas do que os de *NSEC* médio, enquanto que nos mais velhos os de *NSEC* baixo têm percepções mais elevadas do que os de *NSEC* alto;

- na escala de *intimidade* com os indivíduos mais novos a terem percepções mais elevadas à medida que o *NSEC* sobe enquanto que nos indivíduos mais velhos de *NSEC* médio e alto as percepções são mais elevadas do que para os de *NSEC* baixo;

- na escala de *personalidade* com os indivíduos mais novos a terem percepções mais elevadas à medida que o *NSEC* sobe e os indivíduos mais velhos de *NSEC* superiores a terem percepções mais elevadas que os de *NSEC* baixo;

- na escala de *papéis igualitários*, com os indivíduos mais novos a apresentar percepções mais elevadas à medida que o

NSEC sobe e os indivíduos mais velhos de NSEC superiores a terem percepções mais elevadas do que os de NSEC baixo;

- na escala da *família*, com os sujeitos mais novos a revelar percepções mais elevadas à medida que o NSEC sobe e os mais velhos de NSEC superior a apresentar percepções mais elevadas que os de NSEC baixo; finalmente, na escala da satisfação específica, com os indivíduos mais novos de NSEC alto e baixo a apresentar percepções mais elevadas que os de NSEC médio enquanto que para os indivíduos mais velhos não se verificam diferenças nas percepções em função do NSEC.

Não se verificam outros efeitos de interacção significativos.

No que concerne à variável sexo, o facto de os homens revelarem percepções mais elevadas nas dimensões de confiança, intimidade e família poderá significar tanto que os homens não questionam ou questionam menos estas dimensões do seu relacionamento, como que; efectivamente têm percepções mais positivas nestas áreas; por outro lado, estes resultados também nos levam a questionar se as questões inerentes à escala da família não serão sobretudo consideradas como sendo da responsabilidade das mulheres e, portanto, a maior satisfação dos homens poderá atribuir-se a um “distanciamento protector”, que os favorece. A dimensão de

intimidade reporta-se essencialmente a questões do relacionamento sexual, tradicionalmente consideradas como mais valorizadas pelo homem o que poderá, eventualmente, explicar as suas percepções mais elevadas.

O facto de os indivíduos mais novos terem percepções mais elevadas na área de papéis igualitários pode relacionar-se com a deseabilidade social (tendência social actual para uma maior valorização desta igualdade) ou porque vivem efectivamente em relações mais igualitárias; o mesmo acontece relativamente à família. Finalmente, parece que os indivíduos de NSEC elevados integraram com mais facilidade as mudanças operadas na sociedade e que vão no sentido da não existência de grandes divergências entre os sexos no que concerne a estas áreas consideradas.

No que concerne aos *efeitos de interacção* entre o NSEC e *idade*; o factor comum é o de que à medida que o NSEC sobe, dilui-se o efeito da idade, ou seja, indivíduos novos e mais velhos aproximam-se. Por outro lado, julgamos que nos casamentos mais recentes tem-se verificado a tendência de valorizar a intimidade e, dado que esta escala privilegia o relacionamento sexual, significa,

então, que os indivíduos mais novos poderão valorizar mais esta área das suas vidas.

Finalmente, o facto de para os sujeitos mais velhos o NESC não produzir diferenças no que se refere à sua percepção da satisfação específica poderá querer significar que as situações referentes aos filhos já estarão mais estabilizadas nestes indivíduos, o mesmo acontecendo com as situações de lazer, isto é, de alguma forma o tipo de lazer, "o que é costume fazer", já se instalou na família e os seus membros já estão adaptados (ou acomodados) uns aos outros.

3.3. Predição da violência a partir das percepções da relação conjugal

No sentido de perceber até que ponto as percepções do relacionamento conjugal predizem o recurso a estratégias de violência, foi realizada uma análise de regressão múltipla. Tínhamos formulado a hipótese de que seria a satisfação a dimensão mais relacionada com a violência (H 3)

Os resultados (Quadro 5) revelam que apenas as escalas de *satisfação conjugal* e *personalidade* apresentam coeficientes significativos (negativos) com a violência. No entanto, há que ter em conta que a percentagem da variância explicada é apenas de 11.4%, o que significa que a violência conjugal se relaciona com outros factores que não apenas as dimensões da relação conjugal agora consideradas.

Quadro 5
Sumário da regressão múltipla para as variáveis da relação que predizem o recurso a estratégias de violência (N=620).

Variáveis	B	Erro padrão	β	Sig.
confiança	-4,717E-02	,046	-,076	,310
satisfação	-,176	,064	-,191	,006
intimidade	6,153E-02	,032	,102	,052
orientação religiosa	3,088E-03	,024	,006	,897
concordância	5,592E-02	,037	,083	,130
personalidade	-,112	,045	-,190	,013
papéis igualitários	-4,322E-02	,034	-,083	,198
família	-1,302E-02	,038	-,021	,730
satisfação específica	6,687E-02	,053	,070	,206
distorções idealistas	-2,572E-02	,044	-,034	,555

Nota: $R^2 = .114$ ($p = .000$).

Desta forma, a nossa hipótese (H3) é confirmada apesar de apontar para outros factores que podem estar relacionados com o uso de estratégias de violência, nomeadamente a personalidade. Digamos que, de alguma forma, o facto do uso de determinadas estratégias de violência estar relacionado com outras variáveis é consistente com os modelos mais recentes que apontam para a existência de um conjunto de factores para o seu aparecimento.

3.4. Efeitos da satisfação conjugal

Com o objectivo de analisar os efeitos da satisfação conjugal nas estratégias de violência e nas percepções de relacionamento conjugal, optamos por transformar a escala de satisfação conjugal numa variável categorial, transformando os scores dos sujeitos em função da média nessa escala, diferenciando homens e mulheres ou seja, a cada sujeito do sexo masculino, por exemplo, foi atribuída uma cotação em função do seu score estar acima ou abaixo da média dos homens na escala de satisfação. Assim, é possível identificar 2 grupos de sujeitos para cada sexo, que se podem caracterizar quanto à sua satisfação conjugal (Quadro 6).

Quadro 6
Número de sujeitos para em função da satisfação conjugal (N=620).

Sexo	Satisfação conjugal	n
Homens	abaixo da média	146
	acima da média	164
Mulheres	abaixo da média	137
	acima da média	173

Análises de variância uni e multivariadas foram, então, realizadas no sentido de saber os efeitos da satisfação conjugal no recurso às estratégias de violência e nas percepções de relacionamento conjugal.

Assim, verifica-se para os homens que (Quadros 7, 8, 9 e 10):

- existem diferenças entre homens satisfeitos e não satisfeitos, sendo que os menos satisfeitos recorrem mais a estratégias de violência (H4);

- existem diferenças entre homens satisfeitos e não satisfeitos na percepção da sua relação conjugal, sendo que os mais satisfeitos têm, sempre, percepções mais elevadas de confiança, intimidade, orientação religiosa, concordância, personalidade, família, satisfação específica e distorções idealistas (H6).

Quadro 7

Análise de variância univariada para a escala da violência, tomando como efeito a satisfação conjugal, para os homens (n=310).

Efeito	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	p
satisfação	2,687	1	2,687	8,800	,003

Quadro 8

Número de sujeitos, médias e desvios padrões para a escala de violência para os homens (n=310).

Efeito	Categorias	n	Média	D.P.
Satisfação	abaixo da média	146	,333	,046
	acima da média	164	,145	,043

Quadro 9

Análise de variância univariada para as escalas da ENRICH, tomando como efeito a satisfação conjugal, para os homens (n=310).

Efeito	Escala	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	p
satisfação	confiança	5,754	1	5,754	9,182	,003
	intimidade	4,057	1	4,057	5,134	,024
	orientação religiosa	5,778	1	5,778	5,028	,026
	concordância	2,324	1	2,324	4,416	,036
	personalidade	39,320	1	39,320	65,211	,000
	papéis igualitários	,177	1	,177	,160	,690
	família	17,186	1	17,186	25,668	,000
	satisfação específica	24,703	1	24,703	114,252	,000
	distorções idealistas	43,121	1	43,121	150,221	,000

Quadro 10
Número de sujeitos, médias e desvios padrões para as escalas do ENRICH em função da satisfação manifestada pelos homens (N=310).

Escala	Categorias	n	Médias	D.P.
confiança	abaixo da média	146	3,970	,066
	acima da média	164	4,243	,062
intimidade	abaixo da média	146	3,162	,074
	acima da média	164	3,391	,069
orientação religiosa	abaixo da média	146	2,855	,089
	acima da média	164	3,129	,084
concordância	abaixo da média	146	3,576	,060
	acima da média	164	3,750	,057
personalidade	abaixo da média	146	3,132	,064
	acima da média	164	3,846	,061
família	abaixo da média	146	3,571	,068
	acima da média	164	4,043	,064
satisfação específica	abaixo da média	146	3,934	,038
	acima da média	164	4,499	,036
distorções idealistas	abaixo da média	146	3,510	,044
	acima da média	164	4,257	,042

Para as mulheres verifica-se que (Quadros 11, 12, 13 e 14):

- existem diferenças entre mulheres satisfeitas e não satisfeitas no recurso a estratégias de violência, sendo que as menos satisfeitas recorrem mais ao uso de violência (H5);

- também existem diferenças entre as mulheres satisfeitas e não satisfeitas na percepção da sua relação conjugal, sendo que as mais satisfeitas têm, sempre, percepções mais elevadas de confiança, intimidade, orientação religiosa, personalidade, família, satisfação específica e distorções idealistas (H7).

Quadro 11
Análise de variância univariada para a escala da violência, tomando como efeito a satisfação conjugal, para as mulheres (n=310).

Efeito	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	p
satisfação	2,007	1	2,007	8,353	,004

Quadro 12

Número de sujeitos, médias e desvios padrões para a escala de violência para as mulheres (n=310).

Efeito	Categorias	n	Média	D.P.
Satisfação	abaixo da média	137	,245	,042
	acima da média	173	8,324E-02	,037

Quadro 13

Análise de variância univariada para as escalas da ENRICH, tomando como efeito a satisfação conjugal, para as mulheres (n=310).

Efeito	Escala	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	p
Satisfação	confiança	8,359	1	8,359	10,853	,001
	intimidade	10,615	1	10,615	15,984	,000
	orientação religiosa	15,697	1	15,697	13,972	,000
	concordância	,859	1	,859	1,220	,270
	personalidade	34,306	1	34,306	44,228	,000
	papéis igualitários	3,293	1	3,293	3,506	,062
	família	15,669	1	15,669	22,710	,000
	satisfação específica	38,304	1	38,304	184,894	,000
	distorções idealistas	59,820	1	59,820	167,838	,000

Quadro 14

Número de sujeitos, médias e desvios padrões para as escalas do ENRICH em função da satisfação manifestada pelas mulheres (n=310).

Escala	Categorias	n	Médias	D.P.
confiança	abaixo da média	137	3,719	,075
	acima da média	173	4,049	,067
intimidade	abaixo da média	137	2,772	,070
	acima da média	173	3,145	,062
orientação religiosa	abaixo da média	137	2,777	,091
	acima da média	173	3,230	,081
personalidade	abaixo da média	137	3,090	,075
	acima da média	173	3,759	,067
família	abaixo da média	137	3,428	,071
	acima da média	173	3,881	,063
satisfação específica	abaixo da média	137	3,805	,039
	acima da média	173	4,513	,035
distorções idealistas	abaixo da média	137	3,352	,051
	acima da média	173	4,237	,045

As hipóteses formuladas foram confirmadas. Julgamos interessante notar que, tanto para homens como para as mulheres, o assumir da existência de recursos a estratégias de violência quando estão menos satisfeitos na relação é um dado adquirido, e quanto mais satisfeitos mais elevadas são as percepções da qualidade da sua relação conjugal, em quase todas as áreas consideradas por esta escala. Isto poderá significar por um lado, que a violência está

associada a insatisfação na relação ou que a desejabilidade social surtiu efeitos nas respostas dos indivíduos.

3.4. Efeitos da violência conjugal

Um procedimento similar foi utilizado para a variável violência, tendo-se constituído 4 grupos de homens e mulheres que recorrem mais frequentemente do que a média do seu sexo a estratégias de violência (Quadro 15).

Quadro 15
Número de sujeitos para em função da violência conjugal (N=620).

Sexo	Violência conjugal	n
Homens	abaixo da média	244
	acima da média	66
Mulheres	abaixo da média	250
	acima da média	60

Análises de variância univariadas foram, então, realizadas no sentido de saber os efeitos da violência nas percepções de relacionamento conjugal.

Os resultados revelaram que existem diferenças (Quadros 16, 17, 18 e 19):

- entre homens violentos e não violentos, sendo que os homens menos violentos têm percepções mais elevadas de confiança, satisfação, personalidade, papéis igualitários, família, satisfação específica e distorções idealistas;

- entre mulheres violentas e não violentas, sendo que as mulheres menos violentas têm percepções mais elevadas de confiança, satisfação, intimidade, concordância, personalidade, papéis igualitários, família e distorções idealistas

Quadro 16

Análise de variância univariada para as percepções da relação, tomando como efeito a violência conjugal, para os homens (n=310).

Efeito	Escala	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	p
violência	confiança	9,757	1	9,757	16,012	,000
	satisfação	9,126	1	9,126	37,068	,000
	intimidade	2,550	1	2,550	3,169	,076
	orientação religiosa	1,842E-02	1	1,842E-02	,016	,900
	concordância	1,743	1	1,743	3,283	,071
	personalidade	27,765	1	27,765	43,506	,000
	papéis igualitários	4,864	1	4,864	4,441	,036
	família	10,915	1	10,915	15,858	,000
	satisfação específica	3,750	1	3,750	13,815	,000
	distorções idealistas	7,010	1	7,010	17,469	,000

Quadro 17

Médias e desvios padrões para as escalas do ENRICH em função da violência manifestada pelos homens (n=310).

Escala	Categorias	Média	D.P.
confiança	abaixo da média	4,216	,050
	acima da média	3,772	,099
satisfação	abaixo da média	4,374	,032
	acima da média	3,945	,063
personalidade	abaixo da média	3,671	,051
	acima da média	2,922	,101
papéis igualitários	abaixo da média	3,751	,067
	acima da média	3,438	,133
família	abaixo da média	3,927	,053
	acima da média	3,457	,105
satisfação específica	abaixo da média	4,299	,033
	acima da média	4,023	,066
distorções idealistas	abaixo da média	3,989	,041
	acima da média	3,613	,080

Quadro 18

Análise de variância univariada para as percepções da relação, tomando como efeito a violência conjugal, para as mulheres (N=310).

Efeito	Escala	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	p
violência	confiança	17,987	1	17,987	24,341	,000
	satisfação	7,505	1	7,505	20,634	,000
	intimidade	14,014	1	14,014	21,459	,000
	orientação religiosa	,194	1	,194	,165	,685
	concordância	6,903	1	6,903	10,082	,002
	personalidade	27,325	1	27,325	34,228	,000
	papéis igualitários	5,015	1	5,015	5,371	,021
	família	16,017	1	16,017	23,252	,000
	satisfação específica	3,872	1	3,872	12,140	,001

Quadro 19

Médias e desvios padrões para as escalas do ENRICH em função da violência manifestada pelas mulheres (n=310).

Escala	Categorias	Média	D.P.
confiança	abaixo da média	4,021	,054
	acima da média	3,412	,111
satisfação	abaixo da média	4,280	,038
	acima da média	3,886	,078
intimidade	abaixo da média	3,084	,051
	acima da média	2,546	,104
concordância	abaixo da média	3,668	,052
	acima da média	3,291	,107
personalidade	abaixo da média	3,609	,057
	acima da média	2,857	,115
papéis igualitários	abaixo da média	3,889	,061
	acima da média	3,567	,125
família	abaixo da média	3,792	,052
	acima da média	3,217	,107
satisfação específica	abaixo da média	4,255	,036
	acima da média	3,972	,073
distorções idealistas	abaixo da média	3,923	,046
	acima da média	3,526	,094

Parece, então que tanto para homens quanto para as mulheres o menor recurso a estratégias de violência está relacionado com percepções mais elevadas nas diferentes áreas do relacionamento conjugal

4. Análise das diferenças nas percepções intra-casal

As análises multivariadas permitem fazer o estudo diferencial para a totalidade da amostra, mas não permitem saber em que medida existem diferenças nas percepções dentro do casal. Ou seja, embora as diferenças de sexo permitam saber que homens e mulheres diferem na forma como se assumem como violentos, por exemplo, não nos permitem saber se estas diferenças se verificam entre os cônjuges masculino e feminino dentro do mesmo casal.

Portanto, optamos por realizar análises de variância, tomando os resultados de cada cônjuge como medidas repetidas, e como unidade de análise o casal (N=310). Diferenças no factor intra-casal indiciam que os cônjuges têm diferentes percepções sobre dimensões da sua relação conjugal.

Do mesmo modo, foi analisada a interacção entre o factor intra-casal e, num primeiro momento, a congruência na satisfação conjugal e, num segundo momento, a congruência no recurso às estratégias de violência; análise com carácter exploratório.

4.1. Análise das diferenças intra-casal

Os resultados da análise de variância em medidas repetidas revelam o seguinte (saliente-se que apenas nos referimos à análise das diferenças intra-casal) (Quadros 20 e 21):

- os cônjuges masculinos têm percepções mais elevadas de confiança, satisfação conjugal, intimidade e família e de uso de estratégias violentas. No entanto, os cônjuges femininos apresentam percepções mais elevadas de papéis igualitários do que os seus companheiros (H9).

Quadro 20
Análise de variância em medidas repetidas dos scores do casal para as escalas do ENRICH e CTS (N=310).

Fonte de	Σ Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	p	Sentido das
Confiança						
inter-casal	9964,97	1	9964,97	9150,53	,000	
intra-casal	6,94	1	6,94	19,90	,000	H>M
Satisfação conjugal						
inter-casal	11146,02	1	11146,02	20608,68	,000	
intra-casal	,82	1	,82	6,12	,014	H>M
Intimidade						
inter-casal	6079,71	1	6079,71	5752,93	,000	
intra-casal	14,25	1	14,25	32,37	,000	H>M
Orientação religiosa						
inter-casal	5636,39	1	5636,39	2892,32	,000	
intra-casal	,14	1	,14	,37	,545	
Concordância						
inter-casal	8176,92	1	8176,92	9299,68	,000	
intra-casal	,82	1	,82	2,28	,132	
Personalidade						
inter-casal	7536,39	1	7536,39	6098,57	,000	
intra-casal	,33	1	,33	,87	,351	
Papéis igualitários						
inter-casal	8725,80	1	8725,80	4853,04	,000	
intra-casal	3,47	1	3,47	13,70	,000	M>H
Família						
inter-casal	8721,48	1	8721,48	7979,09	,000	
intra-casal	3,03	1	3,03	8,23	,004	H>M
Satisfação específica						
inter-casal	11023,77	1	11023,77	25462,83	,000	
intra-casal	,16	1	,16	,85	,356	
Distorções idealistas						
inter-casal	9312,46	1	9312,46	12920,74	,000	
intra-casal	,54	1	,54	2,13	,146	
Violência						
inter-casal	22,89	1	22,89	61,55	,000	
intra-casal	,97	1	,97	5,16	,024	H>M

Quadro 21
Médias e desvios padrões emparelhados para o casal nas escalas do ENRICH e CTS em que se verificam diferenças significativas intra-casal (N=310).

Escola	Categoria	Média	D.P.
Confiança	conjuge masculino	4,1149	,802
	conjuge feminino	3,9032	,891
Satisfação	conjuge masculino	4,2764	,537
	conjuge feminino	4,2036	,622
Intimidade	conjuge masculino	3,2831	,895
	conjuge feminino	2,9798	,834
Papéis igualitários	conjuge masculino	3,6767	1,051
	conjuge feminino	3,8263	,973
Família	conjuge masculino	3,8205	,850
	conjuge feminino	3,6806	,859
Violência	conjuge masculino	,2332	,560
	conjuge feminino	,1536	,497

Novamente, estes resultados podem querer significar que as mulheres tendem a valorizar áreas ainda não totalmente instituídas nas suas relações (papéis igualitários); que os homens se assumem, com efeito, como mais violentos dentro da relação e que possuem nas áreas da confiança, família, intimidade valores mais elevados do que as suas companheiras, eventualmente, porque algumas destas áreas são tidas como da responsabilidade feminina (família), libertando-os dessa responsabilidade, ou porque a intimidade, nesta escala, valoriza a dimensão da sexualidade.

4.2. Interação entre o factor intra-casal e a congruência da satisfação conjugal

Do mesmo modo que para as diferenças intra-sujeitos, também para as diferenças intra-casal, considerámos o papel mediador da satisfação conjugal e da violência. Os índices de satisfação de cada cônjuge foram recodificados numa medida de congruência da satisfação o que deu origem a três grupos: casais congruentes satisfeitos, casais congruentes insatisfeitos e casais incongruentes.

No sentido de perceber em que medida a congruência na satisfação conjugal se relaciona com as estratégias de resolução de conflitos utilizada pelo casal e com as outras dimensões do relacionamento conjugal foi realizada uma análise de variância em medidas repetidas como factor de diferenciação inter-casal. Esta análise, repetimos, possui carácter exploratório.

A interação entre o factor intra-casal e a congruência revela que há efeitos significativos para as escalas de intimidade, orientação religiosa e satisfação específica, do seguinte modo (Quadros 22 e 23):

- para a escala de intimidade, com o cônjuge masculino a ter percepções mais elevadas independentemente da consistência das

Quadro 22

Análise de variância em medidas repetidas (intra-casal), com a congruência da satisfação conjugal como factor inter-casal (N=620).

Efeito	Escala	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	p
intra-casal x congruência na satisfação	confiança	,930	2	,465	1,323	,268
	intimidade	2,676	2	1,338	3,079	,047
	orientação religiosa	2,932	2	1,466	3,838	,023
	concordância	,928	2	,464	1,289	,277
	personalidade	,427	2	,213	,565	,569
	papéis igualitários	,728	2	,364	1,451	,236
	família	,347	2	,174	,466	,628
	satisfação específica	1,253	2	,627	3,277	,039
	distorções idealistas	,776	2	,388	1,533	,218
	violência	,101	2	5,065E-02	,268	,765
congruência na satisfação	confiança	13,203	2	6,601	6,306	,002
	intimidade	16,377	2	8,189	8,098	,000
	orientação religiosa	23,043	2	11,522	6,102	,003
	concordância	2,337	2	1,168	1,323	,268
	personalidade	73,465	2	36,733	36,720	,000
	papéis igualitários	10,374	2	5,187	2,906	,056
	família	33,615	2	16,808	16,932	,000
	satisfação específica	50,471	2	25,236	102,160	,000
	distorções idealistas	91,653	2	45,827	112,580	,000
	violência	6,482	2	3,241	9,183	,000

Quadro 23

Médias e desvios padrões em função da congruência da satisfação conjugal e do factor intra-casal (N=310).

Escala	Congruência	Cônjuge	Média	D.P.
intimidade	congruentes insatisfeitos	masculino	3,278	,089
		feminino	2,798	,081
	incongruentes	masculino	3,076	,102
		feminino	2,836	,092
	congruentes satisfeitos	masculino	3,418	,079
		feminino	3,237	,071
orientação religiosa	congruentes insatisfeitos	masculino	2,810	,108
		feminino	2,654	,105
	incongruentes	masculino	3,037	,123
		feminino	3,232	,120
	congruentes satisfeitos	masculino	3,112	,095
		feminino	3,191	,093
satisfação específica	congruentes insatisfeitos	masculino	3,944	,047
		feminino	3,781	,046
	incongruentes	masculino	4,179	,054
		feminino	4,198	,053
	congruentes satisfeitos	masculino	4,512	,042
		feminino	4,548	,041

percepções da relação. Enquanto que os cônjuges femininos que pertencem a casais congruentes satisfeitos têm percepções mais elevadas na escala de intimidade do que os que pertencem a casais insatisfeitos e incongruentes; para os cônjuges masculinos apenas se verificam vantagens dos homens de casais congruentes satisfeitos face aos casais incongruentes;

- para a escala de orientação religiosa, apenas existem efeitos para o cônjuge feminino, sendo que as mulheres que pertencem a casais congruentes satisfeitos e a casais incongruentes têm percepções mais elevadas do que aquelas que pertencem a casais insatisfeitos.

- para a escala de satisfação específica, com ambos os cônjuges, feminino e masculino, a revelarem percepções idênticas sendo que, os casais congruentes satisfeitos revelam percepções mais elevadas que os casais incongruentes e ainda maiores do que os casais insatisfeitos

De notar que a satisfação específica afecta igualmente ambos os cônjuges, em absoluto, qualquer que seja o tipo de casal; a intimidade é uma área de grande importância para as mulheres se em consonância com o seu parceiro (ou seja, se fazem parte de relações em que há intimidade), isto é, valorizam, com efeito, as

dimensões afectivas e interpessoais na sua relação; e, as questões da religião afectam mais as mulheres ou também serão da sua área de interesse tradicional? Haverá, também a este nível influência das questões sociais?

O efeito da congruência para a amostra total revela que (Quadros 22 e 24):

- homens e mulheres de casais congruentes satisfeitos apresentam percepções mais elevadas nas escalas família, satisfação específica e distorções idealistas, que os de casais incongruentes, por sua vez ainda com percepções mais elevadas do que os casais insatisfeitos. Existe igualdade entre géneros nestas escalas.

- os homens de casais congruentes satisfeitos têm percepções mais elevadas do que os de casais incongruentes nas escalas de confiança e intimidade; para estas mesmas escalas as mulheres de casais satisfeitos apresentam percepções mais elevadas que as de casais insatisfeitos e incongruentes.

- os homens de casais satisfeitos têm percepções mais elevadas na escala de personalidade do que os de casais insatisfeitos e incongruentes; por seu lado, as mulheres de casais satisfeitos apresentam percepções mais elevadas de personalidade

do que as de casais incongruentes e estas por sua vez mais elevadas, ainda que as de casais insatisfeitos.

Finalmente, não há diferenças para os homens pertencentes aos 3 grupos no que se refere à escala de orientação religiosa .

Quadro 24

Médias e desvios padrões em função da congruência da satisfação conjugal (N=620).

Escala	Categorias	Média	D.P.
confiança	congruentes insatisfeitos	3,901	,072
	incongruentes	3,883	,082
	congruentes satisfeitos	4,190	,064
intimidade	congruentes insatisfeitos	3,038	,071
	incongruentes	2,956	,081
	congruentes satisfeitos	3,328	,063
orientação religiosa	congruentes insatisfeitos	2,732	,097
	incongruentes	3,135	,111
	congruentes satisfeitos	3,152	,086
personalidade	congruentes insatisfeitos	3,071	,071
	incongruentes	3,421	,081
	congruentes satisfeitos	3,872	,062
família	congruentes insatisfeitos	3,490	,070
	incongruentes	3,666	,080
	congruentes satisfeitos	4,022	,062
satisfação específica	congruentes insatisfeitos	3,863	,035
	incongruentes	4,188	,040
	congruentes satisfeitos	4,530	,031
distorções idealistas	congruentes insatisfeitos	3,391	,045
	incongruentes	3,846	,051
	congruentes satisfeitos	4,292	,040
violência	congruentes insatisfeitos	,340	,042
	incongruentes	,142	,048
	congruentes satisfeitos	,110	,037

enquanto que as mulheres de casais satisfeitos e de casais incongruentes têm maiores percepções de orientação religiosa do que as de casais insatisfeitos,

- no que se refere à violência, os homens de casais insatisfeitos têm percepções mais elevadas do recurso a estratégias violentas do que os de casais incongruentes e satisfeitos; as mulheres de casais insatisfeitos revelam percepções mais elevadas de violência do que as casais satisfeitos.

Como já tínhamos assinalado, as questões religiosas parecem não afectar os homens, independentemente do tipo de casal (em termos de congruência) considerado. Assim, a satisfação religiosa parece ser mais relevante para as mulheres, de acordo com alguns estudos recentes (Thomas & Cornwall, 1990). Finalmente, assinale-se um factor comum que nos parece interessante, isto é, regra geral, os casais congruentes satisfeitos apresentam percepções mais elevadas do que os casais congruentes insatisfeitos e, mais ainda, que os casais incongruentes apelando para uma continuidade na satisfação. Isto poderá significar que nos casais incongruentes pelo menos um dos cônjuges está satisfeito com a relação.

4.3. Interação entre o factor intra-casal e a congruência do recurso a estratégias de violência

Os resultados apontam para a não existência de diferenças significativas entre a variável congruência no casal e o recurso a estratégias de violência, de resto consistente com os resultados já encontrados no estudo da amostra global.

Quadro 25
Análise de variância em medidas repetidas (intra-casal), com a congruência da violência conjugal como factor inter-casal (N=620).

Efeito	Escala	Σ dos Quadrados	GL	Quadrado Médio	F	p
intra-casal x	confiança	4,824E-02	2	2,412E-02	,068	,934
violência	satisfação	,217	2	,108	,824	,440
	intimidade	1,135	2	,567	1,280	,279
	orientação religiosa	1,654	2	,827	2,159	,117
	concordância	,611	2	,306	,849	,429
	personalidade	,589	2	,295	,777	,461
	papéis igualitários	,296	2	,148	,578	,562
	família	,351	2	,176	,473	,624
	satisfação específica	,906	2	,453	2,351	,097
	distorções idealistas	1,043	2	,521	2,123	,121
violência	confiança	2,391	2	1,195	1,091	,337
	satisfação	3,443	2	1,721	3,218	,041
	intimidade	2,884	2	1,442	1,356	,259
	orientação religiosa	4,542	2	2,271	1,167	,313
	concordância	1,635	2	,817	,929	,396
	personalidade	8,104	2	4,052	3,305	,038
	papéis igualitários	2,092	2	1,046	,575	,563
	família	3,436	2	1,718	1,568	,210
	satisfação específica	1,541	2	,770	1,774	,171
	distorções idealistas	2,442	2	1,221	1,687	,187

Quadro 26
Médias e desvios padrões em função da congruência da violência conjugal (n=620).

Escala		Média	D.P.
satisfação	congruentes pouco violentos	4,263	,036
	incongruentes	4,122	,062
	congruentes muito violentos	4,399	,101
personalidade	congruentes pouco violentos	3,533	,054
	incongruentes	3,289	,094
	congruentes muito violentos	3,675	,154

5. Discussão dos Resultados

Sumariamente, repetiríamos neste ponto aquilo que merece, a nosso ver, maior destaque da apresentação dos resultados..

Assim, emerge do estudo que os homens assumem utilizar mais estratégias de violência moderada do que as mulheres, o que aliás é consistente com a maior parte das investigações (vd. Capítulos 1 e 3). No entanto, é de enfatizar, que embora com menor incidência, as mulheres também se assumem como sendo capazes de utilizar estratégias violentas.

O nível sócio-económico-cultural surtiu efeitos concordantes com a maior parte dos estudos, isto é, indivíduos de níveis mais altos (médio e elevado) tendem a aproximar-se nas percepções sobre a violência e sobre a qualidade da relação do que os sujeitos de nível baixo. Não sabemos até que ponto a desejabilidade social produziu efeitos nas respostas (sobretudo ao nível das classes altas) e em que medida os sujeitos de classes mais baixas não terão sido mais genuínos nas suas respostas.

A idade, por seu lado, é uma variável que não diferencia os sujeitos no nosso estudo, de forma geral, eventualmente porque

teremos um grupo de pessoas apesar das diferenças muito homogêneo (isto é na casa dos 30, 40 anos), ou porque independentemente da idade existe um conjunto de questões que são prementes para todos os tipos de relação.

Constatámos, que a satisfação nas diversas áreas do relacionamento conjugal está, tanto para homens como para mulheres, efectivamente relacionado com o menor recurso a estratégias de violência, o mesmo ocorrendo com a variável congruência.

Finalmente, as escalas que sobressaem no Enrich são as de intimidade muito valorizada pelos homens e as dos papéis igualitários e satisfação religiosa, com níveis de percepção mais elevados para as mulheres.

5. Conclusão

Neste capítulo fizemos a apresentação dos resultados decorrentes do estudo diferencial realizado e a consequente discussão dos mesmos.

Deste modo, junto de uma amostra de casais portugueses, procuramos estudar os efeitos do sexo, da idade, e do nível sócio-económico-cultural (NSEC) na incidência de violência física moderada e nas percepções da relação conjugal; explorando ao máximo uma série de interacções decorrentes deste grande objectivo, tanto ao nível inter-casal como intra-casal.

Finalmente, procuramos sintetizar alguns dos resultados mais relevantes do estudo ao longo da sua apresentação e discussão.

CONCLUSÃO

Procuramos neste trabalho definir algumas questões centrais em torno da violência conjugal através da revisão da literatura sobre a matéria e da definição de um estudo, junto de uma amostra de casais portugueses, que podemos definir como exploratório.

Para o efeito, começamos por fazer uma breve incursão sobre alguns conceitos relacionados com a dinâmica conjugal, domínio onde o objecto do nosso trabalho recai, para seguidamente apresentar as teorias ou modelos explicativos subjacentes às investigações realizadas que optamos por apresentar em simultâneo na medida em que concede, em nossa opinião, uma leitura mais clara e consistente do problema. Além disto, não existe no domínio da violência conjugal nenhum modelo teórico suficientemente abrangente e que mereça ser desenvolvido em destaque.

No segundo capítulo, referimos as razões que conduzem às dificuldades de investigação colocadas aos estudiosos da violência conjugal, bem como alguns problemas inerentes à intervenção junto dos participantes da mesma; analisando estas dificuldades quer por parte das vítimas e/ou agressores, quer dos terapeutas, e agentes comunitários, referindo, também os constrangimentos da sociedade mais alargada em lidar com esta matéria.

Nos terceiros e quartos capítulos, apresentamos os princípios do nosso estudo, efectuado junto de uma amostra de casais portugueses, referindo a adaptação para a população portuguesa dos dois instrumentos por nós utilizados (CTS e ENRICH), bem como, o estudo diferencial efectuado e a discussão dos resultados encontrados.

Embora tenhamos feito, julgamos, algumas análises pessoais no decorrer da tese, gostaríamos ainda de assinalar algumas questões que nos parecem merecedoras de síntese, destaque e reflexão em jeito de questões para futuras investigações, pese o risco de nos repetirmos.

Assim, da revisão da literatura, pareceu-nos que as teorias eram quase e apenas um conjunto de resultados empíricos mais do que grelhas de análise consistentes e abrangentes do fenómeno. De facto, em nossa opinião, não emerge nenhum modelo que se destaque com a eventual excepção dos sistémicos mas que, dados os poucos estudos existentes nesta área, ainda não se podem considerar conclusivos.

Verificámos, também, que a investigação no domínio da violência conjugal se pode considerar relativamente recente o que contribui para a inexistência de modelos teóricos mais consistentes.

Paralelamente, não existem, por exemplo, estudos longitudinais junto da população dita “normal”, para, por exemplo, poder observar a evolução da violência no casal e que razões contribuem para o seu aparecimento.

De qualquer forma, os estudos baseados em amostras clínicas não podem servir para comparação e para deles serem retiradas ilacções para a restante população.

Julgamos importante assinalar algo que poucas vezes é referenciado e que se prende com a necessidade em distinguir entre a violência presente na população normal, eventualmente, violência moderada (simbólica, verbal...) e violência severa cometida por populações com características específicas ou pela população normal mas com um cariz altamente patológico.

Ademais, existem entraves consideráveis à pesquisa como sejam a resistência da população em geral, em participar neste tipo de estudo, além das questões sumarizadas no capítulo segundo e que se prendem com diversas dificuldades metodológicas, acrescidas pela representação social de que esta é uma matéria do foro privado, representação que ainda prevalece.

A este tipo de constrangimento não será também alheio alguma emoção exageradamente associada a este tema

(Rosenbaum, 1988), e que envolve alguns investigadores levando-os a tomar partido pelos seus próprios modelos. Esta seria uma discussão interessante porque, se por um lado, um cientista nunca de deveria deixar perturbar ou emocionar pelo natureza das questões em que trabalha, por outro, também carrega consigo as suas grelhas de análise e, talvez o importante seja a consciência crítica das mesmas. Reconhecemos, contudo, que tal lucidez, não será fácil nomeadamente quando o objecto de análise se inscreve no social...

Apesar de existirem algumas evidências acerca do comportamento violento das mulheres e, ainda, acerca da mutualidade da violência conjugal, o certo é que raros são os estudos em que estas constatações são frontalmente assumidas e discutidas existindo por vezes discussões acérrimas sobre os resultados dos mesmos e sobre questões éticas frequentemente existentes *a priori* aquando da definição dos *designs* metodológicos.

Mesmo assumindo que as mulheres também são capazes de cometer actos de violência o certo é que a terminologia referente à violência conjugal tem permanecido inalterável havendo autores, como Edleson (1996) que apelam para a necessidade urgente de se

alterar a linguagem de análise deste problema, tornando-a eventualmente menos carregada de emoções...

Existem alguns estudos, ainda que numa percentagem diminuta, a assumir as mulheres como violentas e pensamos que o facto de serem escassos poderá justificar-se porque a maior parte deles têm por objecto as dimensões da violência física.

Assim, se as mulheres utilizam, como se reconhece, preferencialmente as estratégias de violência emocional, a incidência da mesma passará despercebida. Ou seja, queremos com isto dizer que constatamos uma primazia de estudos relativos à violência física e a quase inexistência de reflexões sistemáticas sobre os outros tipos de violência sendo embora verdade que estas também são mais difíceis de medir porque, eventualmente, também mais difíceis de operacionalizar.

Contudo, se as mulheres referem que de todas as estratégias possíveis de violência as mais ansiogénicas, para elas próprias, são as emocionais (Follingstad et al, 1995), será que poderemos inferir da severidade do abuso que elas eventualmente possam cometer, no mesmo sentido?

De uma análise mais detalhada à revisão dos estudos sobressai a conclusão de que em alguns deles a violência das

mulheres é assumida, ainda que de forma indirecta, isto é, conclui-se pela existência de violência relacional mas assumindo que a mulher é violenta apenas em legítima defesa. Serão necessários mais estudos sobre a relação conjugal para aprofundar esta questão.

Por outro lado, mesmo alguns modelos ditos sistémicos (e.g. Sith & Farley, Olson,...) acabam por ter limitações e em alguns casos parecem fazer o somatório de algumas variáveis que outros modelos já anteriormente procuravam estudar, em vez de considerarem as diversas dimensões efectivamente correlacionadas. Associado ao que acabamos de referir, está o facto de poucos estudos fazerem, efectivamente, referência ao contexto mais alargado e à dinâmica relacional.

Kayser (1993), alarga esta análise a outras dimensões como associar o conflito no casal ao processo de desafeição do outro, processo este muitas vezes pontuado por violência, seja emocional ou física. Este modelo insere-se numa área de investigação ainda incipiente e que convirá alargar apesar dos evidentes problemas metodológicos inerentes. Contudo, será que casais que têm maiores níveis de conflito serão necessariamente casais disfuncionais? Aliás, e não pelo prazer de procurar a polémica, por si só, será, ainda, que

casais onde existe violência serão necessariamente casais disfuncionais?

Finalmente, parece-nos que para compreender e trabalhar ao nível da violência conjugal muitos factores terão que ser considerados, em simultâneo. Desde variáveis do indivíduo a padrões de interacção familiares, a questões estruturais próximas ao indivíduo e ainda a questões contextuais, culturais e comunitárias que envolvem as pessoas e as famílias (Laumann-Billings & Emery, 1998).

A questão não deveria ser a de saber se os homens ou as mulheres são violentas, mas antes se as relações são violentas? E se assim é, quais foram os determinantes da violência? Julgamos que este aprofundamento só poderá ser feito através do estudo de casos. Naturalmente, que nesta análise, não poderão ser descuidadas possíveis interferências como questões de personalidade ou questões estruturais do contexto em que os indivíduos vivem. Colocamos estas questões para a população dita normal mas também poderemos reportá-las a casais violentos.

Alguém disse que a família é a instituição mais violenta da sociedade na medida em que os seus elementos conhecem os pontos fracos de cada um e, portanto, sabem como atingi-los; que

toda a relação implica luta de poder e sendo assim o conflito faz parte da relação. Se é verdade que concordamos com a especificidade desta análise, também consideramos que é na família que “descarregamos” os nossos problemas porque sentimos que é neste contexto securizante que o podemos fazer.

É evidente que nenhuma violência é saudável e não fazemos aqui, de todo, a apologia da violência, mas temos que reconhecer que se trata de um conceito extraordinariamente lato e, por isso, difícil de precisar porque nele coexistem imensos significados. Esta subjectividade deverá ser um factor central a considerar neste tipo de investigações. Assim, estudar estas questões implica conceder atenção ao contexto, à situação, inevitavelmente.

No que concerne à intervenção junto dos actores da violência conjugal, pensamos que cada caso é pontuado por especificidades, que implicam directamente nas estratégias a utilizar no processo terapêutico.

Deste modo, se a violência é relacional teremos que enveredar pela terapia de casal, se se trata de um problema de cariz individual pela terapia individual, ou mesmo por ambas em momentos diferentes do processo. O que nos parece, então, é que

não podem existir modelos rígidos e pré-estabelecidos de intervenção nesta matéria.

No que diz respeito às intervenções descritas na literatura, parece-nos que em muitos casos elas são descontextualizadas, isto é, decorrem em *settings* com características específicas e que podem enviesar os resultados das mesmas; por outro lado, não há estudos longitudinais a posteriori para avaliar a eficácia destas intervenções.

Finalmente, o nosso estudo comportou limitações importantes, a saber. A utilização do self-report como medida de observação em vez da entrevista que seria mais rica mas mais morosa; não permite saber o significado e a intencionalidade do uso de estratégias de violência; nem a eventual ligação a temas específicos que possam contribuir para a ocorrência de violência.

No futuro, julgamos que estas questões merecem ser investigadas e, nomeadamente, aprofundar o conhecimento que uma escala tão rica como o Enrich pode possibilitar sobre a conjugalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS¹

- Adams, D.C. (1988). Treatment models of men who batter: a profeminist analysis. In K. Yllo & M. Bograd (Eds). *Feminist perspectives on wife abuse* (pp. 176-199). Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Afolayan, J.A. (1993). Consequences of domestic violence on elementary school education. *Child and Family Behavior Therapy*, Vol 15, 3, 55-58.
- Aguilar, R.J. & Nightingale, N.N. (1994). The impact of specific battering experiences on the self-esteem of abused women. *Journal of Family Violence*, Vol 9, 35-45.
- Aldarondo, E. & Straus, M.A. (1994). Screening for physical violence in couple therapy: methodological, practical, and ethical considerations. *Family Process*, 33, 425-439.
- Aldarondo, E. & Sugarman, D.B. (1996). Risk marker analysis of the cessation and persistence of wife assault. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, Vol 64, 5, 1010-1019.
- Alexander, R. (1993). Wife-battering - an australian perspective. *Journal of Family Violence*, Vol 8, 3, 229-251.
- Andrews, A.B. (1994) Developing community systems for the primary prevention of family violence. *Family and Community Health*, Vol 16, 4, 1-9.
- Anson, O. & Sagy, S. (1995). Marital violence: comparing women in violent and nonviolent unions. *Human Relations*, Vol 48, 3, 285-305.
- Apt, C. & Hurlbert, D.F. (1993). The sexuality of women in physically abusive marriages: a comparative study. *Journal of Family Violence*, Vol 8, 1, 57-69.
- Babcock, J.C.; Wattz, J.; Jacobson, N.S. & Gottman, J.M. (1993). Power and violence: the relation between communication patterns, power discrepancies,

¹ Bibliografia consultada indiretamente.

and domestic violence. Special section: couples and couple therapy. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, Vol 61, 1, 40-50.

Badinter, E. (1987). *Um é o outro*. Lisboa: Relógio D'Água

Balleweg, B. J.; Weisser, C. E.; Bornstein, P.H. (1985). Anger and violent behavior. In Bellack, A. S. and Hersen, M. (eds). *Handbook of clinical behavior therapy with adults*. New York: Plenum Press.

Barnett, O.W.; Fagan, R.W.; Booker, J.M. (1991). Hostility and stress as mediators of aggression in violent men. *Journal of Family Violence*, Vol 6, 3, 217-340.

Barnett, O.W. & Fagan, R.W. (1993). Alcohol use in male spouse abusers and their female partners. *Journal of Family Violence*, Vol 8, 1, 1-25.

Baucom, D.H. & Danker-Brown (1979). Influence of sex roles in the development of learned helplessness. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 47, 928-936.

Ben-David, S. (1993). The two facets of female violence: the public and the domestic domains. *Journal of Family Violence*, Vol 8, 4, 345-359.

*Bergman, B. & Brismar, B. (1993). Assailants and victims: a comparative study of male wife-beaters and battered males. *Journal of Addictive Diseases*, Vol 12, 4, 1-10.

Bersani, C.A; Chen, H.T.; Pendleton; B.F.; Denton, R. (1992). Personality traits of convicted male batterers. *Journal of Family Violence*, Vol 7, 2, 123-134.

Bicehouse, T. & Hawker, L. (1993). Degrees of games: an application to the understanding of domestic violence. *Transactional Analysis Journal*, Vol 23, 4, 195-200.

Bograd, M. (1992). Values in conflict; challenges to family therapist's thinking. *Journal of Marital and Family Therapy*, 18, 245-256.

*Bohannon, J.D.; Dosser, D.A. & Lindley, S.E. (1995). Using couple data to determine domestic violence rates: an attempt to replicate previous work. *Violence and Victims*, Vol 10(2), 133-141.

Bookwala, J.; Frieze, I.H. & Grote, N.K. (1994). Love, aggression and satisfaction in dating relationships. *Journal of Social and Personal Relationships*, Vol 11(4), 625-632.

Bookwala J. & Zdaniuk, B. (1998) Adult attachment styles and aggressive behavior within dating relationships. *Journal of Social and Personal Relationships*, Vol 15 (2), 175-190.

Bornstein, P.H.; Weisser, C.E. ;Balleweg, B.J. (1985). Anger and violent behavior. In Bellack, A.S. and Hersen, M. (eds). *Handbook of clinical behavior therapy with adults*. New York: Plenum Press.

Bourg, S. & Stock, H.V. (1994). A review of domestic violence arrest statistics in a police department using a pro-arrest policy: are pro-arrest policies enough? *Journal of Family Violence*, Vol 9, 2, 177-189.

Bradbury, T.N.; Beach, S.R.H.; Fincham, F.D., Nelson, G.M. (1996). Attributions and behavior in functional and dysfunctional marriages. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, Vol 64, 3, 569-576.

*Brainerd, E.G.; Hunter, P.A.; Moore, D.; Thompson, T.R. (1996). Jealousy induction as a predictor of power and the use of other control methods in heterosexual relationships. *Psychological - Reports*, Vol 79 (3,Pt 2), 1319-1325.

Brunstein, J.C.; Dangelmayer, G. & Schulthneiss, O.C. (1996). Personal goals and social support in close relationships: effects on relationship mood and marital satisfaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol 71,5,1006-1019.

*Busch, R.; Robertson, N. & Lapsley, H.(1993). Domestic violence and the justice system: a study of breaches of protection orders. *Community Mental Health in New Zealand*, Vol 7, 2, 26-44.

Cappel, C. & Heiner, R.B. (1990). The intergenerational transmission of family aggression. *Journal of Family Violence*, 5, 135-152.

Campbell, J.C.; Miller, P.; Cardwell, M.M.; Belknap, R.A. (1994). Relationship status of battered women over time. *Journal of Family Violence*, Vol 9, 2, 99-111.

Cantos, A.L.; Neidig, P.H.; O'Leary, K.D. (1993). Men and women's attributions of blame for domestic violence. *Journal of Family Violence*, Vol 8, 4, 289-302.

Cantos, A.L.; Neidig, P.H.; O'Leary, K.D. (1994). Injuries of women and men in a treatment program for domestic violence. *Journal of Family Violence*, Vol 9, 2, 113-124.

Cantrell, P.J.; Carrico, M.F.; Franklin, J.N. & Grubb, H.J. (1990). Violent tactics in family conflict relative to familial and economic factors. *Psychological Reports*, Vol 66, 3, 823-828.

*Cantrell, P.J.; MacIntyre, D.I.; Sharkey, K.J. & Thompson, V. (1995). Violence in the marital dyad as a predictor of violence in the peer relationships of older adolescents/young adults. *Violence and Victims*, Vol 10(1), 35-41.

Carden, A.D. (1994). Wife abuse and wife abuser: review and recommendations. *The Counseling Psychologist*, 22, 539-582.

Cascardi, M. & O'Leary, K.D. (1992). Depressive symptomatology, self-esteem, and self-blame in battered women. *Journal of Family Violence*, Vol 7, 4, 249-259.

Cataldi, A.E. & Reardon, R. (1996). Gender, interpersonal orientation, and manipulation tactic use in close relationships. *Sex Roles*, Vol 35, Nos. 314, 205-218.

Caulfield, M.B. & Riggs, D.S. (1992). The assessment of dating aggression: empirical evaluation of the Conflict Tactics Scale. *Journal of Interpersonal Violence*, Vol 7(4), 549-558.

*Clark, M.L.; Beckett, J.; Wells, M. & Dungee-Anderson, D. (1994). Courtship violence among African American college students. *Journal of Black Psychology*, Vol 20(3), 264-281.

- Coohey, C. (1995) Neglectful mothers, their mothers, and partners: the significance of mutual aid. *Child Abuse & Neglect*, Vol 19, 8, 885-895.
- Costa, M.E. (1994). *Divórcio, Monoparentalidade e recasamento. Intervenção psicológica em transições familiares*. Porto: Edições Asa
- Cox, J.W. & Stoltenberg, C.D. (1991). Evaluation of a treatment program for battered wives. *Journal of Family Violence*, Vol 6, 4, 395-412.
- Dell, P. F. (1989). Violence and the systemic view: the problem of power. *Family Process*, Vol 28, 1-14.
- DiLalla, L.F.& Gottesman, I.I. (1991). Biological and genetic contributors to violence: widom`s untold tale. *Psychological Bulletin*, Vol 109, 1, 125-129.
- Doerner, W.G. & Lab, S.P. (1995). *Victimology*. Cincinnati: Anderson Publishing Co.
- Doumas, D.; Margolin, G. & John, R.S. (1994). The intergenerational transmission of aggression across three generations. *Journal of Family Violence*, Vol 9, 2, 157-175.
- Downs, W.R.; Miller, B.A.; Panek, D.D. (1993). Differential patterns of partner-to-woman violence: a comparison of samples of community, alcohol-abusing, and battered women. *Journal of Family Violence*, Vol 8, 2, 113-134.
- *DuRant, R.H.; Cadenhead, C.; Pendergrast, R.A. & Slavens,G. (1994). Factors associated with the use of violence among urban Black adolescents. *American Journal of Public Health*, Vol 84(4), 612-617.
- *Dutton, D.G. & Hart, S.D. (1992). Risk markers for family violence in a federally incarcerated population. *International Journal of Law and Psychiatry*, Vol 15(1), 101-112.
- *Dutton, D.G. & Starzomski, A.J. (1993). Borderline personality in perpetrators of psychological and physical abuse. *Violence and Victims*, Vol 8(4), 327-337.

Dutton, D.G.; Saunders, K.; Starzomski, A. & Bartholomew, K. (1994). Intimacy-anger and insecure attachment as precursors of abuse in intimate relationships. *Journal of Applied Social Psychology*, 24, 15, 1367-1386.

Dutton, D.G.; Starzomski, A. & Ryan, L. (1996). Antecedents of abusive personality and abusive behavior in wife assaulters. *Journal of Family Violence*, Vol 11, 2, 113-132.

Dutton, M.A. (1996). Battered women's strategic response to violence: the role of context. In Edleson, J.L. & Eisikovits, Z.C. (Eds). *Future interventions with battered women and their families*. London: Sage Publications

*Easteal, P & Easteal, S. (1992). Attitudes and practices of doctors toward spouse assault victims: an Australian study. *Violence and Victims*, Vol 7, 3, 217-228.

Edleson, J.L.; Eisikovits, Z.C.; Guttman, E.; Sela-Amit, M. (1991). Cognitive and interpersonal factors in woman abuse. *Journal of Family Violence*. Vol 6, 2, 167-181.

Edleson, J.L. (1996). Controversy and change in batterer's programs. In Edleson, J.L. & Eisikovits, Z.C. (Eds). *Future interventions with battered women and their families*. London: Sage Publications

Eisikovits, Z.C. & Buchbinder, E. (1996). Toward a phenomenological intervention with violence in intimate relationships. In Edleson, J.L. & Eisikovits, Z.C. (Eds). *Future interventions with battered women and their families*. London: Sage Publications

Emery, R.E. & Laumann-Billings, L. (1998). An overview of the nature, causes, and consequences of abusive family relationships. Toward differentiating maltreatment and violence. *American Psychologist*. Vol 53, 2, 121-135.

Faulkner, K.K.; Cogan, R.; Nolder, M. & Shooter, G. (1991). Characteristics of men and women completing cognitive/behavioral spouse abuse treatment. *Journal of Family Violence*, Vol 6, 3, 243-254.

- Faulkner, K.; Stoltenberg, C.D.; Cogen, R.; Nolder, M.; Shooter, E. (1992). Cognitive-behavioral group treatment for male spouse abusers. *Journal of Family Violence*. Vol 7, 1, 37-55.
- Feather, N.T. (1996). Domestic violence, gender, and perceptions of justice. *Sex Roles*. Vol 35,7/8,507-519.
- Feldman; S.S.; Gowan, L.K.; Fisher, L. (1988). Family relationships and gender as predictors of romantic intimacy in young adults. A longitudinal study. *Journal of Research and Adolescence*, Vol 8, 2, 263-286.
- Ferreira da Silva, L. (1995). *Entre marido e mulher alguém meta a colher*. À Bolina Editores, Lda.
- Folkman, S. & Lazarus, R. (1988). Coping as a mediator of emotion. *Journal of Personal and Social Psychology*, 54, 466-475.
- Follette, V.M. & Alexander, P.C. (1992). Dating violence: current and historical correlates. *Behavioral Assessment*, Vol 14, 1, 39-52.
- Follingstad, D.R.; Brennan, A.F.; Hause, E.S.; Polek, D.S.; Rutledge, L.L (1991). Factors moderating physical and psychological symptoms of battered woman. *Journal of Family Violence*. Vol 6, 1, 81-95.
- *Fortune, M.M. (1993). The nature of abuse. *Pastoral Psychology*, Vol 41, 5, 275-288.
- Fowers, B.J. (1991). His and her marriage: a multivariate study of gender and marital satisfaction. *Sex Roles*, Vol 24, 3/4, 209-221.
- Fowers, B.J. & Olson, D.H. (1993). Enrich marital satisfaction scale: a brief research and clinical tool. *Journal of Family Psychology*, Vol 7, 2, 176-185.
- Frazier, P.A. & Cohen, B.B. (1992). Research on the sexual victimization of women: implications for counselor training. *The Counseling Psychologist*, 20, 141-158.

Gary, L. T.; Schechter, S. (1990). A framework for understanding and empowering battered women. In Strauss, M. B. (ed). *Abuse and victimization across the life span*. London: The Johns Hopkins University Press.

Gayford, J.J. (1975). Wife battering: a preliminary survey of 100 cases. *British Medical Journal*, 25, 194-197.

Gelles, R.J. (1993). Constraints against family violence: how well do they work? Special issue: the impact of arrest on domestic assault. *American Behavioral Scientist*, Vol 36, 5, 575-586.

Gelles, R. J. (1994). Research and advocacy: can one wear two hats? *Family Process*, 33, 93-95.

Gerber, G.L. (1991). Gender stereotypes and power: perceptions of the roles in violent marriages. *Sex Roles*, Vol 24, 7-8, 439-458.

Gillman, I.S. (1980). An object-relations approach to the phenomenon and treatment of battered women. *Psychiatry*, 43, 346-358.

Glaser, B.A.; Sayger, T.V. & Home, A.M. (1993). Three types of family environment scale profiles: functional, distressed, and abusive families. *Journal of Family Violence*, Vol 8, 4, 303-311.

Glass, D.D. (1995). *All my fault: why women don't leave abusive men*. London: Virago Press.

Goldner, V.; Penn; P.; Sheinberg, M.; Walker, G. (1990). Love and violence: gender paradoxes in volatile attachments. *Family Process*, Vol 29, 4, 343-364.

*Goldsmith, H.R. (1990). Men who abuse their spouses: an approach to assessing future risk. *Journal of Offender Counseling, Services and Rehabilitation*, Vol 15, 1, 45-56.

*Gondolf, E.W.; Muley, E.P. & Lidz, C.W. (1990). Characteristics of perpetrators of family and nonfamily assaults. *Hospital and Community Psychiatry*, Vol 41, 2, 191-193.

Gondolf, E.W. & Foster, R.A. (1991). Pre-program attrition in batterer programs. *Journal of Family Violence*. Vol 6, 4, 337-349.

Gottman, J. M. (1979) *Marital interaction. experimental investigations*. New York: Academic Press.

Grusznski, R.J. & Carrillo, T.P. (1988). Who completes batterer's treatment groups? An empirical investigation. *Journal of Family Violence*, Vol 3, 2, 141-150.

Hackler, J. (1991). The reduction of violent crime through economic equality for women. *Journal of Family Violence*. Vol 6, 2, 199-215.

Haj-Yahia, M.M. & Edleson, J.L. (1994). Predicting the use of conflict resolution tactics among engaged arab-palestinian men in Israel. *Journal of Family Violence*, Vol 9, 1, 47-61.

Hamberger, L.K & Hastings, J.E. (1988). Skills training for treatment of spouse abusers: an outcome study. *Journal of Family Violence*, Vol 3, 2, 121-130.

Hamberger, L.K & Hastings, J.E. (1991). Personality correlates of men who batter and nonviolent men: some continuities and discontinuities. *Journal of Family Violence*, Vol 6, 2, 131-147.

Hamilton, B. & Coates, J. (1993). Perceived helpfulness and use of professional services by abused women. *Journal of Family Violence*, Vol 8, 4, 313-324.

Hampton, R. L. (1990). Physical victimization across the life span: recognition, ethnicity, and deterrence. In Strauss, M. B. (ed). *Abuse and victimization across the life span*. London: The Johns Hopkins University Press.

Harris, M. B. (1992). Sex and ethnic differences in past aggressive behaviors. *Journal of Family Violence*. Vol 7, 2, 85-102.

Harris, M.B.; Knight-Bohnhoff, K. (1996). Gender and aggression I: perceptions of aggression. *Sex Roles*, Vol 35, 1-25.

Harris, M.B.; Knight-Bohnhoff, K. (1996). Gender and aggression II personal aggressiveness. *Sex Roles*, Vol 35, 27-42.

Harris, M.B. (1996). Aggressive experiences and aggressiveness: relationship to ethnicity, gender, and age. *Journal of Applied Social Psychology*, Vol 26(10), 843-870.

Harway, M. (1994). "Marriage and family therapists working with family violence: strained bedfellows or compatible partners? A commentary on Avis, Kaufman, and Bograd": comment. *Journal of Marital and Family Therapy*, Vol 20, 2, 204-205.

*Hawley, D.R. (1994). Couples in crisis: using self reports instruments in marriage counseling. *Pastoral Psychology*, Vol 43, 2, 93-103.

Heisi, L.L. (1996) Violence against women: global organizing for change. In Edleson, J.L. & Eisikovits, Z.C. (Eds). *Future interventions with battered women and their families*. London: Sage Publications

Henderson, A.J.Z.; Bartholomew, K.; Dutton, D.G. (in press). He loves me; he loves me not: attachment and separation resolution of abused women. *Journal of Family Violence*.

Henderson, A.d. (1993). Abused women's perceptions of their children's experiences. *Canada Mental Health*, Vol 41, 1, 7-11.

Hersen, M; Bellack, A. S.; Morrison, R. L.; Van Hasselt, V. B. (Eds). (1988). *Handbook of family violence*. New York: Plenum Press.

Heyman, R.E.; O'Leary, K.D.; Jouriles, E.N. (1995). Alcohol and aggressive personality styles: potentiators of serious physical aggression against wives? *Journal of Family Psychology*, Vol 9, 1, 44-57.

Hillier, L. & Foddy, M. (1993). The role of observer attitudes in judgments of blame in cases of wife assault. *Sex Roles*, Vol 29, 9-10, 629-644.



- Hoglund, C.L. & Nicholas, K.B. (1995). Shame, guilt, and anger in college students exposed to abusive family environments. *Journal of Family Violence*, Vol 10, 2, 141-157.
- Holden, G.W & Ritchie, K.L. (1991). Linking extreme marital discord, child rearing, and child behavior problems. evidence from battered women. *Child Development*, Vol 62(2), 311-327.
- Holtzworth, M.A.; Jacobson, N.S.; Fehrenbach, P.A. & Fruzzetti, A. (1992). Violent married couples attributions for violent and nonviolent self and partner behaviors. *Behavioral Assessment*, Vol 14, 1, 53-64.
- Hotaling, G.T. & Sugarman, D.B. (1990). A risk marker analysis of assaulted wives. *Journal of Family Violence*, Vol 5, 1, 1-13.
- Houskamp, B.M. & Fox, D.W. (1991). The assessment of posttraumatic stress disorder in battered women. *Journal of interpersonal Violence*, Vol 6, 3, 367-375.
- Hurlbert, D.F.; Whittaker, K.E. & Munoz, C.J. (1991). Etiological characteristics of abusive husbands. *Military Medicine*, Vol 156, 12, 670-675.
- Hydén, M. (1995). Verbal aggression as prehistory of woman battering. *Journal of Family Violence*, Vol 10, 1, 55-71.
- Ingham, R., Woodcock, A. & Stenner, K (1991). Getting to know you...young people's knowledge of their partners at first intercourse. *Journal of Applied Social Psychology*, 23, 117-132.
- *Jack, L.; Dutton, D.; Webb, A. & Ryan, L. (1995). Effects of early abuse on adult affective reactions to exposure to dyadic conflict. *Canadian Journal of Behavioural Science*, Vol 27(4), 484-500.
- Jacobson, N.S. (1994). Rewards and dangers in researching domestic violence. *Family Process*, 33, 81-85.
- Jenkins, J.L. (1990). Preventing relapse versus "stopping" domestic violence: do we expect too much too soon from battering men? *Journal of Family Violence*, Vol 5, 1, 43-60.

*Jenkins, A. (1991). Intervention with violence and abuse in families: the inadvertent perpetuation of irresponsible behavior. *Australian and New Zealand Journal of Family Therapy*, Vol 12, 4, 186-195.

*Johnson, D.R. & Booth, A. (1988). Marital quality: a product of the dyadic environment or individual factors? *Social Forces*, Vol 76, 3, 883-904.

Johnston, J.R. & Campbell, .E. (1993). Parent-child relationships in domestic violence families disputing custody. *Family and Conciliation Courts Review*, Vol 31, 3, 282-298.

Jouriles, E.N. & Norwood, W.D. (1995). Psysical agression toward boys and girls in families characterized by the battering of women. *Journal of Family Psychology*, Vol 9, 1, 69-78.

Julian, T.W.; McKenry, P.C. (1993). Mediators of male violence toward female intimates. *Journal of Family Violence*, Vol 8, 39-55.

Kalu, W.J. (1993). Battered spouse as a social concern in work with two semi-rural communities of Nigeria. *Journal of Family Violence*, Vol 8, 4, 361-".

Kaplan, A. G. (1990). How normal is normal development? some connections between adult development and the roots of abuse and victimization. In Strauss, M. B. (ed). *Abuse and victimization across the life span*. London: The Johns Hopkins University Press.

Kayser, K. (1993). *When love dies. The process of marital disaffection*. New York: The Guilford Press.

Kennedy; L.W.; Forde, D.R.; Smith, M.D.; Dutton, D.G. (1991). Knowledge of spouse abuse in the community: a comparison across locations. *Journal of Family Violence*, Vol 6, 3, 303-318.

*Kim,H.R.; Lee,J.Y. (1994). The relation between verbal agression by parents and children`s maladjusted emotional behavior. *Korean Journal of Child Studies*, Vol 15(1), 91-108.

Klein, R. & Johnson, M.P. (1997). Strategies of couple conflict. In Duck, S. (Ed). *Handbook of Personal Relationships. theory, research and interventions* New York: John Wiley & Sons

*Ko,J.J.; Kim, G.S. (1992). The influence of marital conflict on child abuse. *Korean Journal of Child Studies*, Vol 13(1), 80-98.

Krajewski, S.S.; Rybarik, M.F.; Dosch; M.F. & Gilmore, G.D. (1996). Results of a curriculum intervention with seventh graders regarding violence in relationships. *Journal of Family Violence*, Vol 11, 2, 93-112.

*Kruttschnitt, C.; Dornfeld, M. (1992). Will they tell? Assessing preadolescents`reports of family violence. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, Vol 29(2), 136-147.

*Kruttschnitt, C.; Dornfeld, M. (1993). Exposure to family violence: a partial explanation for initial and subsequent levels of delinquency? *Criminal Behaviour and Mental Health*, Vol 3, 2, 61-75.

Lane, G. & Russell; T. (1989). Second-order systemic work with violent couples. In P.L. Caeser & L.K. Hamberger (Eds). *Treating men who batter: theory, practice and programs* (pp. 134-162). New York: Springer.

Lanius, M.H. & Jansen, B:L: (1987). Interpersonal problem-solving skills in battered counseling and control women. *Journal of Family Violence*, 2, 151-163.

Langhinrichsen-Rohling, J. & Vivian, D. (1994). The correlates of spouses`incongruent reports of marital aggression. *Journal of Family Violence*, Vol 9, 3, 265-283.

Langhinrichsen-Rohling, J.; Neidig, P. Thorn, G. (1995). Violent marriages: gender differences in levels of current violence and past abuse. *Journal of Family Violence*, Vol 10, 2, 159-175.

Lavee, Y. & Olson, D.H. (1993). Seven types of marriage: empirical typology based on ENRICH. *Journal of Marital and Family Therapy*, Vol 19, 4, 325-340.

Lawrence, E.; Heyman, R.E. & O'Leary, K.D. (1995). Correspondence between telephone and written assessments of physical violence in marriage. *Behavior Therapy*, Vol 26(4), 671-680.

*Lehmann, P.; Rabenstein, S.; Duff, J. & Van-Meyel, R. (1994). A multi-dimensional model for treating families that have survived mother assault. *Contemporary Family Therapy an International Journal*, Vol 16, 1, 7-23.

Lehr, R.F. & Fitzsimmons, G. (1991). Adaptability and cohesion: implications for understanding the violence-prone system. *Journal of Family Violence*, Vol 6, 3, 255-265.

LeJeune, C. & Follette, V. (1994). Taking responsibility: sex differences in reporting dating violence. *Journal of Interpersonal Violence*, Vol 9(1), 133-140.

Lloyd, S.A: (1990). Conflict types strategies in violent marriages. *Journal of Family Violence*, Vol 5, 4, 269-284.

Lois Gold, M.S.W. (1992). *Between love and hate. A guide to civilized divorce*. New York, London: Plenum Press.

Long, D. (1987). Working with men who batter. In Gichenfield, G. A.; Good, G.; Stevens, M.; Scher, M. (eds). *Handbook of counseling and psychotherapy with men*. Newbury Park: Sage Publications.

*Maiden, R.P. (1996). The incidence of domestic violence among alcoholic EAP clients before and after treatment. *Employee Assistance Quarterly*, Vol 11(3), 21-46.

Mallock, M.S. & Webb, S.A. (1993). Intervening with male batterers: a study of social workers perceptions of domestic violence. *Social Work and Social Sciences Review*, Vol 4, 2, 119-147.

Margolin, G. & Fernandez, V. (1985). Marital dysfunction. In Bellack, A.S. and Hersen, M. (eds). *Handbook of clinical behavior therapy with adults*. New York: Plenum Press.

Margolin, G., John, R.S. & Gleberman, L. (1988). Affective responses to conflictual discussion in violent and nonviolent couples. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 56, 23-37.

*Marshall, L.L. & Rose, P. (1990). Premarital violence: the impact of family of origin violence, stress, and reciprocity. *Violence and Victims*, Vol 5, 1, 51-64.

Marshall, L. L. (1992). Development of the severity of violence against women scales. *Journal of Family Violence*. Vol 7, 2, 103-120.

Marshall, L. L. (1992). The severity of violence against men scales. *Journal of Family Violence*. Vol 7, 3, 189-203.

McCloskey, L.; Figueredo, A.J.; Koss, M.P. (1995). The effects of systemic family violence on children's mental health. *Child Development*, Vol 66(5), 1239-1261.

McKeel, A.J. & Sporkowski, M.J. (1993). How shelter counselors' views about responsibility for wife abuse relate to services they provide to battered women. *Journal of Family Violence*, Vol 8, 2, 101-112.

McLaughlin, I.G.; Leonard, K.E. & Senchak, M. (1992). Prevalence and distribution of premarital aggression among couples applying for a marriage license. *Journal of Family Violence*, Vol 7, 4, 309-319.

McNeely, R.L. & Mann, C.R. (1990). Domestic violence is a human issue. *Journal of Interpersonal Violence*, Vol 5, 1, 129-132.

Meloy, J.R. (1992). *Violent Attachments*. Jason Aronson Inc. Northvale, New Jersey, London.

*Miller, B.A. (1990). The interrelationships between alcohol and drugs and family violence. *National Institute on Drug Abuse Research Monograph Series*, 103, 117-207.

*Miller, B.A. & Downs, W.R. (1993). The impact of family violence on the use of alcohol by women. Special issue: alcohol, aggression, and injury. *Alcohol Health and Research World*, Vol 17, 2, 137-142.

*Muller, R.T. (1995). The interaction of parent and child gender in physical child maltreatment. *Canadian Journal of Behavioural Science*, Vol 27(4), 450-465.

Narciso, I. (1994/95). Metamorfoses do amor e da satisfação conjugal. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 10/11, 129-139.

Neff, J.A.; Holamon, B.; Schluter, T.D. (1995). Spousal violence among anglos, blacks, and mexican americans: the role of demographic variables, psychosocial predictors, and alcohol consumption. *Journal of Family Violence*, Vol 10, 1, 1-21.

*Newmark, L.; Harrell, A. & Salem, P. (1995). Domestic violence and empowerment in custody and visitation cases. Special issue: domestic violence. *Family and Conciliation Courts Review*, Vol 33(1), 30-62.

*O'Brien, M.; Margolin, G. & John, R.S., (1995). Relation among marital conflict, child coping, and child adjustment. *Journal of Clinical Child Psychology*, Vol 24(3), 346-361.

O'Donohue, W. & Crouch, J.L. (1996). Marital therapy and gender-linked factors in communication. *Journal of Marital and Family Therapy*, Vol 22, 1, 87-101.

O'Keefe, M. (1994). Linking marital violence, mother-child/father-child aggression, and child behavior problems. *Journal of Family Violence*, Vol 9, 1, 63-78.

O'Leary, K.D.; Vivian, D. & Malone, J. (1992). Assessment of physical aggression against women in marriage: the need for multimodal assessment. *Behavioral Assessment*, Vol 14(1), 5-14.

O'Leary, K.D.; Malone, J. & Tyree, A. (1994). Physical aggression in early marriage: preresultship and relationship effects. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, Vol 62, 3, 594, 602.

Olson, D.H.C. (1986). Circumplex model III - Validation Studies and Faces III. *Family Process*, 25, 337-351.

Olson, D.H., Fournier, D.G. & Druckman, J.M. (1989). *Counselor's manual for PREPARE, PREPARE-MC and ENRICH inventories (rev. ed.) Minneapolis: PREPARE/ENRICH.*

Olson, D.H., McCubbin, H.I., Barnes, H., Larsen, A., Muxen, M. & Wilson, M. (1989). *Families: what makes them work*. Los Angeles: Sage Publications.

Olson, D.H. & Fowers, B.J. (1989). *Enrich marital inventory: a discriminant validity and cross-validation assessment*. *Journal of Marital and Family Therapy*, Vol 15, 1, 65-79.

Olson, D.H. (1990). Marriage in perspective. In Frank, D. Fincham & Thomas N. Bradbury (eds.), *The Psychology of Marriage* (pp.402-419). New York: The Guilford Press.

Olson, D.H. C. (1994). Curvilinearity survives: the world is not flat. *Family Process*, 33, 471-478.

*Overholser, J.C. & Moll, S.H. (1990). Who's to blame: attributions causality in spouse abuse. *Behavioral Sciences and the Law*, Vol 8, 2, 107-120.

*Pan, H.S; Neidig, P.H. & O'Leary, K.D. (1994). Male-female and aggressor-victim differences in the factor structure of the Modified Conflict Tactics Scale. *Journal of Interpersonal Violence*, Vol 9(3), 366-382.

Parker, H.; Parker, S. (1991). Female victims of child sexual abuse: adult adjustment. *Journal of Family Violence*, Vol 6, 2, 183-197.

*Paveza, G.L.; Cohen, D.; Eisdorfer, C. & Freels, S. (1992). Severe family violence and Alzheimer's disease: prevalence and risk factors. *Gerontologist*, Vol 32(4), 493-497.

*Pedersen, P. & Thomas, C.D. (1992). Prevalence and correlates of dating violence in a Canadian university sample. *Canadian Journal of Behavioural Science*, Vol 24(4), 490-501.

Peled, E. & Edleson, J.L. (1994). Advocacy for battered women: a national survey. *Journal of Family Violence*, Vol 9, 3, 285-296.

Peterson, D. (1991). Psysically violent husbands of the 1890s and their resources. *Journal of Family Violence*. Vol 6, 1, 1-14.

Petrik, N.D.; Gildersleeve-High, L; McEllistrem, J.E. & Subotnik, L.S. (1994). The reduction of male abusiveness as a result of treatment: reality or myth? *Journal of Family Violence*, Vol 9, 4, 307-316.

Pinsof, W.M. & Wynne, L.C. (1995). The effectiveness and efficacy of marital and family therapy: introduction to the special issue. *Journal of Marital and Family Therapy*, Vol 21, 4, 341-343.

Pistole, M. & Tarrant, N. (1993). Attachment style and aggression in male batterers. *Family Therapy*, Vol 20, 3, 165-173.

*Reichert, E. (1991). Perceptions of domestic violence against women: a cross-cultural survey of international students. *Response to the Victimization of Women and Children*, Vol 14, 1, 13-18.

Retzinger, S.M. (1991). Shame, anger, and conflict: case study of emotional violence. *Journal of Family Violence*, Vol 6, 1, 37-59.

Rhodes, N.R. (1992). Comparison of MMPI psychopathic deviant scores of battered and non-battered women. *Journal of Family Violence*, 7, 297-307.

Riggs, D.S.; Kilpatrick, D.G., Resnick, H. (1992). Long-term psychological distress associated with marital rape and aggravated assault. a comparison to other crime victims. *Journal of Family Violence*. Vol 7, 4, 283-296.

Riggs, D.S. (1993). Relationship problems and dating aggression: a potential treatment target. *Journal of Interpersonal Violence*, Vol 8(1), 18-35.

Robinson, S.; Vivian-Byrne, S; Driscoll, R. & Cordess, C. (1991). Family work with victims and offenders in a secure unit. *Journal of Family Therapy*, Vol 13, 1, 105-116.

Rodenburg, F.A. & Fantuzzo, J.W. (1993). The measure of wife abuse: steps toward the development of a comprehensive assessment technique. *Journal of Family Violence*, Vol 8, 3, 203-228.

- Rollins, B.C. & Oheneba-Sakyi, Y. (1990). Physical violence in Utah households. *Journal of Family Violence*, Vol 5(4), 301-309.
- Rosen, K.H. & Bezold, A. (1996). Dating violence prevention: a didactic support group for young women. *Journal of Counseling & Development*. Vol 74, 5/6.
- *Rosen, I. (1991). Self-esteem as a factor in social and domestic violence. *British Journal of Psychiatry*, Vol 158, 18-23.
- Rosenbaum, A. (1988). Methodological issues in marital violence research. *Journal of Family Violence*, Vol 3, 2, 91-104.
- Rosewater, L:B: (1988). Battered or schizophrenic? Psychological tests can't tell. In K. Yllo & M. Bograd (Eds.), *Feminist perspectives on wife abuse* (pp. 200-216). Newbury Park. C.A.: Sage.
- Rounsaville, B., Lifton, N. & Bieber, M. (1979). The natural history of a psychoterapy group for battered women. *Psychiatry*, 42, 63-78.
- Ryan, K. M. ((1995). Do courtship-violent men have characteristics associated with a "battering personality"? *Journal of Family Violence*, Vol 10, 1, 99-120.
- Rybarik, M.F.; Dosch; M,F.; Gilmore, G.D.; Krajewski, S.S: (1995). Violence in relationships: a seventh grade inventory of knowledge and attitudes. *Journal of Family Violence*, Vol 10, 2, 223-251.
- Sato, R.A. & Heiby, E.M. (1992). Correlates of depressive symptoms among battered women. *Journal of Family Violence*, Vol 7, 3, 229-244.
- Schmidt, J.D. & Sherman, L.W. (1993). Does arrest deter domesti violence? Special issue: the impact of arrest on domestic assault. *American Behavioral Scientist*, Vol 36, 5, 601-609.
- Schwartz, M.D. & Mattley, C.L. (1993). The battered woman scale and gender identities. *Journal of Family Violence*, Vol 8, 3, 277-287.
- Serra, P. (1993). Physical violence in the couple relationship: a contribution toward the analysis of the context. *Family Process*, Vol 32, 3, 21-33.

Shamai, M. (1996). Couple therapy with battered women and abusive men: does it have a future? In Edleson, J.L. & Eisikovits, Z.C. (Eds). *Future interventions with battered women and their families*. London: Sage Publications

Shepard, M. (1992). Predicting batterer recidivism five years after community intervention. *Journal of Family Violence*, Vol 7, n° 3, 167-178.

Silvern *et al* (1995). Retrospective reports of parental partner abuse. relationships to depression, trauma symptoms and self-esteem among college students. *Journal of Family Violence*, Vol 10, 2, 177- 202.

Simpson, J.A.; Rholes, W.S.; Nelligan, J.S. (1992). Support seeking and support giving within couples in an anxiety-provoking situation: the role of attachment styles. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol 62, 3, 434-446.

Sirles, E.A.; Lipchik, E.; Kowalski, K. (1993). A consumer's perspective on domestic violence interventions. *Journal of Family Violence*, Vol 8, 3, 267-276.

Sluzki, C.E. (1993). Toward a model of family and political victimization: implications for treatment and recovery. *Psychiatry Interpersonal and Biological Processes*, Vol 56, 2, 178-187.

Smith, J.P. & Williams, J.G. (1992). From abusive household to dating violence. *Journal of Family Violence*, Vol 7, 153-165.

Spacarelli, S.; Sandler, I.N. & Roosa, M. (1994). History of spouse violence against mother: correlated risks and unique effects in child mental health. *Journal of Family Violence*, Vol9, 1, 79-98.

Sprenkle, D.H. (Ed.) (1992). Violence: the dark side of the family (special issue). *Journal of Marital and Family Therapy*, 18.

Steinglass, P. (1994). Editorial: scientific metaphors and domestic violence. *Family Process*, Vol 33,1, 1-2.

Stets, J.E. (1991). Psychological aggression in dating relationships: the role of interpersonal control. *Journal of Family Violence*. Vol 6, 1, 97-114.

*Stith, S.M. (1990). Police response to domestic violence: the influence of individual and familial factors. *Violence and Victims*, Vol 5, 1, 37-49.

Stith, S.M. & Farley, S.C. (1993) A predictive model of male spousal violence. *Journal of Family Violence*, Vol 8, 2, 183-199.

*Straus, M.A. (1992). Sociological research and social policy: the case of family violence. *Sociological Forum*, Vol 7, 2, 211-237.

Straus, M.A. (1993). Identifying offenders in criminal justice research on domestic assault. special issue: the impact of arrest in domestic assault. *American Behavioral Scientist*, Vol 36, 5, 587-600.

*Straus, M.A.; Hamby, S.L.; Boney, M.C.; Sugarman, D.B. (1996). The revised Conflict Tactics Scales (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, Vol 17 (3), 283-316.

Strube, M.J. (1991). A rational decision making approach to abusive relationships. *Revista Intercontinental de Psicologia y Educacion*, Vol 4, 1, 105-120.

Sugarman, D.B. & Frankel, S.L. (1996). Patriarchal ideology and wife-assault: a meta-analytic review. *Journal of Family Violence*, Vol 11, 1, 13-40.

Sullivan, C.M.; Basta, J.; Tan, C. & Davidson W.S. (1992). After the crisis: a need assessment of women leaving a domestic violence shelter. *Violence and Victims*, Vol 7, 3, 267-275.

Tang, C.S. (1994). Prevalence of spouse aggression in Hong Kong. *Journal of Family Violence*, Vol 9(4), 347-356.

Telch, C.F. & Lindquist, C.V. (1984). Violent versus nonviolent couples: a comparison of patterns. *Psychotherapy*, 21, 242-248.

Thomas, V. & Olson, D.H. (1993). Problem families and the Circumplex Model: observational assessment using the Clinical Rating Scale (CRS). *Journal of Marital and Family Therapy*, Vol 19, 2, 159-175.

- Thompson, E.H. (1991). The maleness of violence in dating relationships: an appraisal of stereotypes. *Sex Roles*, Vol 24(5-6), 261-278.
- Tolman, R.M. & Bennett, L.W. (1990). A review of quantitative research on men who batter. *Journal of Interpersonal Violence*, Vol5, 1, 87-118.
- Tolman, R.M. (1996). Expanding sanctions for batterer's: what can we do besides jailing and counseling them?. In Edleson, J.L. & Eisikovits, Z.C. (Eds). *Future interventions with battered women and their families*. London: Sage Publications
- Tutty, L.M.; Bidgood, B.A. & Rothery, M.A. (1993). Support groups for battered women: research on their efficacy. *Journal of Family Violence*, Vol 8, 4, 325-343.
- Tzeng, O. C. S. (1993). *Measurement of love and intimate relations. Theories, scales, and applications for love development, maintenance, and dissolution*. London: Praeger.
- Vale, D. & Costa, M.E. (1994). A violência nos jovens contextualizada nas escolas. *Inovação*, 7, 255-288.
- Veenstra, G.J. & Scott, C.G. (1993). A model for using time out as an intervention technique with families. *Journal of Family Violence*, Vol 8, 1, 71-87.
- *Vivian, D. & Langhinrichsen-Rohling, J. (1994). Are bi-directionally couples mutually victimized? A gender-sensitive comparison. *Violence and Victims*, Vol 9(2), 107-124.
- Wagner, C.C.; Kiesler, D.J. & Schmidt, J.A. (1995). Assessing the interpersonal transaction cycle: convergence of action and reaction interpersonal circumplex measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol 69, 5, 938-949.
- Walker, L.E. (1979). *The battered woman*. New York: Harper & Row.
- Wallace, B. & Nosko, A. (1993). Working with shame in the group treatment of male batterers. *International Journal of Group Psychotherapy*, Vol 43, 1, 45-61.

*Warnken, W.J.; Rosenbaum, A.; Fletcher, K.E.; Hoge, S.K. (1994). Head-injuries males: a population at risk for relationship aggression? *Violence and Victims*, Vol 9 (2), 153-166.

Warren, J & Lanning, W. (1992). Sex role beliefs, control, and social isolation of battered women. *Journal of Family Violence*, Vol 7, 1-8.

Webb, W. (1992). Treatment issues and cognitive behavior techniques with battered women. *Journal of Family Violence*, Vol 7, 3, 205-216.

*Widom, C. S. & Shepard, R.L. (1996). Accuracy of adult recollections of childhood victimization: Part I. Childhood physical abuse. *Psychological Assessment*, Vol 8 (4), 412-421.

Wilb, T.A., Weiss, R.L. & Patterson, G.R. (1974). A behavioral analysis of the determinants of marital satisfaction. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 42, 802-811.

Wile, D.B. (1993). *After the fight. Using your disagreements to build a stronger relationship*. New York: The Guilford Press.

Willis, C.E., Hallinan, M.N. & Melby, J. (1996). Effects on sex role stereotyping among European and American students on domestic violence culpability attributions. *Sex Roles*, 34, 475-491.

Wilson, M. & Daly, M. (1993). Spousal homicide risk and estrangement. *Violence and Victims*, Vol 8, 1, 3-16.

*Wissow, L.W.; Wilson, M.; Roter, D.; Larson, S. (1992). Family violence and the evaluation of behavioral concerns in a pediatric primary care clinic. *Medical Care*, Vol 30 (5, suppl), 150-165.

Woffordt, S.; Mihalic, D. E.; Menard, S. (1994). Continuities in marital violence. *Journal of Family Violence*, Vol 9, 3, 195-225.

Zeifman, D. & Hazan, C. (1997). A process model of adult attachment formation. In Duck, S. (Ed). *Handbook of Personal Relationships. theory, research and interventions*. New York: John Wiley & Sons

ANEXOS

ANEXO 1

Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação-Universidade do Porto

**ESCALA DOS CONFLITOS TÁCITOS
(CTS)**

Autor: Straus, M. A.

Tradução e Adaptação: Duarte & Costa

Versão para Investigação

Este inquérito faz parte de uma investigação que pretende analisar diferentes dimensões de relacionamento no casal.

Gostaríamos de saber quais são os seus posicionamentos pessoais, não havendo respostas certas ou erradas ou quaisquer juízos de valor . Assim, tente ser o mais sincero/a possível.

As suas respostas são absolutamente CONFIDENCIAIS.

Obrigado pela sua colaboração.

Porto 1996

Instruções:

Não importando há quantos anos se vive junto, existem alturas em que os casais discordam sobre algumas decisões ou ficam aborrecidos com algo que o outro fez, ou ainda, e simplesmente, têm lutas porque estão de mau-humor, cansados ou por qualquer outra razão. Os casais usam também muitas maneiras de tentar resolver as suas divergências. Apresentamos seguidamente uma lista com algumas estratégias que você e o seu marido ou companheiro podem usar quando têm uma discussão, e gostaríamos que assinalasse, para cada uma, quantas vezes a usou no último ano, assinalando com um círculo à volta do número que representa o seu caso.

Código de respostas:

- 0=nunca;
- 1=uma vez,
- 2=duas vezes;
- 3=três a cinco vezes;
- 4= 6 a 10 vezes;
- 5= 11 a 20 vezes;
- 6= + de vinte vezes;
- X= não sabe

- | | | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|---|
| a) Discutir um assunto calmamente. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |
| b) Procurar informações para fundamentar o meu/dele(a) ponto de vista. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |
| c) Trazer, ou tentar trazer alguém para ajudar a resolver as coisas. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |
| d) Insultar o outro. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |
| e) Amuar ou recusar discutir qualquer assunto. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |
| f) Saír do quarto ou da casa ou do quintal. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |
| g) Gritar. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |
| h) Fazer ou dizer alguma coisa para ofender o outro. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |
| i) Ameaçar bater ou atirar alguma coisa ao outro. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |
| j) Atirar ou quebrar ou bater com alguma coisa ou dar pontapés. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |
| k) Atirar com alguma coisa ao outro. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |
| l) Empurrar ou agarrar o outro. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |
| m) Dar uma bofetada no outro. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |

- | | | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|---|
| n) Dar um pontapé, morder, dar um murro. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |
| o) Bater ou tentar bater com alguma coisa. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |
| p) Espancar o outro. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |
| q) Ameaçar com uma arma ou faca. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |
| r) Tentar estrangular o outro. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |
| s) Usar uma faca ou arma. | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | X |

ANEXO 2

Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação-Universidade do Porto

ENRICH: Enriching and Nurturing Relationship Issues, Communication and Happiness

(Enriquecer e Educar Questões de Relacionamento, Comunicação e Felicidade)

(Versão M)

Autor: David H. Olson¹

Tradução e Adaptação: Duarte & Costa

Versão para Investigação

Este inquérito faz parte de uma investigação que pretende analisar diferentes dimensões de relacionamento no casal.

Gostaríamos de saber quais são os seus posicionamentos pessoais, não havendo respostas certas ou erradas ou quaisquer juízos de valor . Assim, tente ser o mais sincero/a possível.

As suas respostas são absolutamente CONFIDENCIAIS.

Obrigado pela sua colaboração.

Porto 1996

Optamos por apresentar sómente a versão masculina, uma vez que sendo o instrumento idêntico se trata apenas de alterar a linguagem.

Instruções:
(Versão M)

Este questionário comporta uma série de afirmações referentes a domínios diversos da sua vivência no casal. Não existem respostas certas ou erradas, apenas lhe pedimos que com a maior sinceridade possível assinale a sua posição, marcando um círculo à volta do número correspondente.

Código de respostas:

- 5 = concordo totalmente
4 = concordo moderadamente
3 = nem concordo nem discordo
2 = discordo moderadamente
1 = discordo totalmente

- | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. A minha companheira e eu gostamos do mesmo tipo de festas e actividades sociais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2. Expresso com facilidade todos os meus verdadeiros sentimentos à minha companheira. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3. É difícil para mim ter absoluta fé em alguns dos ensinamentos da minha religião. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 4. Para terminar uma discussão, geralmente desisto demasiado depressa. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 5. Na nossa família, o pai não passa tempo suficiente com os filhos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 6. Quando temos um problema, a minha companheira frequentemente reage pelo silêncio. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 7. Alguns amigos ou parentes fazem coisas que geram tensão no nosso casamento. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 8. A minha companheira é demasiado crítica ou tem frequentemente uma visão negativa das coisas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 9. Estou completamente satisfeito com o afecto que a minha companheira me dá. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 10. A minha companheira e eu temos ideias muito diferentes sobre a melhor maneira de resolver as nossas divergências. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 11. Acredito que a religião deve ter a mesma importância para ambos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

- | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 12. Acredito que o verdadeiro lugar da mulher é em casa. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 13. Às vezes preocupa-me o feitio da minha companheira. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 14. Não estou satisfeito com as características de personalidade e hábitos pessoais da minha companheira. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 15. Tentamos encontrar formas de manter o nosso relacionamento sexual interessante e agradável. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 16. Por vezes gostaria que a minha companheira fosse mais cuidadosa ao gastar dinheiro. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 17. A minha companheira parece não ter muito tempo e energia para se divertir comigo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 18. Preferiria fazer qualquer coisa a passar uma noite sózinho. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 19. Estou muito satisfeito pela forma como gerimos papéis e responsabilidades no nosso casamento. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 20. Geralmente concordamos em como gastar o nosso dinheiro. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 21. Estamos tão bem adaptados um ao outro como duas pessoas no mundo podem estar. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 22. Estou satisfeito com a forma como dividimos a responsabilidade de educar os nossos filhos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 23. Partilhar valores religiosos ajuda a nossa relação a crescer. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 24. Se ambos trabalhamos, o marido deve fazer a mesma quantidade de tarefas domésticas que a mulher. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 25. Por vezes preocupa-me que a minha companheira pareça infeliz ou distante. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 26. Preocupa-me que a minha companheira possa não se interessar por mim sexualmente. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 27. Temos dificuldade em decidir sobre a forma de gerir as nossas finanças. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 28. Passamos o tempo adequado com os nossos familiares e amigos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 29. Preocupo-me pelo facto da minha companheira não ter interesses ou passatempos suficientes. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 30. Na nossa família, a mulher não deve trabalhar fora de casa, a não ser por necessidades económicas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 31. Os hábitos de beber e/ou fumar da minha companheira são um problema. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

32. Raramente me sinto forçado para desenvolver actividades sociais com a minha companheira. 1 2 3 4 5
33. Não estou contente com a nossa comunicação e sinto que a minha companheira por vezes não me compreende. 1 2 3 4 5
34. Geralmente sinto-me bem sobre o local e a forma como passamos os feriados com as nossas famílias. 1 2 3 4 5
35. A minha companheira e eu compreendemo-nos um ao outro totalmente. 1 2 3 4 5
36. Concordamos sobre a forma de disciplinar as nossas crianças. 1 2 3 4 5
37. Estou muito contente com a nossa forma de tomar decisões e resolver conflitos. 1 2 3 4 5
38. Às vezes a minha companheira não é de confiança e nem sempre acaba aquilo que começa. 1 2 3 4 5
39. Estou satisfeito com as nossas decisões acerca de quanto devemos poupar. 1 2 3 4 5
40. Quando discutimos sobre qualquer problema, geralmente sinto que a minha companheira me compreende. 1 2 3 4 5
41. Se a minha companheira tem alguns defeitos, eu não tenho consciência deles. 1 2 3 4 5
42. A minha companheira por vezes faz comentários que me "deitam abaixo". 1 2 3 4 5
43. É fácil e confortável para mim falar com a minha companheira sobre questões sexuais. 1 2 3 4 5
44. A minha companheira compreende e lida perfeitamente com todos os meus estados de humor. 1 2 3 4 5
45. No nosso casamento, a mulher deve estar mais disponível para ceder aos desejos do marido. 1 2 3 4 5
46. Quando estamos com outras pessoas, por vezes o comportamento da minha companheira aborrece-me. 1 2 3 4 5
47. Ambos temos conhecimento das nossas maiores dívidas e/ou problemas financeiros, porém isso não constitui problema para nós. 1 2 3 4 5
48. As minhas crenças religiosas são uma parte importante do compromisso que tenho com a minha companheira. 1 2 3 4 5
49. Por vezes preocupa-me que a minha companheira possa pensar em ter um relacionamento sexual fora do casamento. 1 2 3 4 5

50. Penso que a minha companheira está demasiado envolvida ou influenciada pela sua família. 1 2 3 4 5
51. Cada coisa nova que descubro sobre a minha companheira agrada-me. 1 2 3 4 5
52. As crianças parecem ser uma fonte principal de problemas na nossa relação. 1 2 3 4 5
53. Concordamos no número de crianças que gostaríamos de ter. 1 2 3 4 5
54. Fazemos registos das nossas despesas para controlar o nosso dinheiro. 1 2 3 4 5
55. Estou insatisfeito com a nossa situação económica e com a forma de tomar decisões financeiras. 1 2 3 4 5
56. Estou muito satisfeito com a maneira de gerir as actividades de lazer e com o tempo que passamos juntos. 1 2 3 4 5
57. Existem alturas em que não sinto um grande amor ou afeição pela minha companheira. 1 2 3 4 5
58. Por vezes tenho medo de pedir o que quero à minha companheira. 1 2 3 4 5
59. Mesmo que a mulher trabalhe fora de casa, ela deve ser responsável pelas tarefas domésticas. 1 2 3 4 5
60. Discordamos sobre a forma de praticar as nossas crenças religiosas. 1 2 3 4 5
61. Não aprecio passar tempo com alguns dos nossos familiares ou parentes por afinidade. 1 2 3 4 5
62. Quando temos um problema posso sempre dizer à minha companheira o que me aborrece. 1 2 3 4 5
63. Aborrece-me o facto da minha companheira considerar que os filhos são mais importantes que o nosso casamento. 1 2 3 4 5
64. Sinto-me bem com o tipo de viagens e férias que fazemos. 1 2 3 4 5
65. No nosso casamento, o marido é o líder da família. 1 2 3 4 5
66. O nosso relacionamento sexual é agradável e satisfaz-me completamente. 1 2 3 4 5
67. Não creio que qualquer casal possa viver com maior harmonia do que a minha companheira e eu. 1 2 3 4 5
68. Por vezes a minha companheira é demasiado teimosa. 1 2 3 4 5
69. A minha relação não é um sucesso perfeito. 1 2 3 4 5
70. É importante para mim rezar com a minha companheira. 1 2 3 4 5

71. Gostava que a minha companheira partilhasse mais os seus sentimentos comigo. 1 2 3 4 5
72. Ter filhos tornou a nossa relação conjugal mais próxima. 1 2 3 4 5
73. Não creio que alguém possa estar tão feliz como eu e a minha companheira quando estamos um com o outro. 1 2 3 4 5
74. A minha companheira não gosta de todos os meus amigos. 1 2 3 4 5
75. Tenho medo em demonstrar afecto à minha companheira porque tal pode ser interpretado como um avanço sexual. 1 2 3 4 5
76. Tenho algumas necessidades que não estão a ser satisfeitas na minha relação. 1 2 3 4 5
77. Por vezes temos sérias discussões sobre assuntos pouco importantes. 1 2 3 4 5
78. Preocupa-me que a minha companheira e eu não passemos mais tempo livre juntos. 1 2 3 4 5
79. Há alturas em que a minha companheira faz coisas que me tomam infeliz. 1 2 3 4 5
80. Por vezes tenho dificuldade em acreditar em tudo aquilo que a minha companheira diz. 1 2 3 4 5
81. Faria qualquer coisa para evitar conflitos com a minha companheira. 1 2 3 4 5
82. Para nós, a ocupação do marido é sempre encarada como mais importante que a ocupação da mulher. 1 2 3 4 5
83. Acredito que o nosso casamento inclui um envolvimento religioso activo. 1 2 3 4 5
84. O uso de cartões de crédito e empréstimos tem sido um problema para nós. 1 2 3 4 5
85. Mesmo se todas as pessoas de sexo oposto do mundo estivessem disponíveis e dispostas a casar comigo, a minha escolha não poderia ter sido melhor. 1 2 3 4 5
86. Aborrece-me que a minha companheira esteja frequentemente atrasada. 1 2 3 4 5
87. Por vezes sinto que as nossas discussões nunca acabam e nunca ficam resolvidas. 1 2 3 4 5
88. Se houver crianças pequenas a mulher não deve trabalhar fora de casa. 1 2 3 4 5
89. Muitas vezes não digo á minha companheira o que sinto porque penso que ela já deveria saber. 1 2 3 4 5
90. Estou muito satisfeito sobre a forma como expressamos afecto e com a nossa sexualidade. 1 2 3 4 5

91. Quando temos um desentendimento, partilhamos abertamente o que sentimos e decidimos como resolver as nossas divergências. 1 2 3 4 5
92. Raramente me divirto quando não estou com a minha companheira. 1 2 3 4 5
93. Decidir onde é mais importante gastar o nosso dinheiro é uma preocupação para nós. 1 2 3 4 5
94. Por vezes a minha companheira passa demasiado tempo com os amigos dela. 1 2 3 4 5
95. Temos diferentes ideias sobre a educação religiosa dos nossos filhos. 1 2 3 4 5
96. A minha relação poderia ser mais feliz do que é. 1 2 3 4 5
97. Não estou satisfeito com a forma de partilhar as nossas responsabilidades como pais. 1 2 3 4 5
98. Amando a minha companheira, sinto que sou capaz de compreender melhor o conceito de que Deus é amor. 1 2 3 4 5
99. Sinto que os nossos pais esperam demasiado atenção ou assistência nossa. 1 2 3 4 5
100. Estou muito satisfeito com o modo como eu e a minha companheira falamos um com o outro. 1 2 3 4 5
101. Sinto que os nossos pais causam problemas no nosso casamento. 1 2 3 4 5
102. Aborrece-me o facto de não poder gastar dinheiro sem a aprovação da minha companheira. 1 2 3 4 5
103. Desde que temos filhos, raramente temos tempo para nós enquanto casal. 1 2 3 4 5
104. Às vezes tenho dificuldade em lidar com o mau humor da minha companheira. 1 2 3 4 5
105. Frequentemente sinto que a minha companheira não leva a sério os nossos desentendimentos. 1 2 3 4 5
106. O marido deve ter a última palavra em todas as decisões mais importantes na nossa família. 1 2 3 4 5
107. Muitas vezes não partilho os sentimentos negativos que tenho sobre a minha companheira porque ela pode ficar zangada. 1 2 3 4 5
108. Estou insatisfeito com a relação que mantemos com os meus pais, sogros e/ou familiares. 1 2 3 4 5
109. A minha companheira e eu discordamos acerca de alguns ensinamentos da nossa religião. 1 2 3 4 5

110. Saber quanto devemos fazer pelos nossos filhos é um assunto conflituoso para nós. 1 2 3 4 5
111. Aprecio verdadeiramente estar com todos os amigos da minha companheira. 1 2 3 4 5
112. Nunca me arrependi, nem por um momento, da minha relação com a minha companheira. 1 2 3 4 5
113. A minha companheira e eu sentimo-nos próximo devido às nossas crenças religiosas. 1 2 3 4 5
114. A mulher deve confiar e aceitar as opiniões do marido acerca de decisões importantes. 1 2 3 4 5
115. Por vezes preocupa-me que o interesse da minha companheira por sexo não seja semelhante ao meu. 1 2 3 4 5
116. Estou satisfeito com as nossas decisões sobre planeamento familiar e controle da natalidade. 1 2 3 4 5
117. Não me aborreço quando a minha companheira passa tempo com amigos do sexo oposto. 1 2 3 4 5
118. A minha companheira é sempre uma boa ouvinte. 1 2 3 4 5
119. Preocupo-me sobre quem é responsável pelo dinheiro. 1 2 3 4 5
120. Aborrece-me que a minha companheira aceite ou recuse sexo de uma forma desleal. 1 2 3 4 5
121. Quando discutimos, geralmente acabo por sentir que o problema era só culpa minha. 1 2 3 4 5
122. Sinto-me bem com a forma com que cada um de nós pratica as nossas crenças e valores religiosos. 1 2 3 4 5
123. Temos equilibrado o tempo livre que passamos separadamente e em conjunto. 1 2 3 4 5
124. Por vezes penso que a minha companheira é demasiado autoritária. 1 2 3 4 5

